

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

PRO
O C E P E PROJECTO DE CARACTERIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Um Estudo sobre a Educação de Infância no Distrito de Santarém



EDIÇÃO: ESE DE SANTARÉM / F.C. GULBENKIAN
SANTARÉM, 2000

Edição:
ESE de Santarém / F. C. Gulbenkian

Colaboraram na realização deste estudo:
Maria João Cardona (coord.); Maria Madalena Alves; Helena Luís;
Fernando Costa; George Camacho; Idalina Pereira;
Gracinda Hamido; Isabel Rodrigues

Revisão de Texto:
Maria Madalena Alves
Isabel Rodrigues

Composição e Arranjo Gráfico:
Maria Manuela Rosário

Grafismo:
José Manuel Basto Soares

2000

AGRADECIMENTOS

O nosso obrigado a todos (e foram muitos!) os que de uma maneira ou de outra possibilitaram a realização deste trabalho.

O nosso especial agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian, nomeadamente ao Dr. Cardoso Alves, e à Escola Superior de Educação de Santarém pelo apoio dado.

Com um carinho muito especial agradecemos à Doutora Isabel Lopes da Silva e ao Dr. Orlando Garcia o precioso contributo que deram para o desenvolvimento do projecto.

ÍNDICE

Introdução	7
1. O PROCEPE. Enquadramento metodológico	11
2. Caracterização sócio-económica de Santarém	21
2.1. O distrito	21
2.2. O concelho de Santarém	26
2.3. As quatro freguesias estudadas	27
2.3.1. Almofter	27
2.3.2. Pombalinho	27
2.3.3. Vale de Santarém	27
2.3.4. Marvila	28
3. Caracterização da educação de infância em Santarém	29
3.1. A rede institucional do distrito	29
3.2. A rede institucional no concelho de Santarém	38
3.3. Estudo de quatro freguesias	42
3.3.1. A rede institucional existente	42
3.3.2. Outras respostas educativas	45
3.3.3. Caracterização sócio-económica das crianças que frequentam as instituições	50
3.3.4. O que dizem as educadoras de infância	56
3.3.5. O que dizem os pais	68
3.3.6. O que dizem os presidentes das Juntas de Freguesia	72
3.3.7. O que dizem as professoras do 1º ciclo do ensino básico	78
4. Outros apoios sócio-educativos para crianças e famílias	83
4.1. Os serviços de saúde	83
4.1.1. No distrito	83
4.1.2. Nas quatro freguesias estudadas	88
4.2. O apoio a crianças com necessidades educativas especiais	93
4.2.1. No distrito	95
4.2.2. Nas quatro freguesias estudadas	100

4.3. O apoio a crianças privadas de meio familiar normal	105
4.3.1. No distrito	106
4.3.2. Nas quatro freguesias estudadas	111
5. Os educadores de infância e a sua formação	117
5.1. Caracterização dos profissionais do distrito	117
5.2. Os Centros de Formação	129
6. A política sócio-educativa para a infância no distrito de Santarém. Síntese final	141
6.1. Principais características e problemas	141
6.2. Sugestões para um apoio mais adequado às necessidades das crianças e famílias	146
7. Documentação produzida e outras formas de divulgação do projecto	149
7.1. Bibliografia do PROCEPE	149
7.2. Materiais audio-visuais produzidos	150
7.3. Encontros organizados	150
7.4. Participação em Congressos Nacionais/Internacionais	150
8. Bibliografia consultada	153

INTRODUÇÃO

Em Portugal a educação das crianças antes da sua entrada para o ensino obrigatório sempre ocupou um lugar muito específico e diferenciado em relação aos outros níveis de ensino. Tendo evoluído sem obedecer a uma política educativa previamente definida, a educação de infância tem-se caracterizado por uma grande heterogeneidade, tanto em relação à rede institucional como em relação à formação dos educadores.

Apesar da primeira instituição ter sido criada em 1834, ainda durante o período da monarquia, só após Abril de 1974, surge uma rede pública de instituições dependentes do Ministério da Educação. Este grande atraso foi consequência da ideologia política do regime do Estado Novo, período em que a educação de infância foi negligenciada e o seu desenvolvimento ficou quase exclusivamente a cargo da iniciativa privada e da Assistência Social.

Em consequência de uma evolução histórica marcada por indefinições sob a tutela de diferentes organismos, a actual rede institucional continua a ser insuficiente e não é fácil ter um conhecimento preciso do seu funcionamento. As informações estão dispersas, tornando-se difícil a obtenção de uma informação sistematizada e actualizada sobre toda a rede existente.

Foi sentindo esta dificuldade que surgiu a necessidade de desenvolver o **Projecto de Caracterização da Educação Pré-Escolar - PROCEPE**. Um grupo de professores da Escola Superior de Educação de Santarém que no decorrer da sua actividade docente se confrontava com a escassez de informações disponíveis, implementou, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, um projecto com o objectivo primordial de estudar a educação de infância no distrito de Santarém, recolhendo informações a nível local e ouvindo os diferentes intervenientes.

Partindo-se do princípio que é importante pensar na problemática da educação de infância numa perspectiva sócio-educativa global de apoio às crianças e famílias, o estudo realizado visou caracterizar todo o tipo de iniciativas existentes no distrito de Santarém no âmbito da educação, saúde e assistência social, que de algum modo abrangessem as crianças de idades compreendidas entre os 0 e os 5 anos.

Numa fase inicial, a caracterização foi feita através de questionários enviados para instituições de educação de infância, creches familiares, educadores de infância, centros de formação de professores, equipas e instituições do ensino especial, lares para crianças privadas de meio familiar normal, centros de saúde, hospitais e autarquias existentes no distrito.

Numa segunda fase, visando uma maior explicitação e complemento destes dados, foram realizados estudos locais em quatro freguesias do concelho de Santarém. Entrevistaram-se então os intervenientes já inquiridos através dos questionários e alguns pais de crianças com idades inferiores a 6 anos.

Os dados assim recolhidos relativamente às características do apoio sócio-educativo existente no distrito para as crianças dos 0 aos 5 anos, foram divulgados junto dos diferentes responsáveis e intervenientes no processo e com eles discutidos. Delinear algumas estratégias para uma maior coordenação e adequação das diferentes iniciativas desenvolvidas (ou a desenvolver) em cada um dos concelhos do distrito de Santarém, foi um objectivo que nasceu precisamente desta discussão.

A presente publicação visa uma apresentação final deste estudo* e surge na sequência de duas publicações anteriormente editadas pelo projecto:

- Actas do I Encontro Regional de Educação de Infância, (1993). Síntese do Encontro realizado no final do primeiro ano de actividades do projecto, onde se apresenta o PROCEPE e se caracterizam os principais serviços responsáveis pelo apoio sócio-educativo à infância.
- A Educação de Infância no Distrito de Santarém, (1995). Divulgação das principais conclusões do trabalho de caracterização realizado durante a primeira fase do projecto.

Tendo em vista a síntese de todo o trabalho desenvolvido, começaremos por um enquadramento geral, através da explicitação dos objectivos e metodologias subjacentes a esta investigação (Capítulo 1) e da caracterização sócio-económica do

* Ao contrário do que inicialmente tínhamos previsto, em consequência do desfasamento temporal entre a realização das entrevistas – na última fase da recolha de dados – e a elaboração do relatório final, não nos foi possível discutir com os implicados todos os resultados do estudo que agora se publica. Por este facto, que lamentamos, a equipa do PROCEPE assume a sua inteira responsabilidade.

distrito, do concelho de Santarém e das quatro freguesias que foram objecto de estudos locais mais pormenorizados (Capítulo 2).

Segue-se uma reflexão sobre as respostas educativas existentes para as crianças dos 0 aos 6 anos (Capítulo 3) e sobre outras iniciativas sócio-educativas de apoio às famílias (Capítulo 4), primeiro a nível distrital, depois ao nível do município de Santarém, e por fim, em cada uma das quatro freguesias estudadas.

No Capítulo 5 caracterizam-se os educadores de infância a exercer funções no distrito, bem como o tipo de formação contínua que aí poderão encontrar.

As conclusões que retirámos dos dados recolhidos e das opiniões expressas pelos principais intervenientes na educação das crianças em idade pré-escolar, são indicadores da política sócio-educativa para a infância neste distrito, de que falamos no Capítulo 6.

Esta obra pretende completar a informação constante nas anteriores publicações do PROCEPE. Não só se divulga agora o estudo realizado nas quatro freguesias do concelho de Santarém, durante a segunda fase do projecto, como se apresenta uma sistematização e uma análise global de todo o trabalho realizado.

Com este estudo, esperamos de algum modo contribuir para a definição de um apoio mais adequado às necessidades das crianças e das famílias que residem no distrito de Santarém. Apesar de se tratar de uma investigação apenas de âmbito distrital, pensamos que dela se poderão tirar algumas lições que ajudarão a caracterizar e a melhor compreender a educação de infância que realmente temos, actualmente, no nosso país.

1.0 PROCEPE. Enquadramento metodológico.

Hoje em dia a educação de infância é cada vez mais valorizada, reconhecendo-se para além da função social que desempenha, a importância do seu potencial educativo, promovendo o desenvolvimento pessoal e social das crianças que a frequentam.

A frequência deste tipo de instituições proporciona às crianças o gosto pelo saber, o conhecimento do mundo que as rodeia, o desenvolvimento da sua capacidade de expressão e de representação, o prazer de estar em grupo, o respeito pelo outro, numa perspectiva de educação para a cidadania e no respeito pelos princípios democráticos por que se rege a nossa sociedade.

Paralelamente, a educação de infância contribui ainda para promover a igualdade de oportunidades no acesso à escola e o sucesso da aprendizagem.

No entanto, se bem que considerada como importante, a educação de infância ocupou, até há muito pouco tempo, um lugar muito marginal na política educativa portuguesa. Quando analisamos a sua evolução histórica, observamos que sempre teve uma especificidade que a diferenciou em relação aos outros níveis de ensino, nomeadamente pelo facto da sua frequência não ser possibilitada a todas as crianças/famílias que o desejassem.

Apesar dos esforços feitos após Abril de 74 com a organização de diferentes grupos de trabalho inter-ministeriais no sentido de definir um projecto global de apoio sócio-educativo para a infância, e apesar de desde 77, altura em que foi criada a rede pública de jardins de infância do Ministério da Educação, se aguardar a definição de um projecto para a educação pré-escolar, só agora se está a caminhar para uma planificação coordenada entre as iniciativas dos diferentes serviços responsáveis.

Chegámos aos anos 90 com a coexistência de duas grandes redes institucionais - uma dependente do Ministério da Educação e outra dependente da Segurança Social - com concepções distintas do que deve ser a educação de infância, o que tem como consequência diferentes normas de funcionamento. Só muito recentemente, com a publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97), o Ministério da Educação assumiu finalmente a responsabilidade da tutela pedagógica dos diferentes tipos de instituições para crianças dos 3 aos 6 anos, idade do seu ingresso no ensino básico.

Até à publicação da Lei- Quadro (Fev./97), a rede institucional existente em Portugal era a seguinte:

⇒ **Instituições tuteladas pelo Ministério da Educação**
(crianças dos 3 aos 6 anos):

- Pertencentes à **rede pública do Ministério** (gratuitas, com um horário semelhante aos das escolas do 1º ciclo do ensino básico).
- **Instituições autárquicas** (criadas pelas autarquias e semelhantes às instituições da rede pública do Ministério, sem contudo a elas serem equiparadas).
- **Privadas com fins lucrativos** (não gratuitas, com horários de funcionamento e prestação de serviços na sua maioria mais alargados que os das instituições da rede pública do Ministério).

⇒ **Instituições tuteladas pela Segurança Social**
(crianças dos 0 aos 6 anos):

- **Oficiais** (destinadas prioritariamente aos filhos dos funcionários dos serviços da Segurança Social, com mensalidades calculadas a partir dos vencimentos dos pais e com uma média de 10h diárias de funcionamento).
- **Instituições Privadas de Solidariedade Social** (instituições subsidiadas, sem fins lucrativos, com mensalidades calculadas a partir dos vencimentos dos pais e com uma média de 10h diárias de funcionamento).
- **Instituições privadas com fins lucrativos para crianças dos 0-3 anos** (não gratuitas, com horários de funcionamento variáveis).
- **Creches Familiares** (grupos de Amas, que recebem nas suas casas crianças dos 0-2 anos, dependentes de uma instituição e apoiadas pelos Centros Regionais de Segurança Social)

⇒ **Instituições dependentes de outros Ministérios**
(crianças dos 0 aos 5 anos):

Destinadas a filhos dos funcionários, com mensalidades calculadas a partir dos vencimentos dos pais, tendo até 12h diárias de funcionamento. Este tipo de instituições não existe no distrito de Santarém.

A heterogeneidade observada na rede institucional, para além das implicações que teve nas práticas educativas, implicou também condições de trabalho muito desiguais para os profissionais de educação de infância.

A diversidade de serviços responsáveis e a ausência de um planeamento de acordo com as necessidades das diferentes zonas do país, teve como consequência a existência de incoerências na implementação da rede institucional. Actualmente o número de instituições continua a ser insuficiente em algumas zonas do país, enquanto que noutras existem jardins de infância em risco de fechar por terem um reduzido número de crianças.

Esta última situação surge em consequência da diminuição da natalidade e observa-se sobretudo nas zonas rurais, em que maioritariamente a cobertura institucional é garantida pela rede pública do Ministério da Educação. De acordo com a Lei 5/77 (que criou a rede pública de educação pré-escolar do Ministério da Educação) e com a Lei 13/79 (que definiu as condições de implementação destas instituições) foi determinado, como critério para o crescimento desta rede, dar prioridade às zonas rurais e suburbanas mais carenciadas. Daí que actualmente encontremos algumas destas instituições em zonas de baixa densidade populacional.

É contudo difícil conseguirmos um conhecimento preciso da rede existente. A dispersão dos dados pelos diferentes serviços não permite uma informação organizada e actualizada sobre as características globais da rede institucional, aspecto que dificulta a planificação do seu crescimento e a redefinição do seu funcionamento, tendo em vista a adequação às necessidades sentidas nas diversas zonas do país.

As recentes alterações efectuadas vieram clarificar o conceito de rede pública e rede privada, definindo o ordenamento jurídico do seu funcionamento. Foram criadas condições para uma maior flexibilidade do funcionamento da rede institucional, mais adequado às necessidades sócio-educativas das crianças e famílias, respondendo a algumas lacunas há muito sentidas. Pela primeira vez o discurso político sobre a educação pré-escolar deixou de se centrar apenas em aspectos quantitativos, ligados à necessidade de expansão da rede, tendo definido aspectos qualitativos que poderão possibilitar uma melhor adequação e capacidade de resposta.

Tanto a Lei-Quadro que define que "*a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica (...)*" (Cap. II, Art. 2º), como a publicação do Despacho 5220/97

que aprova Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, revelam uma grande evolução no reconhecimento oficial da educação pré-escolar como um espaço fundamental na vida das crianças.

Para além da valorização da função educativa, a Lei Quadro define ainda que os estabelecimentos de educação pré-escolar no seu horário de funcionamento devem contemplar períodos específicos para apoio às famílias, tendo em conta as suas necessidades. É prevista, por exemplo, a possibilidade de serem servidas refeições às crianças (Art. 12º), o que significa uma valorização da função social das instituições, respondendo a uma lacuna dos anteriores documentos legais que regulamentavam o funcionamento da rede pública do Ministério da Educação.

A necessidade de existirem modalidades distintas de atendimento que se adequem às diferentes zonas do país é também contemplada na actual Lei-Quadro que define, para além dos estabelecimentos integrados na rede pública e na rede privada, as seguintes modalidades da Educação Pré-Escolar (Art. 15):

- educação de infância itinerante – que *"consiste na prestação de serviços de educação pré-escolar mediante a deslocação regular de um educador de infância a zonas de difícil acesso ou a zonas com um número reduzido de crianças"*;
- animação infantil comunitária – que *"consiste na realização de actividades adequadas ao desenvolvimento de crianças que vivem em zonas urbanas ou suburbanas carenciadas, a levar a cabo em instalações cedidas pela comunidade local, num período do dia"*.

Pensar em novas formas de atendimento que proporcionem uma resposta mais adequada às necessidades das crianças e das famílias pressupõe o conhecimento objectivo da realidade de cada região do país. Isso não é fácil e provoca alguns entraves à concretização das recentes alterações propostas pela legislação, dificultando a própria planificação do crescimento da rede institucional.

Por outro lado, as referidas alterações contemplam exclusivamente o atendimento às crianças a partir dos 3 anos. Relativamente às crianças mais pequenas, para além de continuar uma enorme indefinição, a cobertura institucional continua a ser extremamente reduzida.

Foram estas questões, na altura muito mais prementes, que nos levaram a iniciar em 1992 um **estudo sobre as características da educação de infância no dis-**

distrito de Santarém, recolhendo informações a nível local e ouvindo os diferentes intervenientes.

Partiu-se do princípio que é importante que a educação de infância seja pensada numa perspectiva sócio-educativa global de apoio às crianças e famílias e não apenas como mais um capítulo do sistema educativo. Daí que utilizemos a expressão *educação de infância* e não *educação pré-escolar*, por pretendermos partir desta concepção mais ampla, que engloba também o atendimento às crianças com menos de 3 anos.

Esta forma alargada de conceber a educação de infância, difundida em Portugal sobretudo a partir dos anos 70, deu já origem ao desenvolvimento de projectos de intervenção e tem sido defendida em relatórios de diferentes grupos que estudaram a problemática da educação de infância. De acordo com esta concepção ecológica da educação de infância, partilhada por Bronfenbrenner (1975) entre outros, a criança não é vista de forma isolada, considerando-se todas as influências do meio como um contributo directo ou indirecto na modelação do seu desenvolvimento.

Assim, o estudo desenvolvido pela equipa do Projecto de Caracterização da Educação Pré-Escolar (PROCEPE) visou caracterizar todo o tipo de iniciativas existentes no distrito de Santarém que abrangessem crianças dos 0 a 5 anos, no âmbito da educação, saúde e segurança social.

Foi assim definido como principal **objectivo** do PROCEPE:

- Caracterizar a educação de infância no distrito de Santarém

para a partir daí ser possível estabelecer uma rede de apoio às diferentes instituições e iniciativas do distrito.

O processo de caracterização compreendeu as seguintes etapas:

- Definição de metodologias e construção de instrumentos de recolha e análise da informação (1992).
- Organização dos diferentes dados estatísticos disponíveis (1992).
- Recolha de dados actualizados junto das diferentes instituições/serviços através de questionários (1993).
- Análise de toda a informação recolhida (1994/95).

- Selecção de algumas freguesias para a realização de estudos locais mais detalhados com vista a uma maior precisão e compreensão das informações recolhidas (1995/96 e início de 96/97).
- Análise de todos os dados recolhidos no estudo das freguesias (96/97).

Caracterização do distrito

Com base no tratamento dos dados previamente disponíveis, foram contactados todos os serviços e instituições do distrito que interferem no apoio sócio-educativo à infância, tendo-se enviado **questionários** para todas as entidades de que se tinha conhecimento. Obtiveram-se as seguintes percentagens de respostas:

- 304 Instituições de Educação de Infância - 47%
- 6 Creches Familiares - 67%
- 582 Educadoras de Infância - 40%
- 15 Centros de Formação de Professores - 80%
- 12 Instituições do Ensino Especial - 67%
- 11 Equipas do Ensino Especial - 82%
- 8 Lares para Crianças Privadas de Meio Familiar Normal - 63%
- 22 Centros de Saúde - 64 %
- 4 Hospitais - 100%
- 21 Câmaras Municipais - 76%
- 191 Juntas de Freguesia - 56%

Através do Instituto Nacional de Estatística, da Direcção Escolar de Santarém, do Relatório Índice de Poder de Compra Regional - 1993, (SELGEC/Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional), foram ainda recolhidas as seguintes informações:

- N^o de crianças dos 0-6 anos (freguesias/concelhos)
- N^o de crianças que frequentam o 1^o ano do 1^o ciclo do ensino básico (concelhos)
- Taxa de insucesso escolar no 1^o ciclo do ensino básico (concelhos)
- Dados sócio-económicos (concelhos)
- Taxa de população activa feminina (concelhos)
- Dados demográficos (concelhos)

Todas as informações recolhidas nesta fase referem-se a 1993, à excepção dos dados demográficos e de alguns dados da caracterização sócio-económica que se referem a 1991. A base de dados em que se encontram estas informações poderá ser consultada por eventuais interessados, constituindo a primeira etapa do Centro de Recursos para a Educação de Infância que começamos a organizar na ESE de Santarém.

Em função da natureza dos dados foram feitos tratamentos diferenciados, sem impedir, no entanto, sempre que possível e desejável, o cruzamento de todas as informações. Pretendeu-se, assim, compreender melhor a realidade do distrito e analisar as características específicas de cada um dos concelhos.

Estudo das quatro Freguesias

Para aferir e precisar os dados recolhidos previamente, realizaram-se estudos locais em quatro freguesias que considerámos ilustrativas de diferentes realidades observadas no distrito. Estas freguesias situam-se no **concelho de Santarém** e os critérios de selecção foram sobretudo de ordem sócio-económica. Tratam-se das freguesias de:

- Marvila (urbana);
- Vale de Santarém (periurbana);
- Pombalinho (rural);
- Almoester (rural mas sem qualquer atendimento institucional à infância¹).

O estudo destas freguesias foi efectuado no ano lectivo de 1995/96, através de entrevistas a algumas pessoas que, a nível local, têm uma intervenção directa ou indirecta no apoio sócio-educativo das crianças:

- Educadoras de infância responsáveis pela coordenação pedagógica das instituições de educação de infância
- Pais de crianças que as frequentam
- Educadoras responsáveis por creches familiares
- Ama de uma creche familiar
- Ama (não pertencente a nenhuma creche familiar)

¹ Segundo informações de que dispomos entrou em funcionamento nesta freguesia, no ano lectivo 98/99, uma sala de Jardim de Infância da rede pública.

- Professoras do 1º ciclo do ensino básico
- Director de um Centro de Formação de Associação de Escolas
- Médico e enfermeira de um centro de saúde
- Técnicas responsáveis por lares para crianças privadas de meio familiar normal
- Coordenadora da instituição de ensino especial
- Coordenadora da equipa do ensino especial
- Presidentes das Juntas de Freguesia.

Foi ainda feito o perfil sócio-económico das crianças em idade pré-escolar que frequentam as instituições destas freguesias, através de um inquérito preenchido pelas educadoras e estagiárias da ESES.

Divulgação e implicações do trabalho realizado

Acompanhando o desenvolvimento deste projecto e com o objectivo de divulgar e de discutir com os autarcas e serviços centrais e regionais responsáveis pelo atendimento sócio-educativo para a infância no distrito, efectuaram-se reuniões, encontros e publicações.

Destas iniciativas, destacamos a organização de dois Encontros regionais, realizados respectivamente em 1993 e 1995:

- I Encontro Regional de Educação de Infância (Fevereiro/1993) - Organizado com todos os representantes dos serviços centrais e regionais da área da educação, saúde e segurança social, de algum modo ligados ao apoio às crianças e famílias. Teve como objectivos, para além da apresentação do PROCEPE, um melhor conhecimento do funcionamento dos serviços e das iniciativas em curso no distrito.
- II Encontro Regional de Educação de Infância (Julho/1995) - Organizado para as autarquias do distrito, para divulgação dos dados do estudo realizado.

Destacamos ainda, para além dos contactos que informalmente foram sendo estabelecidos, a realização de reuniões com os serviços regionais, em Janeiro de 1996, para discussão dos dados da caracterização do distrito e para preparação

do estudo das quatro freguesias que se realizaria durante a segunda fase do projecto:

- Reunião com um representante da Administração Regional de Saúde da região de Santarém – 3/1/1996
- Reunião com a equipa do Centro da Área Educativa de Santarém – 10/1/1996
- Reunião com a Vereadora do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Santarém – 17/1/1996
- Reunião com representantes do Núcleo de Infância e Juventude do Centro Regional de Segurança Social de Santarém – 23/1/1996

A partilha dos dados do estudo realizado foi de particular importância num momento em que a nível nacional e regional se reflectiam questões de fundo sobre a educação de infância que levaram à publicação de nova legislação, já atrás referida.

Pensamos que o PROCEPE, ao analisar e sistematizar as características da educação de infância do distrito de Santarém, pode efectivamente favorecer o estabelecimento de uma rede de apoio/formação às instituições existentes em articulação com os diferentes serviços, de forma a proporcionar uma resposta mais adequada às necessidades das famílias que aqui vivem.

Partindo do pressuposto que a nível central não é possível definir uma intervenção adequada às características específicas das diferentes regiões, e que só a nível regional é viável definir projectos que verdadeiramente respondam às necessidades sentidas pelas populações, seria muito interessante que outras iniciativas deste tipo surgissem, nas diferentes regiões do país.

2. Caracterização sócio-económica de Santarém.

2.1. O distrito.

A análise sócio-económica que aqui apresentamos, tem em vista apenas servir de enquadramento ao estudo da situação da educação de infância no distrito de Santarém. Pretendemos somente esboçar um quadro de referência que tenha em linha de conta as principais dinâmicas demográficas, alguns indicadores referentes à qualidade de vida das populações e os aspectos mais relevantes da actividade económica a nível regional. Este enquadramento, mais descritivo que explicativo, ajuda-nos a compreender os contextos em que a educação de infância, objecto principal de estudo desta investigação, se situa.

Desde já chamamos a atenção para o facto de nem sempre o valor dos dados ser coincidente, o que tem a ver com a diversidade de fontes consultadas. Na medida do possível, procurámos uniformizar este aspecto.

A **situação demográfica** do distrito de Santarém caracteriza-se por uma tendência generalizada para a diminuição da população residente, um envelhecimento populacional e uma redistribuição espacial da população, o que tem conduzido à desertificação das áreas rurais.

Relativamente à evolução da população residente, registou-se nas últimas décadas uma diminuição progressiva, que tende a acentuar-se desde 1981. A maioria dos concelhos em estudo perde população, especialmente aqueles que se localizam em áreas menos desenvolvidas ou com menos potencial de desenvolvimento, nomeadamente por se encontrarem afastados dos principais eixos de comunicação. Referimo-nos a casos como os de Mação, Sardoal e Ferreira do Zêzere.

Há dois concelhos, no entanto, que apresentam valores francamente positivos: o do Entroncamento (por ser um concelho com uma área muito pequena, diminuindo o peso dos fenómenos inerentes ao espaço rural, e por se encontrar numa localização privilegiada em termos de acessibilidade ferroviária) e o de Benavente (por se encontrar na continuidade da Área Metropolitana de Lisboa e ter vindo a ser cada vez mais procurado em termos de residência, tendência que se acentua com a construção da ponte Vasco da Gama entre Lisboa e o Montijo).

A diminuição, em termos globais, da população residente no distrito está muito dependente de dois factores. Por um lado observamos uma forte ligação com a capacidade atractiva que os concelhos têm. Duma forma geral, salvo nos casos acima mencionados, o distrito não tem tido capacidade para fixar a sua população e ainda menos capacidade para atrair população de outras regiões do país. Por outro lado, e com base nas taxas demográficas médias dos últimos 5 anos (1988-1992), regista-se uma diminuição acentuada da taxa de natalidade, levando a que o crescimento natural seja negativo (as médias distritais do período 1988-1992 são de 9.25% para a taxa de natalidade e de 12.26% para a taxa de mortalidade).

Poucos concelhos contrariam esta tendência que tem vindo a consolidar-se ao longo dos anos e que pensamos estar relacionada com a mudança de valores na sociedade portuguesa, em geral, mas também com factores de ordem sócio-económica. É importante salientar que os valores médios das taxas acima referidos denunciam uma evolução negativa no crescimento natural da população mais rápida do que as correspondentes médias a nível nacional (taxa de natalidade 11,74%; taxa de mortalidade 9,98%).

Os factores acima enunciados explicam também o envelhecimento da população residente, cujas consequências económicas e sociais já se fazem sentir. Como globalmente o distrito apresenta fraca capacidade atractiva, a população que emigra para outras regiões do país ou estrangeiro é constituída fundamentalmente por jovens e adultos jovens, permanecendo na região as populações mais velhas. Os baixos valores da taxa de natalidade também não asseguram a substituição de gerações. Este facto é bastante evidenciado pela análise da distribuição da população residente por escalões etários: a percentagem de população abaixo dos 14 anos aproxima-se e, por vezes, é inferior à da população com mais de 65 anos.

Quanto à **redistribuição espacial da população**, nota-se uma tendência generalizada para a urbanização. Mesmo nos concelhos onde se regista uma diminuição da população residente, observa-se a sua concentração nos principais centros urbanos. Este é o caso do próprio concelho de Santarém que, embora tenha registado uma diminuição ligeira da população residente entre 1981 e 1991, viu aumentar significativamente a população do seu principal centro urbano. Analisando os dados sobre a repartição da população residente por dimensão dos lugares, na mesma década, regista-se uma forte tendência no distrito para a concentração nos lugares com mais de 2.000 habitantes.

Este movimento de urbanização tem conduzido a uma desertificação progressiva do meio rural e, quantas vezes, a um agudizar dos problemas sociais nos meios urbanos, que se vêem desprovidos dos recursos necessários para satisfazer as carências destas populações migrantes. Problemas de marginalidade, exclusão social e pobreza associada a bairros degradados ou clandestinos, extravasaram os limites das grandes cidades do litoral e foram-se difundindo pelos centros urbanos do interior, nomeadamente do distrito de Santarém.

Estes fenómenos não apresentam nenhuma especificidade regional, pois enquadram-se na tendência nacional para a litoralização e urbanização da população. Tratam-se de dinâmicas associadas a transformações mais vastas a nível sócio-cultural e do mercado de trabalho como, por exemplo, a alteração das bacias nacionais de emprego.

Apesar deste agravamento das condições sócio-económicas de alguns grupos sociais, a análise dos dados de base sobre as **condições de habitabilidade** indica uma satisfação bastante razoável dos requisitos mínimos. Assim, a taxa de cobertura da rede eléctrica é muito satisfatória em todo o distrito, aproximando-se dos 97%. As carências registadas ao nível da cobertura da rede de água, que raramente afectam mais do que 10% da população residente, são mais notórias nos concelhos onde há um povoamento mais disperso e onde os furos ou poços tentam compensar esta lacuna. A rede de esgotos apresenta uma percentagem de cobertura ligeiramente inferior à da rede de abastecimento de água, cobrindo em média 89% das necessidades, o que se deve, em grande parte, às características dispersas do povoamento.

Os níveis de satisfação acima discriminados demonstram um forte investimento das autarquias nestas áreas, por forma a ultrapassar as carências que ainda há pouco tempo praticamente todo o distrito apresentava e que alguns concelhos mais limitrofes mantêm. De qualquer forma, não é a este nível que o distrito apresenta as suas maiores deficiências em termos de potencial de desenvolvimento. A análise dos dados disponíveis sobre a escolaridade da população residente denuncia situações mais preocupantes em termos futuros.

Para o desenvolvimento económico de uma região os **recursos humanos** disponíveis constituem o ponto central de todo o processo. É aqui que parece residir o calcanhar de Aquiles do desenvolvimento deste distrito que, em termos económicos, manteve durante séculos forte ligação à terra e aos recursos agrícolas, pecuários e florestais. As primeiras indústrias estavam directamente

relacionadas com actividades do mundo rural como, por exemplo, os curtumes e o fabrico de peças para móveis. Estas actividades, primárias e secundárias, eram pouco exigentes em termos da qualificação escolar/profissional da mão-de-obra. As recentes alterações do contexto sócio-económico nacional, comunitário e internacional, têm implicado muitas mudanças, nomeadamente em termos da mão-de-obra que se pretende mais qualificada.

Embora as taxas de analfabetismo, a nível dos concelhos, tenham baixado de 1981 para 1991, a média distrital (17%) está acima da média nacional (12,6%) e representa um valor excessivamente elevado para um país integrado na União Europeia. Analisando este indicador concelho a concelho, verifica-se uma grande disparidade, com valores que oscilam entre 6,3% no Entroncamento e 28,2% em Coruche.

Aprofundando esta análise da escolaridade, é notório o atraso regional. Com efeito, praticamente 45% da população residente tem apenas o ensino primário e 4,45% o ensino superior. Estes valores são indicadores de um nível de escolaridade muito baixo, pois o que actualmente se considera ser a escolaridade básica é atingido apenas por 11,51% da população residente.

Analisando paralelamente os dados das categorias profissionais da população activa, apenas 2,76% dos trabalhadores têm a categoria de quadros médios ou superiores. Em contrapartida, cerca de 54% dos trabalhadores são considerados como semiquificados ou com categoria profissional inferior. Estes dados vêm corroborar as preocupações implícitas na análise feita sobre os níveis de escolaridade, ou seja, os recursos humanos regionais carecem manifestamente de formação escolar e profissional para fazer face às exigências de produção e gestão mais modernas.

A baixa preparação da mão-de-obra disponível, face às exigências actuais dos mercados de trabalho, tem consequências nas taxas de actividade e de desemprego. Analisando os respectivos dados é de salientar que apenas cerca de um terço do total da população feminina é que tem um emprego, enquanto que nos homens esta percentagem sobe, em média, para aproximadamente 53%. Esta disparidade é mais acentuada nos concelhos limitrofes, nomeadamente Mação, Sardoal e Ferreira do Zêzere, onde as actividades rurais são predominantes. No entanto, analisando os dados da população com idades compreendidas entre os 16 e os 49 anos, verificamos que a taxa média de actividade feminina se aproxima bastante da média masculina. Este facto terá, inevitavelmente, as suas

consequências, em termos de natalidade e de disponibilidade para acompanhamento dos filhos.

O sexo feminino é também o mais penalizado pelo desemprego no distrito, pois enquanto o sexo masculino apresenta uma taxa de desemprego média (cerca de 3,5%), no sexo feminino este indicador sobe bastante (perto de 13% em 1991). Estas percentagens têm tendência a aumentar, atendendo às reestruturações do tecido económico já mencionadas, sendo previsível que venham a penalizar ainda mais fortemente as mulheres. De facto, a sua menor participação no mercado de trabalho bem como a sua maior vulnerabilidade relativamente ao emprego deve-se mais a factores sociais, culturais e empresariais do que a factores associados à escolarização.

De acordo com as informações fornecidas pelos autarcas, o desemprego é o principal **problema que afecta as famílias** residentes no distrito (na opinião de 56,3% dos Presidentes das Câmaras Municipais e 25,2% dos Presidentes das Juntas de Freguesia), logo seguido da falta de casas ou da degradação do parque habitacional.

Ainda na opinião dos autarcas, outros problemas que afectam as famílias são a falta de instituições que assegurem a guarda das crianças enquanto os pais trabalham (18,8% dos Presidentes da Câmara e 33,3% dos Presidentes da Junta de Freguesia) e a insuficiência de serviços de saúde (6,3% dos Presidentes da Câmara e 18% dos Presidentes da Junta de Freguesia). Observamos, no entanto, uma certa disparidade entre as respostas dadas pelos responsáveis das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em relação a estas questões. Esta disparidade parece reflectir que as respostas dos representantes das Câmaras Municipais revelam uma outra escala de análise muito condicionada pelo que se passa na sede do concelho.

Para além da questão fulcral dos recursos humanos, outro aspecto de natureza económica para o qual achamos importante chamar a atenção é o da **dimensão das empresas**. A estrutura empresarial regional caracteriza-se por pequenas empresas, muitas delas com carácter familiar: em 1991 mais de 50% das unidades tinham até 4 empregados e 76% menos de 10. Este factor cria problemas de capitalização das empresas e condiciona a sua capacidade de investimento.

A maioria das empresas comerciais grossistas enquadram-se nos ramos alimentar, bebidas e tabaco; agricultura, silvicultura e pecuária; minerais, metais e

produtos químicos industriais. Os retalhistas repartem-se preferencialmente pelos alimentos e bebidas; têxteis, vestuário e calçado; móveis e artigos de mobiliário, o que está de acordo com os sectores de actividade tradicional da região.

Em relação à indústria transformadora, a análise dos indicadores disponíveis permite definir quatro **áreas geográficas industriais** no distrito: o triângulo Tomar - Torres Novas/Alcanena - Abrantes; o eixo Cartaxo - Santarém; e os pólos de Rio Maior e Benavente. Estas áreas polarizam as principais bacias de emprego a nível regional e, conseqüentemente, as parcelas do território distrital que apresentam dinâmicas demográficas e sócio-económicas mais positivas.

2.2. O concelho de Santarém

Em termos **demográficos** observa-se uma estagnação ou mesmo uma tendência para a diminuição da população residente neste concelho, apesar de aí se situar a capital de distrito cuja população tem vindo a crescer pela atracção que exerce sobre o meio rural. O crescimento natural é negativo, seguindo a tendência global distrital, o que reforça a perda de população associada aos movimentos migratórios, especialmente em direcção ao litoral português. O concelho não parece apresentar uma **capacidade de atracção** que inverta esta tendência demográfica, excepto nas suas quatro freguesias urbanas.

Em termos **educativos**, a taxa de analfabetismo (14,2% em 1991) tem vindo a diminuir, embora se mantenha elevada para os padrões europeus. No entanto, entre os concelhos do distrito, o concelho de Santarém é o que apresenta níveis de escolaridade mais elevados (6,51% da população com mais do que o ensino secundário e 21% com o ensino secundário). Estes níveis de escolaridade estão de alguma maneira relacionados com a elevada concentração de estabelecimentos de educação e de formação, bem como de actividades do sector terciário, particularmente os serviços administrativos que se centralizam na capital de distrito.

A **taxa de desemprego** em 1991 é de 5,5% (homens 3,4% e mulheres 8,7%), sendo de salientar a fraca percentagem de desemprego feminino quando comparada com a média distrital (13,1%). A população activa feminina, na faixa etária dos 16 aos 49 anos, é de 54,88%.

Segundo os autarcas, os principais **problemas que afectam as famílias** parecem ser a falta e a degradação do parque habitacional, assim como o alcoolismo e/ou a toxicod dependência.

2.3. As quatro freguesias estudadas

2.3.1. Almofter

Localizada na parte oeste do concelho de Santarém, a freguesia de Almofter apresenta características eminentemente rurais, tanto em termos económicos como em termos sócio-culturais.

Nos últimos anos tem vindo a registar um processo de despovoamento crescente, se tivermos em conta a população residente, por não ter um mercado de trabalho local que fixe a população. No entanto, tem tido um reforço significativo da população sazonal, constituída por pessoas que residem em Santarém ou Lisboa e que buscam o campo durante os fins-de-semana ou as férias. Este fenómeno tem levado à recuperação de muitas habitações, algumas das quais já se encontravam em avançado estado de degradação.

2.3.2. Pombalinho

É também uma freguesia rural, situada perto da Golegã. Tendo em conta os dados de que dispomos, é de salientar uma certa estabilidade em relação ao número de famílias residentes, não se observando tendência para as famílias abandonarem a freguesia ou para aqui se fixarem novas famílias.

Considerando a resposta da Junta de Freguesia ao nosso questionário, a maioria dos residentes trabalha na freguesia ou a uma distância inferior a 30Km, principalmente em Santarém.

2.3.3. Vale de Santarém

É uma freguesia periurbana, situada perto da cidade de Santarém. Contrariamente à maior parte das freguesias do concelho, o despovoamento não

surge como problema, continuando o Vale de Santarém a ter capacidade para atrair população. Este facto deve-se à sua proximidade da capital do distrito, bem como à boa acessibilidade rodoviária e ferroviária que apresenta, tanto em relação àquele centro urbano como em relação ao Cartaxo. A sua população activa trabalha maioritariamente no sector terciário.

2.3.4. Marvila

Trata-se de uma freguesia urbana da capital do distrito e apresenta problemas demográficos sobretudo relacionados com o envelhecimento da população. Com efeito, uma grande parte da sua área abrange o centro histórico da cidade de Santarém, que tem vindo a tornar-se numa área terciária por excelência, habitada principalmente por uma população que aí se fixou há muito tempo.

Esta freguesia integra um bairro periférico à cidade de Santarém: Alfange, que apresenta características muito específicas. Separado fisicamente do resto da freguesia, já que se situa no sopé do planalto em que Santarém se implantou, bem junto ao rio, diferencia-se dos restantes bairros da freguesia em numerosos aspectos, nomeadamente pelo predomínio de famílias socialmente muito desfavorecidas.

3. Caracterização da educação de infância em Santarém

3.1. A rede institucional do distrito²

Neste capítulo apresentamos apenas uma síntese dos principais dados recolhidos. Uma apresentação mais detalhada da rede institucional existente nos diferentes concelhos do distrito, foi já apresentada numa anterior publicação: PROCEPE (1995) *A educação de infância no distrito de Santarém*, Santarém, ESES, F.C. Gulbenkian.

De acordo com os dados por nós recolhidos em relação às características da actual rede institucional existente (sintetizados no QUADRO 1), observamos que, contrariamente à realidade de muitos outros distritos do país, a maior parte das instituições de educação de infância pertencem à rede pública do Ministério da Educação (57,4%). Esta presença é ainda mais relevante se considerarmos que é o único **tipo de instituição** que existe em 128 (67%) das 191 freguesias do distrito³.

São Instituições Privadas de Solidariedade Social 37,4% das instituições de educação de infância do distrito, e apenas 2,7% privadas com fins lucrativos. Existem ainda outros tipos de instituições com pouca representatividade, nomeadamente uma instituição oficial da Segurança Social numa das freguesias da cidade de Santarém.

Foi com alguma surpresa que constatámos que 26 freguesias do distrito (13,6%) não dispõem de qualquer tipo de resposta institucional para crianças dos 0 aos 5 anos de idade, e que em 136 (71,2%) só há equipamentos educativos para crianças com 3 ou mais anos de idade.

Fazendo uma breve análise da **dependência jurídica** das instituições existentes em cada concelho, constatámos que em apenas 3 concelhos (Almeirim, Cartaxo e Salvaterra de Magos) existem mais IPSS's que Jardins de Infância da rede

² Recordamos que as informações apresentadas neste capítulo se referem ao ano de 1993. Actualmente a realidade apresenta algumas alterações, nomeadamente pelo facto de terem sido criados novos jardins de infância.

³ Com a criação de novas instituições pelas autarquias, esta situação tem tido tendência a acentuar-se.

pública, enquanto que em 17 dos 21 concelhos do distrito, os Jardins de Infância da rede pública constituem 50% ou mais das instituições existentes. Como é natural, apenas os concelhos com características mais urbanas e com maior densidade populacional dispõem de instituições privadas com fins lucrativos. Tratam-se dos concelhos de Santarém (com 20,5% de instituições particulares) e de Torres Novas (com apenas 1,5%).

No total, temos conhecimento de que **no ano de 1993 funcionavam** no distrito 304 instituições de educação de infância e 6 grupos de creche familiar (nos concelhos de Almeirim, Rio Maior, Santarém, Tomar e Ourém). Nestes números não se incluem 15 instituições que segundo os dados estatísticos existiriam mas que verificámos não se encontrarem em funcionamento, umas por insuficiência do número de crianças, outras por terem sido criadas em Portaria pelo Ministério da Educação mas nunca terem chegado a funcionar.

Das instituições em funcionamento no distrito, 270 (88,8%) têm só a **valência** de jardim de infância, 32 (10,5%) englobam as valências de jardim de infância e creche colectiva e apenas 2 (0,7%) têm unicamente a valência de creche colectiva. No total elas abrangem 578 grupos de crianças e empregam 582 educadoras de infância.

Segundo os nossos cálculos, o **rácio educador/crianças** é, em média, de 1/22, mas oscila entre 1/17 (no concelho de Almeirim) e 1/27 (no concelho de Coruche).

Tendo analisado o número de **educadoras por instituição**, ressalta o isolamento em que muitas profissionais trabalham, já que existem 200 instituições (65,8%) de lugar único, das quais 197 são da rede pública do Ministério da Educação. Apenas em 62 instituições (20,4%) trabalham 3 ou mais educadoras. Estes dados estão relacionados com as características demográficas do distrito, já que existem vastas zonas rurais, onde os aglomerados populacionais são de pequenas dimensões, não se justificando a criação de mais do que um grupo de crianças por instituição.

Para as **crianças dos 0 aos 2 anos** a cobertura institucional é muito reduzida (10,87%), existindo cerca de 11 014 crianças que não têm possibilidade de frequentar qualquer tipo de instituição. Note-se que existem creches familiares apenas em 5 concelhos, donde se conclui que a maioria das crianças ou não frequenta qualquer instituição ou frequenta creches colectivas.

Surpreende-nos o facto de não existir qualquer tipo de atendimento institucional para crianças desta idade em 162 freguesias. Mesmo tendo em conta que nalguns concelhos a população activa feminina é bastante reduzida, a guarda das crianças desta idade é uma questão que continua sem respostas institucionais. A dúvida que se levanta é se elas não existem por não serem necessárias, ou se a reduzida taxa de emprego das mães está relacionada com a ausência de instituições de acolhimento para esta faixa etária.

A cobertura institucional das **crianças dos 3 aos 5 anos** é de cerca de 86%, existindo 2 029 crianças que não têm acesso a qualquer tipo de instituições. Comparativamente com outros distritos do país, Santarém é um dos que apresenta maior cobertura institucional para esta idade. Verificamos mesmo, que em alguns concelhos, como é por exemplo o caso do Sardoal, o número de crianças residentes é inferior à cobertura institucional disponível, situação que pensamos surgir essencialmente devido às características demográficas do distrito, já que a taxa de natalidade tem vindo a sofrer uma enorme redução. (Neste concelho a taxa de cobertura institucional é de 165,4%).

Apesar do número de vagas existentes o permitir, observamos que existe um elevado número de crianças (cerca de 2 347) que actualmente não frequentam nenhuma instituição. Por outro lado, se cerca de 278 crianças são referidas como estando em lista de espera por alguns responsáveis de Jardins de Infância, levanta-se a dúvida sobre a razão de ser destas vagas. Mesmo avançando com hipóteses como a existência de mais procura nos centros urbanos onde não há vagas, e menos nalgumas freguesias rurais onde as vagas permanecem, estes números parecem significar que alguns ajustes serão necessários. Tentaremos identificá-los ao longo deste trabalho.

Fazendo um balanço geral sobre a rede de instituições de educação de infância do distrito de Santarém, parece-nos que a principal carência diz respeito à cobertura institucional das crianças dos 0-2 anos.

QUADRO 1 - REDE DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NO DISTRITO DE SANTARÉM (1993)

POPULAÇÃO RESIDENTE (1991)	0-2 Anos	12357	
	3-5 Anos	13489	
CAPACIDADE DAS INSTITUIÇÕES	0-2 Anos (1)	1343	
	3-5 Anos	11535	
% COBERTURA DAS INSTITUIÇÕES	0-2 Anos	10.87%	
	3-5 Anos	85.51%	
DIFERENÇA N° RESIDENTES/ CAPACIDADE INSTITUCIONAL	0-2 Anos	11014	
	3-5 Anos	2029	
DIFERENÇA CAPACIDADE INSTITUCIONAL/UTENTES	0-2 Anos	37	
	3-5 Anos	2347	
N° TOTAL FREGUESIAS		191	
N° DE FREGUESIAS	Em que só existem Instituições dependentes do ME	126	
	Em que só existem Instituições dependentes do CRSS	7	
	Em que só existem Instituições para crianças 3-5	136	
	Em que só existem Instituições para crianças 0-2	-	
	Em que não existem Instituições	26	
N° TOTAL DE INSTITUIÇÕES (0-5 ANOS)	Privadas (ME ou CRSS)	55	
	Oficiais (ME ou CRSS)	249	
N° TOTAL	Instituições (a funcionar)	304	
	Salas/grupo de trabalho (a funcionar)	576	
	Instituições (sem funcionar)	15	
	Salas/grupo de trabalho (sem funcionar)	20	
N° DE EDUCADORES (2)		582	
N° DE EDUCADORES/CAPACIDADE INSTITUCIONAL (0-5 ANOS)		1/22	
% SALAS EM FUNÇÃO DA DEPENDÊNCIA JURÍDICA (0-5 ANOS)	ME	R. Pública/Autarquia	57.4%
		Privada	2.7%
	CRSS	Oficial	0.9%
		IPSS	37.4%
	Outros		1.6%
VALÊNCIAS	Prolongamento de horário J. i. (3-6 anos)	10	
	J i + Creche	32	
	J Infância	270	
	Creche Familiar	6	
	Creche Colectiva	2	
CAPACIDADE INSTITUCIONAL POR DEPENDÊNCIA JURÍDICA (3-5 ANOS)	ME	R. Pública/Autarquia	71.24%
		Privada	2.22%
	CRSS	Oficial	0.36%
		IPSS	25.44%
	Outros		0.36%
DIFERENÇA DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL/UTENTES (3-5 ANOS)	ME	R. Pública/Autarquia	1982
		Privada	62
	CRSS	Oficial	-2
		IPSS	285
	Outros		33
% POPULAÇÃO ACTIVA FEMININA (12-49 anos) (1991)	Tota	52.75%	
	Actualmente a trabalhar	86.9%	
	Em situação de desemprego	13.1%	
1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	N° de alunos que frequentam o 1º ano/1º ciclo ensino básico	4826	
	% de aproveitamento final 2º ano, 1º ciclo ensino básico	87.4%	

(1) Considerando a Creche Familiar (2) Sem considerar a Creche Familiar

Opinião dos responsáveis das instituições de educação de infância do distrito

Grande parte das informações de que dispomos foram recolhidas através de questionários enviados em 1993 a todas as instituições de educação de infância do distrito, de que tínhamos conhecimento. Dos 304 questionários, foram recebidas 144 respostas (47%). Destas, 72% correspondem a jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação, 12,5% a jardins de infância que então funcionavam sob a responsabilidade das autarquias, 14,6% a Instituições Particulares de Solidariedade Social, havendo ainda uma instituição pertencente ao Centro Regional de Segurança Social.

Começaremos por referir as opiniões expressas nos inquéritos pelos responsáveis das instituições de Educação de Infância do distrito (na sua maioria educadoras) sobre os principais problemas que afectam o seu funcionamento e as sugestões que apresentam aos responsáveis dos serviços tutelares.

A maior parte dos problemas citados centram-se na falta de recursos económicos para aquisição de materiais, remodelação de instalações ou arranjo do espaço exterior, problemas que parecem ser comuns aos diferentes tipos de instituições. Outros problemas comuns são a falta de pessoal de apoio, a ausência de algumas condições de segurança para as crianças (por degradação dos espaços, por exemplo) ou ainda, embora com menor expressão, o não cumprimento do horário estabelecido com os pais.

Alguns problemas foram apresentados exclusivamente pelos educadores responsáveis por jardins de infância da rede pública, e referem-se a: inexistência de prolongamento de horário para responder às necessidades das famílias; falta de transporte escolar; falta de condições para fornecimento de almoços; instabilidade nas colocações dos educadores e auxiliares; falta de apoio de equipas de saúde escolar e de outros técnicos na resolução de casos pontuais; falta de apoio técnico-pedagógico; não articulação com outros níveis de ensino; absentismo dos utentes e o isolamento profissional dos educadores.

Também as IPSS sentem algumas dificuldades que lhes são específicas, nomeadamente desigualdade no estatuto e condições de trabalho entre os educadores que trabalham para diferentes entidades; número excessivo de crianças sob responsabilidade de cada educador, o que diminui a possibilidade de um atendimento individualizado; baixa participação financeira das famílias, devido

à sua situação económica, que se repercute nos baixos recursos financeiros destas instituições.

Quanto às sugestões dadas aos responsáveis pela educação de infância, elas vão sobretudo no sentido de se criarem condições para a existência de prolongamentos de horário, em particular nos jardins de infância da rede pública. Não longe desta questão - que salienta a necessidade de uma resposta mais adequada às necessidades das famílias - está a sugestão de criação de condições para fornecimento de almoços e para o transporte das crianças. Tratam-se de preocupações partilhadas por alguns autarcas do distrito, que manifestam essa necessidade ou planeiam a sua implementação a curto prazo. Alguns responsáveis de instituições são ainda mais concretos ao sugerirem a criação de jardins de infância nucleares ao nível de freguesia - combatendo o isolamento de alguns profissionais e o baixo nível de frequência em algumas localidades -, instituições estas que teriam certamente melhores condições de apoio aos pais e à comunidade.

Importa referir que algumas destas questões estão já ultrapassadas ou em vias disso, uma vez que a legislação publicada em 1997 veio ao encontro destas preocupações, sentidas e expressas por educadores de todo o país.

Outras sugestões apresentadas referem-se a remodelação ou ampliação de espaços físicos e à melhoria das condições de segurança. Porém, a maior preocupação parece estar no aumento do número de pessoal de apoio e na redução do número de crianças por sala, já que um adequado rácio educador/criança é um importante indicador de qualidade dos serviços de educação de infância, uma vez que a oportunidade de interacção com os adultos é um factor de desenvolvimento nesta faixa etária.

A valorização da função educativa deste nível de ensino parece também estar presente nas sugestões de criação de um currículo ou definição de linhas programáticas, na generalização do atendimento a todas as crianças e ainda na controversa questão da obrigatoriedade da educação pré-escolar aos 5 anos. Também esta questão está já em parte ultrapassada, com a definição de Orientações Curriculares pelo Ministério da Educação e pelas medidas que actualmente estão a ser tomadas no sentido de fomentar um maior crescimento da rede institucional nas zonas em que ela é insuficiente.

O apoio prestado a crianças com necessidades educativas especiais suscita também alguma preocupação nos responsáveis das instituições, que solicitam a intervenção e o apoio de outros técnicos, tais como psicólogos, técnicos de serviço social ou equipas de saúde escolar.

No que se refere às relações com outras estruturas existentes na comunidade (bibliotecas para crianças, por exemplo) e com outros níveis de ensino (nomeadamente o 1º ciclo do ensino básico) foi apontada a necessidade de uma maior articulação entre todos.

Presente nas sugestões formuladas está a melhoria de condições de estabilidade profissional dos educadores de infância e auxiliares, assim como a igualdade de estatuto entre educadores que trabalham nas IPSS e na rede pública.

Finalmente, a necessidade de uma política coerente que defina grandes linhas orientadoras para a educação de infância, tendo em conta a avaliação das necessidades das crianças, é referida pelos responsáveis das instituições que desejam participar nas decisões referentes à educação pré-escolar. Essas medidas conjugadas com uma maior fiscalização e exigência de qualidade são passos fundamentais para este nível educativo que consideram precisar de ser mais valorizado. Esperamos que na sequência das recentes alterações definidas pelo Ministério da Educação, estas aspirações sejam contempladas.

Opinião expressa pelos autarcas

Nas respostas dadas pelas **Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais** ao questionário por nós enviado sobre o atendimento à infância nas suas autarquias, observou-se uma grande concordância de opiniões no que diz respeito às questões colocadas sobre a rede de instituições de educação de infância.

O apoio prestado pelas autarquias às instituições parece consistir essencialmente na manutenção dos edifícios (100% Câmaras Municipais), aquisição de equipamento (93,8% Câmaras Municipais), cedência de transporte para passeios e visitas de estudo (81,3% Câmaras Municipais) e limpeza de instalações (75% Câmaras Municipais). É também em relação a estas rubricas que as Juntas de Freguesia prestam apoio, se bem que nas freguesias da sede do concelho muitas vezes esse apoio seja apenas prestado pelas Câmaras Municipais. Ao contrário

do que pensávamos, os apoios nem sempre são prioritariamente prestados às instituições da rede pública do Ministério da Educação.

Quanto ao tipo de instituições a criar aparecem prioritariamente os jardins de infância (50% Câmaras Municipais; 32,4% Juntas de Freguesia), seguidas das creches colectivas (25% Câmaras Municipais; 35,1% Juntas de Freguesia), creches familiares (25% Câmaras Municipais; 21,6% Juntas de Freguesia) e, por fim, a organização de prolongamentos para os horários dos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação (7,5% Câmaras Municipais; 33,3% Juntas de Freguesia).

Em relação a outras iniciativas existentes para a infância, os autarcas referem as comemorações, as festas organizadas pela comunidade (56,3% Câmaras Municipais; 41,4% Juntas de Freguesia) e os parques infantis (43,8% Câmaras Municipais; 42,3% Juntas de Freguesia).

De acordo com as respostas dadas, iniciativas como a criação de ludotecas e a organização de prolongamentos de horário para as instituições já existentes, que exigem uma organização e estrutura mais complexas, parecem ser escassas, se bem que consideradas necessárias. Em 1993 existiam no distrito apenas duas ludotecas, estando mais três projectadas. Em oito freguesias e três Câmaras Municipais estava projectada animação educativa nas bibliotecas. O prolongamento do horário dos Jardins de Infância foi assinalado como existindo em dez freguesias, estando projectada a sua criação em mais dezassete.

Segundo os autarcas surge também como projecto a organização de um sistema de transporte para as crianças numa freguesia e a organização de serviços de cantina em mais duas. Temos no entanto conhecimento que, posteriormente à realização do nosso questionário, foram organizadas mais iniciativas em várias zonas do distrito.

Apesar de ser referida a existência de educação itinerante numa freguesia e de projectos para a sua implementação em mais duas, os serviços regionais do Ministério da Educação afirmam desconhecer a existência de qualquer iniciativa relativa a esta modalidade educativa no distrito⁴.

⁴ Actualmente já existem algumas iniciativas, nomeadamente no concelho de Santarém por parte da Associação do Desenvolvimento Social e Comunitário de Santarém.

De acordo com as informações fornecidas pelos autarcas, a existência de vagas para crianças do 3 aos 5 anos de idade, quando existem listas de espera e um número significativo de crianças que não frequentam os jardins de infância, deve-se nalguns casos a uma má distribuição geográfica das instituições (referem-se crianças impossibilitadas de frequentar qualquer estrutura por estarem demasiado distantes de qualquer jardim de infância), mas sobretudo à inadequação dos horários das instituições em relação às necessidades das famílias.

Na opinião dos autarcas, os factores que podem melhorar o serviço prestado pelas instituições de educação de infância não se relacionam tanto com os aspectos pedagógicos mas sim com soluções alternativas que possibilitem o prolongamento do horário dos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação, o fornecimento de almoços e o transporte diário das crianças, de forma a dar melhor resposta às necessidades da população.

Estas preocupações são partilhadas, como já vimos, com os responsáveis das instituições do distrito, que as apontam como factores perturbadores do seu funcionamento. Contudo não são igualmente sentidas por todos os autarcas e educadores, havendo freguesias em que o sistema de funcionamento das instituições é considerado suficiente.

Em nossa opinião, há igualmente que reflectir se nas freguesias em que o atendimento é garantido por IPSS's e instituições privadas, não existem famílias cujas carências económicas impossibilitem que as suas crianças frequentem o jardim de infância.

Todos estes factores indicam que o repensar da rede institucional não pode ser feito globalmente, mas sim a nível local, de acordo com as características específicas de cada concelho/freguesia. Pensamos que os educadores de infância, estando inseridos nas comunidades, têm um grande conhecimento das diferentes realidades, podendo assumir um papel importante na sensibilização e apoio às autarquias relativamente à criação de respostas alternativas que possibilitem soluções mais adequadas às necessidades sentidas pelas famílias.

Um aspecto significativo parece ser o facto de, para a grande maioria dos educadores que responderam ao nosso questionário, a imagem dos profissionais de educação de infância ser menos valorizada que a dos professores dos outros níveis de ensino, considerando estes que muitos pais ainda não reconhecem a função educativa dos jardins de infância.

Este facto, sentido pelos profissionais, pode estar também na origem do grande número de vagas actualmente existentes nos jardins de infância, questão que tentaremos analisar nos estudos locais apresentados mais adiante.

A ser assim, a própria formação dos educadores deve ser repensada, devendo estes ser preparados para intervir em diferentes contextos institucionais e de forma a tomarem uma maior consciência do papel que devem assumir como agentes de mudança nas comunidades em que trabalham, devendo envolver mais as famílias no trabalho que desenvolvem e sensibilizando-as para os objectivos da educação pré-escolar.

Em síntese, observamos o seguinte:

Em relação à cobertura institucional para crianças dos 3-5 anos, consideramos que mais do que pensar no crescimento da rede institucional existente, é fundamental reflectir sobre o seu funcionamento, devendo ser criadas respostas alternativas que complementem o trabalho que já se desenvolve. Mas a criação destas respostas não deve ser decidida globalmente, pois a sua planificação deve ter em consideração as características específicas de cada localidade e as verdadeiras necessidades das crianças e das famílias dessa comunidade.

É ainda importante salientar que, para os responsáveis, surge como necessidade uma maior atenção às características do espaço físico das instituições. Reforçamos esta questão por nos parecer que, para além da necessidade de se pensar no crescimento da rede nas zonas em que esta é ainda insuficiente, não pode ser negligenciada a inadequação das características físicas de alguns jardins de infância que funcionam há muitos anos em instalações provisórias.

3.2. A rede institucional no concelho de Santarém⁵

Como era de prever, Santarém é o concelho do distrito com mais crianças dos 0-2 (1 766) e dos 3-5 anos (1 806). Sendo um dos concelhos onde está sediado um

⁵ Recordamos que as informações apresentadas neste capítulo se referem ao ano de 1993. Actualmente a realidade apresenta algumas alterações, como por exemplo a criação de novos jardins de infância.

hospital distrital, é importante notar que existe a probabilidade de estarem registadas crianças que aqui vêm nascer mas que não residem no concelho.

No total, o concelho tem 32 instituições de educação de infância onde funcionam 73 grupos de trabalho. Curiosamente, apesar deste ser o concelho mais populoso, não é o que tem mais instituições, situando-se em 3º lugar no distrito, depois de Torres Novas e Ourém. Mas verifica-se que é aquele em que existe um maior número de grupos de trabalho nas instituições existentes, o que pressupõe que, de um modo geral, elas têm maior capacidade.

Apesar de predominarem os estabelecimentos da rede pública do Ministério da Educação, este é o concelho do distrito com maior número de instituições privadas com fins lucrativos. Para além de dispôr de Instituições Privadas de Solidariedade Social é ainda o único onde se encontra um estabelecimento oficial do Centro Regional de Segurança Social, um Jardim de Infância integrado da APPACDM e um Jardim de Infância dependente do Ministério da Agricultura, o que faz dele o concelho com maior diversidade de instituições.

Analisando o QUADRO 2, respeitante às 28 freguesias do concelho, podemos verificar o seguinte:

- Em 9 freguesias (32,1%) não existe qualquer tipo de instituições de educação de infância, sendo o concelho com mais freguesias sem qualquer atendimento institucional antes da escolaridade obrigatória.
- Apesar de só em 3 freguesias (10,7%) existirem instituições para crianças dos 0-2 anos, há outros concelhos com percentagens ainda mais baixas de creches.
- Em 16 freguesias (57,2%) existem apenas instituições dos 3-5 anos, uma das percentagens mais baixas do distrito neste aspecto.
- Em relação ao tipo de instituições existentes, observamos que só em 2 freguesias (7,1%) coexistem instituições da rede pública e do CRSS e que em 15 freguesias (53,6%) só existem instituições da rede pública.

Comparando os diferentes concelhos do distrito relativamente à capacidade institucional, o concelho de Santarém apresenta a maior capacidade para crianças dos 0-2 anos (192 crianças), sendo o segundo no que se refere à capacidade institucional para crianças dos 3-5 anos (1279 crianças).

Verificamos também que é o concelho que apresenta não só o maior número de utentes mas também o maior número de vagas: nos grupos destinados a crianças dos 3-5 anos existem 212 vagas, em relação às crianças dos 0-2 anos o número de vagas é reduzido (7).

Quanto à taxa de cobertura institucional ela é de 10,87% para as crianças dos 0-2 anos (a mais alta do distrito) e de 70,82% para as crianças dos 3-5 anos (situando-se assim em segundo lugar).

É dos concelhos em que o rácio educador/criança é dos mais baixos (1 adulto para 19 crianças, sem considerar a creche familiar), vindo logo a seguir a Almeirim que apresenta um número inferior. Esta situação pode perceber-se se considerarmos que é o concelho onde existe a maior capacidade institucional para crianças dos 0-2 anos e que, sendo o concelho principal do distrito, é também aquele onde existem mais educadores de apoio destacados nas instituições da rede pública do Ministério da Educação.

Onde parece haver mais carências no concelho, tal como acontece no distrito em geral, é no acolhimento das crianças dos 0-2 anos. De acordo com os nossos dados, se todas as crianças residentes necessitassem de frequentar instituições, seria necessário criar cerca de 105 novos grupos.

Ainda segundo os nossos dados, para que todas as crianças dos 3-5 anos pudessem usufruir de actividades educativas, seria necessário criar cerca de 21 grupos de jardim de infância, mesmo depois de terem sido preenchidas as vagas já existentes. Este número, aparentemente elevado, perde no entanto expressão quando se analisa a situação da maioria das freguesias do concelho, encontrando-se até freguesias em que a capacidade institucional é superior ao número de crianças residentes.

Com base nestas informações, podemos concluir que, como se observa em relação à globalidade do distrito, é necessário repensar melhor a distribuição geográfica da rede institucional, bem como o actual funcionamento das instituições existentes.

QUADRO 2 - REDE DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE SANTARÉM(1993)

POPULAÇÃO RESIDENTE (1991)	0-2 Anos	1766	
	3-5 Anos	1806	
CAPACIDADE DAS INSTITUIÇÕES	0-2 Anos (1)	192	
	3-5 Anos	1279	
% COBERTURA DAS INSTITUIÇÕES	0-2 Anos	10.87%	
	3-5 Anos	70.82%	
DIFERENÇA Nº RESIDENTES/ CAPACIDADE INSTITUCIONAL	0-2 Anos	1574	
	3-5 Anos	527	
DIFERENÇA CAPACIDADE INSTITUCIONAL/UTENTES	0-2 Anos	7	
	3-5 Anos	212	
Nº TOTAL FREGUESIAS		28	
Nº DE FREGUESIAS	Em que só existem Instituições dependentes do ME	15	
	Em que só existem Instituições dependentes do CRSS	2	
	Em que só existem Instituições para crianças 3-5	16	
	Em que só existem Instituições para crianças 0-2	-	
	Em que não existem Instituições	9	
Nº TOTAL DE INSTITUIÇÕES (0-5 ANOS)	Privadas (ME ou CRSS)	11	
	Oficiais (ME ou CRSS)	21	
Nº TOTAL	Instituições (a funcionar)	32	
	Salas/grupo de trabalho (a funcionar)	73	
	Instituições (sem funcionar)	1	
	Salas/grupo de trabalho (sem funcionar)	1	
Nº DE EDUCADORES (2)		73	
Nº DE EDUCADORES/CAPACIDADE INSTITUCIONAL (0-5 ANOS) (2)		1/19	
% SALAS EM FUNÇÃO DA DEPENDÊNCIA JURÍDICA (0-5 ANOS)	ME	R. Pública/Autarquia	39.7%
		Privada	20.5%
	CRSS	Oficial	6.9%
		IPSS	24.7%
Outros		8.2%	
VALÊNCIAS	Prolongamento de horário J. I. (3-6 anos)		2
	J. I. + Creche		6
	J. Infância		26
	Creche Familiar		1
	Creche Colectiva		-
CAPACIDADE INSTITUCIONAL POR DEPENDÊNCIA JURÍDICA (3-5 ANOS)	ME	R. Pública/Autarquia	55.1%
		Privada	18.1%
	CRSS	Oficial	3.4%
		IPSS	18.1%
	Outros		5.5%
DIFERENÇA DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL/UTENTES (3-5 ANOS)	ME	R. Pública/Autarquia	131
		Privada	47
	CRSS	Oficial	-2
		IPSS	6
	Outros		30
% POPULAÇÃO ACTIVA FEMININA (12-49 anos) (1991)	Total		54.88%
	Actualmente a trabalhar		90.54%
	Em situação de desemprego		9.46%
1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	Nº de alunos que frequentam o 1º ano/1º ciclo ensino básico		675
	% de aproveitamento final 2º ano/1º ciclo ensino básico		86.1%

(1) Considerando a Creche Familiar (2) Sem considerar a Creche Familiar

3.3. Estudo de quatro freguesias

Como anteriormente referimos, para aferir e precisar os dados recolhidos através do estudo inicial e, nalguns casos, esclarecer informações que nos pareceram contraditórias, seleccionaram-se quatro freguesias do concelho de Santarém, que se estudaram mais aprofundadamente: **Marvila** (freguesia urbana); **Vale de Santarém** (freguesia periurbana); **Pombalinho** (freguesia rural) e **Almofter** (freguesia rural, a única das quatro sem qualquer tipo de atendimento institucional). Este estudo realizou-se no ano lectivo 1995/96, **reportando-se os dados ao final do ano de 1995.**

3.3.1. A rede institucional existente

Almofter

Nesta freguesia não existe qualquer tipo de atendimento institucional para crianças com idade inferior a 6 anos, apesar de termos informação de que existe um número de crianças residentes suficiente para justificar a sua criação:

- Crianças dos **0-2 anos** - 47
- Crianças dos **3-5 anos** - 59

Observamos no entanto que na freguesia existem **5 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico** em funcionamento, apesar de terem um número reduzido de crianças. Esta situação deve-se ao facto de a freguesia englobar vários lugares, relativamente distantes entre si, dispondo alguns deles de escola.

Em relação às **freguesias limítrofes**, é importante salientar que: na Póvoa da Isenta existe uma instituição que recebe crianças dos 0-5 anos, que apresenta uma capacidade institucional superior ao número de crianças residentes na freguesia, o que nos leva a concluir que recebe crianças de fora; na Moçarria existe apenas uma instituição para crianças dos 3-5 anos, em que não existem vagas, e cuja capacidade institucional é inferior ao número de crianças residentes; na Várzea também não existem instituições de educação de infância.

Perante estes dados concluímos que muitas das cerca de 100 crianças de Almoester, dos 0-5 anos, não frequentam qualquer tipo de estabelecimento educativo, a não ser que se desloquem para fora da freguesia⁶.

Pombalinho

Na freguesia existe apenas **1 instituição da rede pública** do Ministério da Educação, com um único grupo de crianças com idades entre os 3-5 anos, não existindo qualquer tipo de atendimento institucional para crianças dos 0-2 anos.

De acordo com os dados recolhidos, o número de **crianças residentes** é o seguinte:

- Crianças dos **0-2 anos** - 14
- Crianças dos **3-5 anos** - 11

Observa-se que o número de crianças residentes dos 3-5 anos é inferior à **capacidade institucional** existente (uma diferença de -14). No entanto, o **número de utentes** é de 17, o que significa que o Jardim de Infância é frequentado por algumas crianças que não residem na freguesia. O **número de vagas** existentes é de 8.

No questionário realizado em 1993, o representante da autarquia referiu que o jardim de infância devia situar-se mais no centro da freguesia. Foi ainda referida a existência de 3 crianças que não tinham possibilidade de frequentar o jardim de infância devido ao seu horário e ao não fornecimento de refeições. A Junta de Freguesia referiu ainda o projecto de construção de um parque infantil.

Vale de Santarém

Na freguesia existem **2 instituições de educação de infância**⁷ para crianças dos 3-5 anos: uma da rede pública do Ministério da Educação, com 2 salas (uma autárquica) e uma pertencente à APPACDM e apoiada pelo Centro Regional de Segurança Social, com 4 salas de actividades onde se integram crianças com

⁶ Como já atrás referimos, posteriormente abriu nesta freguesia um estabelecimento para as crianças dos 3-5 anos.

⁷ Posteriormente abriram mais salas de Jardim de Infância nesta freguesia.

necessidades educativas e sociais. Posteriormente ao nosso estudo, a autarquia iniciou o projecto de criação de mais um jardim de infância, num local mais central da freguesia, no sentido de facilitar o acesso das crianças.

Não existe qualquer tipo de atendimento institucional para crianças dos 0-2 anos, situação salientada em 1993 pelo representante da Câmara Municipal que então respondeu ao nosso questionário.

De acordo com os dados recolhidos, o número de **crianças residentes** é o seguinte:

- Crianças dos **0-2 anos** - 80
- Crianças dos **3-5 anos** - 100

Observa-se que o número de **crianças residentes** dos 3-5 anos é superior à **capacidade institucional** existente (uma diferença de 14), o que significa que nem todas as crianças residentes têm possibilidade de frequentar o jardim de infância. Apesar desta constatação, observamos que existem algumas **vagas** nas instituições (7).

Segundo os educadores e os responsáveis das 2 instituições que responderam ao nosso questionário em 1993, os principais problemas que afectavam o funcionamento dos jardins de infância relacionavam-se com as condições materiais, nomeadamente com a insuficiência de recursos materiais e com a inadequação do espaço institucional.

Marvila

É a freguesia do concelho onde existe um maior **número de instituições** (7 no total) englobando 25 grupos de crianças. É também a freguesia onde existe maior diversidade em relação ao atendimento institucional: 2 Instituições Privadas de Solidariedade Social, 2 instituições da rede pública do Ministério da Educação, 1 instituição oficial do Centro Regional de Segurança Social, 2 instituições privadas com fins lucrativos e um grupo de creche familiar.

De acordo com os dados recolhidos, é das freguesias com maior número de **crianças residentes**:

- Crianças dos **0-2 anos**: 269
- Crianças dos **3-5 anos**: 274

Observa-se que o número de **crianças residentes** dos 0-2 anos é bastante superior à **capacidade do atendimento institucional** (uma diferença de 124, contando com a creche familiar). Em relação às crianças dos 3-5 anos, observa-se o contrário, isto é, o número dos residentes é bastante inferior a capacidade institucional (sobram 103 lugares). Temos no entanto informações que nos fazem pensar que estas instituições recebem bastantes crianças residentes fora da freguesia.

Apesar disso, constatamos que o número de **vagas** nas instituições para as crianças dos 3-5 anos é de 37. Esta constatação leva-nos a reflectir sobre a localização das instituições existentes, questão levantada pela Câmara Municipal no questionário de 1993, que refere que na sua maioria estas estão "*demasiado situadas*" no centro das zonas urbanas. Outra questão levantada pela Câmara Municipal foi a inadequação do horário de funcionamento dos jardins de infância da rede pública às necessidades sentidas pelas famílias.

Os principais problemas referidos pelos educadores, responsáveis pelas instituições que responderam ao nosso questionário (em 1993) são diversos, variando de acordo com as características dos diferentes tipos de instituições. Na sua maioria prendem-se com a falta de recursos materiais e com a inadequação do espaço disponível.

3.3.2. Outras respostas educativas

Como já atrás referimos, na freguesia de Marvila, existe um grupo de creche familiar. Temos contudo conhecimento da existência de outras amas que recebem as crianças em sua casa, não estando integradas nesta estrutura apoiada pela Segurança Social. A fim de conhecer melhor estas duas realidades, entrevistámos as responsáveis da creche familiar e uma das suas amas, bem como uma das amas que particular e autonomamente acorda com os pais a forma de acolher as crianças que lhe são confiadas.

Na freguesia de Marvila o atendimento à primeira infância sempre foi claramente insuficiente para o número de crianças existentes. Sem vagas nas instituições, os pais procuram encontrar soluções alternativas para deixar os filhos enquanto

trabalham. O recurso a elementos da família alargada parece ser ainda uma solução para um número significativo de crianças. Mas, há já muitos anos, surgiram na comunidade senhoras que, espontaneamente, se começaram a ocupar de tal tarefa. É neste contexto que surge a Creche Familiar.

Creche Familiar

Em 1984 surge legislação que apoia a criação e funcionamento de creches familiares (Decreto-lei 158/84). Trata-se de um conjunto de amas que, residentes na mesma zona geográfica, interagem entre si, formando uma equipa enquadrada e apoiada por uma instituição de educação de infância, sob a tutela dos Centros Regionais de Segurança Social. Exigem-se condições mínimas (tais como a existência de um espaço na habitação para ocupação exclusiva das crianças, etc) e o recrutamento é efectuado após um criterioso processo de selecção.

É na sequência desta legislação que surge a creche familiar na cidade de Santarém, que actualmente engloba amas e crianças de três freguesias da cidade: Marvila, S.Nicolau e Salvador. A instituição de enquadramento é o jardim de infância oficial do Centro Regional de Segurança Social de Santarém.

O início desta creche familiar teve como intenção legalizar e apoiar as amas que espontaneamente tinham surgido na comunidade. Tal não aconteceu, uma vez que as amas recrutadas e agora devidamente legalizadas não são as mesmas que já anteriormente exerciam a actividade. Parece, no entanto, haver espaço e necessidade em relação a todas as amas, já que continua a aumentar a sua procura na cidade.

Desde a sua criação que esta iniciativa suscitou grande interesse, tanto por parte das candidatas a amas como por parte das famílias, e ainda hoje continua a haver pedidos constantes e lista de espera para esta resposta já bem conhecida na comunidade.

Comparando este tipo de atendimento com as tradicionais creches colectivas, uma das vantagens apontadas é um acolhimento mais próximo do ambiente familiar - no máximo podem ser acolhidas pela mesma ama quatro crianças de idades diferentes (dos 3 meses aos 36 meses) , em geral na área de residência familiar, - com um horário mais flexível e adaptável ao ritmo de cada criança. Outra

vantagem é que, aos 3 anos, as crianças têm garantida a entrada na instituição de enquadramento ou noutra IPSS da cidade.

Na organização dos grupos tenta-se que haja alguma heterogeneidade a nível etário (a exemplo do que se passa na fratria natural), e que a ama esteja próxima da residência da família ou do local de trabalho dos pais.

A adaptação das crianças é geralmente facilitada pela entrada gradual e pelas suas diferentes idades. O facto da casa da ama se aproximar mais do ambiente que a criança conhece do que a creche colectiva, e de não haver também tantas pessoas no mesmo espaço, podem ser aspectos facilitadores da adaptação.

O vencimento das amas é estabelecido a nível nacional, sendo proporcional ao número de crianças que têm a cargo, mas independente da contribuição financeira dos pais, calculada com base no rendimento *per capita* à semelhança do que acontece em qualquer IPSS. É à instituição de enquadramento que compete fornecer a todas as amas o equipamento necessário ao cuidado das crianças - camas, brinquedos, material didáctico e de desgaste, etc. Tudo o que se refere à alimentação e higiene de cada bebé é fornecido pelos pais.

A equipa de enquadramento (que integra uma educadora de infância e uma técnica de serviço social), além de zelar pela manutenção do equipamento, tem a função de formar inicial e continuamente as amas, de as substituir pontualmente em caso de necessidade e de acompanhar o desenvolvimento das crianças. Para isso realizam-se todos os meses reuniões formativas e frequentes visitas domiciliares.

A habilitação exigida para se candidatar a ama é a escolaridade obrigatória. Apesar de muitas terem habilitações superiores, todas têm que passar um período de formação inicial que será selectivo. Essa formação tem um período mais teórico que envolve sobretudo conhecimentos de desenvolvimento infantil, pedagogia, higiene, alimentação e primeiros socorros, seguindo-se 5 meses de período probatório de actividade. Apenas as amas que ao longo da formação tiveram uma avaliação positiva poderão obter a licença de início de actividade. Vários técnicos participam nesta formação inicial, que envolve também estágios em creche, em Jardim de Infância e com outra ama licenciada.

As técnicas da equipa de enquadramento entrevistadas pensam que, em termos gerais, a legislação existente está adequada ao funcionamento da creche familiar.

Mas no que se refere ao horário, que é acordado em função das necessidades de cada família, consideram-no demasiado alargado, já que o tempo máximo previsto de permanência das crianças na ama é de 12 horas diárias. Em sua opinião seria conveniente que nenhuma criança estivesse sem a sua família mais do que 10 horas seguidas.

Um dos aspectos em que esta equipa pensa poder melhorar a qualidade dos serviços, já previsto na legislação, é a existência de uma enfermeira na equipa de enquadramento que possa fazer a ligação entre pais, criança e médico de família. Durante algum tempo tiveram a colaboração deste técnico, mas apenas no período de formação inicial das amas.

Entrevistada uma ama que pertence a esta creche familiar, referiu que exerce esta actividade há 7 anos, após anos de exercício de uma profissão diferente. Tendo os filhos crescidos e sentindo-se só, viu-se na necessidade de arranjar uma ocupação. Gosta de trabalhar com crianças e está muito satisfeita com esta actividade que considera gratificante e que é possível conjugar com a sua vida familiar.

Refere que, de um modo geral, as crianças se têm adaptado facilmente, mas que prefere recebê-los com 3 meses porque lhe parece ser mais fácil para a criança. Preocupa-se em manter os hábitos e a rotina que trazem de casa. Geralmente recebe-os bebés e só saem da sua casa para frequentarem o Jardim de Infância.

Os pais das crianças habitam no mesmo bairro e muito poucos têm outros familiares próximos. Talvez por isso, e também porque há uma grande proximidade com a criança, já aconteceu, em ocasiões especiais, a ama facilitar um pouco e aceitar até que as crianças fiquem na sua casa de noite. Mas, no dia a dia, as crianças estão com ela apenas o tempo estipulado inicialmente, que os pais costumam respeitar.

Em sua opinião, 4 crianças é um número adequado. Mais do que estar com elas, o que a preocupa verdadeiramente é quando elas não têm apetite ou estão doentes. Mas sente-se apoiada pela equipa e gosta da forma como está organizada a creche familiar.

Ama particular

Na entrevista que realizámos a uma **ama particular** da freguesia de Marvila, soubemos que iniciou esta actividade há 15 anos, por solicitação directa de uma mãe. A partir de então foi progressivamente abandonando o seu trabalho com malhas (também realizado em casa) e dedicando-se mais às crianças. Sempre foi correspondendo a pedidos que lhe foram fazendo, principalmente vizinhos. Nunca aceitou receber mais que 2 crianças de cada vez, aceitando por vezes uma terceira caso já andasse na escola. Já lhe aconteceu mais do que uma vez receber uma criança em bebé e continuar a dar-lhe apoio enquanto anda no 1º ciclo.

A sua principal motivação para este trabalho era a companhia que as crianças lhe faziam, uma vez que o marido e os filhos estavam todo o dia fora. Actualmente, com o marido reformado já não tem tanta disponibilidade para aceitar bebês. A família sempre aceitou bem esta actividade e colaborou. Como agora, em que o marido brinca muito com o menino que lá está.

Considera que mantém uma relação muito forte com as crianças que acompanhou e para quem teve sempre grande disponibilidade, praticando o horário que mais fosse conveniente para os pais, ficando até algumas vezes com eles durante a noite.

No que se refere à alimentação, são os pais que fornecem os ingredientes de todas as refeições das crianças, mas é ela que as prepara no momento. No que se refere a higiene e vestuário, ela pede aos pais que para além dos artigos de higiene e das fraldas, tragam sempre muitas mudas de roupa (que ela própria lava e passa a ferro), factor essencial para que as crianças possam ir para a rua e brincar à vontade. Assim, além da brincadeira contactam também com outras crianças e adultos do bairro, o que ela considera importante.

Prefere as crianças mais pequeninas porque fica fascinada a acompanhar as suas descobertas e o seu desenvolvimento, embora se sinta bem com todas as idades. Nunca considerou fazer desta actividade um "ofício" por isso nunca se interessou em se legalizar. Além de não dispor do quarto disponível necessário, gosta de poder sair à rua o que lhe disseram não ser permitido se pertencesse à creche familiar. Diz também nunca ter tido dificuldades na sua função porque os educa tal como fez com os seus filhos e nunca teve problemas de maior com nenhuma

criança ou família. Aliás, mesmo passados anos, continua a manter o contacto com elas, porque lhes ganha sempre muita amizade.

Fazendo uma análise final das entrevistas realizadas, começamos por salientar que, apesar da ama particular contactada nos ter parecido um bom exemplo, nem sempre esta é a realidade de todas as amas clandestinas que proliferam em cidades como Santarém, em que o acolhimento para crianças com menos de 3 anos é quase inexistente. No entanto, certas afirmações suas revelam algum desconhecimento do funcionamento das creches familiares, o que talvez tenha contribuído para não se integrar nelas.

A creche familiar, em que existe o enquadramento técnico e vigilância da qualidade do acolhimento, tem uma representação ainda pouco significativa no nosso país. Salientamos a informação dada pela ama particular, que diz que a sua casa não tem o espaço adequado para poder pertencer à creche familiar. Esta situação também nos foi posteriormente reforçada em reunião com educadoras do Centro Regional de Segurança Social que referiram ser mais difícil, nos centros urbanos, encontrar amas com casas com as características adequadas, factor que tem dificultado o desenvolvimento do projecto das creches familiares.

Sendo a primelra infância uma etapa fundamental do desenvolvimento humano, parece-nos necessária uma maior garantia da qualidade do acolhimento dado às crianças mais pequenas. A existência de um maior número de amas integradas em grupos de creches familiares evitaria situações de risco em que os bebés são entregues a pessoas sem qualquer tipo de formação nem de fiscalização.

3.3.3. Caracterização sócio-económica das crianças que frequentam as instituições

A fim de viabilizar a caracterização sócio-económica das crianças que frequentam instituições de educação de infância nas freguesias estudadas, foram enviados questionários para todas as instituições, sendo pedido às educadoras de cada um dos grupos que preenchessem os dados relativos às suas crianças.

Dos 26 grupos contactados, recebemos resposta de 20 (76,9%), tendo sido recolhidos dados relativos a 296 crianças.

Para além do pedido de informações sobre a situação económica das famílias (apenas avaliada face às habilitações e profissões dos pais), o questionário pretendia avaliar a adequação das instituições às necessidades das crianças e famílias. Assim, foram incluídas questões relacionadas com:

- Onde vive a criança, com quem e a que distância da instituição que frequenta;
- Tipo de instituições ou outros apoios educativos onde as crianças estiveram até à data;
- Acompanhamento da criança fora do horário da instituição;

Uma vez que era muito díspar o número de questionários relativos a cada freguesia (Marvila – 231 crianças; Vale de Santarém – 49 crianças; Pombalinho – 16 crianças), optou-se por tratar os dados sempre na globalidade. Isso não impede que, caso se afigure pertinente, não analisemos algum item por freguesias.

Analisando a distribuição das crianças pelo tipo de instituição de educação pré-escolar que frequentam, verificamos que 20,6% estão em jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação, 56,8% em IPSS's, 11,5% em instituições privadas com fins lucrativos e 11,1% no estabelecimento oficial do Centro Regional de Segurança Social. Chamamos a atenção para o facto desta distribuição não ser representativa do que se passa no distrito, estando "viciada" pelo facto de ser analisada a freguesia urbana mais populosa e que apresenta a maior diversidade institucional.

Uma das partes do questionário que foi menos respondido, foi a que se referia às habilitações, profissões e situação dos pais face ao emprego, pelo que a informação que daremos será sempre parcial.

Estatuto sócio-económico

Quanto às habilitações académicas, temos apenas dados de 160 pais (54,1%) e 179 mães (60,5%). Se considerarmos o 9º ano ou equivalente como o limite da escolaridade obrigatória, temos que cerca de 70% dos progenitores têm habilitações superiores à escolaridade obrigatória.

Agrupando as habilitações académicas em três grandes escalões, verificamos que

apenas 10,4% dos pais têm até à 4ª classe (11,3% dos pais e 9,5% das mães), enquanto 35,5% têm cursos médios ou superiores (32,5% dos pais e 38,5% das mães). Os restantes 54,1% têm entre o 6º e o 12º ano ou equivalente (56,2% dos pais e 52% das mães).

Profissões dos pais

No que se refere às profissões, os dados de que dispomos referem-se a 239 pais (80,7%) e 247 mães (83,4 %). A classificação por nós utilizada⁸ agrupa as diferentes actividades profissionais em 12 categorias. Obtivemos assim a seguinte distribuição:

- 11,1% - **Categoria 3**
Técnicos superiores e outro pessoal altamente especializado
(33 pais e 21 mães)
- 16,9% - **Categoria 5**
Técnicos não superiores e outro pessoal especializado
(especialização de nível equivalente a um bacharelato)
(30 pais e 52 mães)
- 31,5% - **Categoria 6**
Empregados de serviços públicos ou privados não qualificados
(administrativos, empregados do comércio, ...)
(78 pais e 75 mães)
- 9,7% - **Categoria 7**
Pequenos e médios empresários
(na agricultura, indústria e serviços, ...)
(28 pais e 19 mães)
- 1,4% - **Categoria 9**
Operários não especializados
(4 pais e 3 mães)
- 21,6% - **Categoria 8**
Trabalhadores não especializados com actividades de baixo estatuto
(actividades rotineiras ou de manutenção)
(60 pais e 45 mães)
- 0,8% - **Categoria 10**
Trabalhadores rurais, das pescas ou da caça
(4 pais)

⁸ Categorias definidas a partir de uma adaptação da classificação utilizada por Emília Pedro (1982) in *O discurso na aula*, Lisboa, Ed. Rollim.

6,2% - **Categoria 11**

Pessoal de serviço doméstico
(30 mães)

0,8% - **Categoria 12**

Estudantes
(2 pais e 2 mães)

Esta grelha associa cada profissão a uma determinada classe sócio-económica. Apesar desta associação nos parecer um pouco "abusiva" dada a escassez de elementos e por não terem em consideração nem as habilitações académico-profissionais nem a categoria profissional, achamos que seria interessante, apenas a título indicativo apontar os resultados encontrados. Temos assim que a maior parte dos pais têm profissões típicas da classe média (58,5% - 136 pais e 146 mães), cerca de um terço têm profissões típicas da classe baixa (30,3% - 68 pais e 78 mães) e apenas uma pequena parte (11,2% - 33 pais e 31 mães) têm profissões relacionadas com classes sócio-económicas mais elevadas. A classe alta engloba a categoria 3, a classe média engloba as categorias 5, 6 e 7 e a classe baixa engloba as categorias 8, 9, 10 e 11.

Questionadas sobre a estabilidade dos empregos dos pais, as respostas das educadoras vão no sentido de que em cerca de 60,5% dos casos se tratam de empregos estáveis.

Analisando comparativamente estes dados referentes às profissões de ambos os progenitores, tendo em conta os diferentes tipos de instituições, observamos o seguinte:

QUADRO 3
DISTRIBUIÇÃO DOS PAIS PELOS DIFERENTES TIPOS DE INSTITUIÇÃO
EM FUNÇÃO DA SUA CLASSE SÓCIO-ECONÓMICA

TIPO DE INSTITUIÇÃO CLASSE SÓCIO-ECONÓMICA	REDE PÚBLICA N (%)	IPSS N (%)	INST. PRIVADAS C/ FINS LUCRATIVOS N (%)	OUTRAS N (%)	TOTAIS
Classe Alta	4 (0,8)	38 (7,9)	1 (0,2)	11 (2,3)	54 (11,2)
Classe Média	41 (8,6)	166 (34,3)	48 (10)	27 (5,6)	282 (58,5)
Classe Baixa	64 (13,3)	48 (10)	16 (3,3)	18 (3,7)	146 (30,3)
TOTAIS	109 (22,7)	252 (52,2)	65 (13,5)	56 (11,86)	482 (100)

A partir da análise destes dados, podemos observar que nas instituições da rede pública do Ministério da Educação, as maiores percentagens correspondem

respectivamente às categorias *Trabalhadores com actividades de baixo estatuto; Pessoal de serviço doméstico; Empregados não qualificados e Pequenos e médios empresários*. Por sua vez, nas IPSS, as mais altas percentagens correspondem respectivamente às categorias *Empregados não qualificados; Técnicos não superiores e outro pessoal especializado; Técnicos não superiores e outro pessoal especializado e Técnicos superiores e outro pessoal altamente especializado*.

Nas instituições privadas com fins lucrativos, observamos que as maiores percentagens se observam respectivamente nas categorias: *Empregados não qualificados; Técnicos não superiores e outro pessoal especializado; Trabalhadores com actividades de baixo estatuto e Pequenos e médios empresários*.

Em síntese, observamos que as crianças que frequentam as IPSS são as que apresentam o estatuto sócio-económico mais elevado, mesmo comparativamente com as restantes instituições privadas. Observamos, no entanto, que existe uma certa dispersão relativamente às características sócio-económicas das crianças, aspecto que salientamos como positivo, não parecendo prevalecer qualquer tipo de estratificação social, entre as Instituições públicas e privadas.

Apoio educativo e familiar

Continuando a analisar as restantes informações recolhidas, observamos que a maior parte das crianças vive com ambos os pais (78%, sendo que na freguesia do Pombalinho estão neste caso 100% das crianças), sendo apenas 5,2% as que vivem apenas com um dos progenitores e 1,4% as que estão a cargo de outros familiares. Fora da família natural, em lares ou com pais adoptivos, vivem 2,4% delas.

Numa cidade ou vila vivem 85,1% das crianças e apenas 1,3% num pequeno núcleo habitacional ou em casa isolada (só se verifica na freguesia do Vale de Santarém). Quanto às freguesias onde frequentam estabelecimentos de educação pré-escolar, 78% das crianças estão em Marvila, 16,6% no Vale de Santarém e 5,4% no Pombalinho. No entanto, em 42,6% dos casos (126 crianças) a freguesia de residência não é a mesma da freguesia da instituição que frequentam.

No que se refere à distância que separa a instituição da residência das crianças,

observa-se que em 46,6% dos casos ela é inferior a 1km e em 41,5% varia entre 1 e 5km. Para lá chegar 61,8% das crianças vão de transporte próprio, 24% costumam ir a pé e 10,1% utilizam o transporte da instituição.

Em 60,5% dos casos são os pais que normalmente acompanham as crianças à instituição, em 24% os pais partilham essa tarefa com mais alguém, em 8,1% são os avós e em 1% a empregada doméstica. Quanto às crianças que temos conhecimento que ficam com alguém entre a hora de saída da instituição e a hora de chegada dos pais a casa (o que se verifica em cerca de 52,7% dos agregados familiares), elas são confiadas fundamentalmente aos avós (68,4%), irmãos ou outros familiares (18,5%) e, finalmente aos vizinhos e empregadas (respectivamente 3,5% e 2%). Nos restantes casos, a criança ora fica entregue a uns ora a outros, familiares ou não.

Tendo procurado saber o tipo de acolhimento educativo que as crianças tiveram antes da entrada para a instituição que agora frequentam, verificámos que perto de 59,5% das crianças passaram directamente de casa para o estabelecimento em que actualmente se encontram. Por nos parecer relevante resolvemos analisar este item por freguesia. Assim temos que:

- das crianças que vêm de amas particulares 83% são de Marvila e 17% do Vale de Santarém;
- todas as crianças que frequentaram creche familiar ou colectiva são de Marvila;
- no Pombalinho nenhuma família recorreu a qualquer tipo de acolhimento educativo antes da entrada para o jardim de infância.

De um modo geral podemos afirmar que as famílias das crianças pertencem, maioritariamente, à classe média, logo seguida da classe baixa. Quase todas moram relativamente perto da instituição, deslocando-se sobretudo a pé ou em carro próprio. A família parece ser o grande suporte destas crianças, pois muitas estiveram em casa, com a mãe, até aos 3 anos de idade.

São, no entanto, muitas as famílias que precisam de quem fique com as crianças entre a saída da instituição e a hora a que os pais regressam do trabalho. Esse apoio é encontrado no círculo familiar, sendo fundamentalmente garantido pelos avós.

3.3.4. O que dizem as educadoras de infância

Com o objectivo de conhecer mais detalhadamente a opinião dos profissionais sobre as questões de que temos vindo a falar, entrevistámos todas as responsáveis pela coordenação pedagógica das instituições de educação de infância existentes nas freguesias em estudo. Foram assim entrevistadas 8 educadoras: 4 directoras de jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação; 1 coordenadora de uma Instituição Privada de Solidariedade Social; 1 coordenadora de uma instituição oficial da Segurança Social; 2 coordenadoras de jardins de infância privados com fins lucrativos⁹.

As entrevistas, de tipo semi-directivo, estruturaram-se à volta das seguintes grandes questões:

- Principais necessidades e problemas sentidos
- Trabalho desenvolvido com as famílias
- Proveniência e caracterização sócio-económica dos grupos de crianças
- Trabalho desenvolvido com outras instituições
- Principais carências da freguesia em termos de respostas educativas para a infância.

Relativamente a cada um destes aspectos, apresentamos seguidamente a síntese do que disseram as educadoras durante as entrevistas.

Principais necessidades e problemas sentidos

A **inadequação do espaço das instituições** foi a questão mais levantada por todas as educadoras. É importante recordar que esta era também uma das principais preocupações apontadas pelos responsáveis de instituições do distrito.

Em relação ao espaço interior foram referidas as suas reduzidas dimensões, pouca luz natural e condições de degradação das instalações, que condicionam o trabalho realizado com as crianças. Relativamente ao espaço exterior, aponta-se a utilização de um espaço de passagem, não delimitado, como o único disponível para o recreio das crianças num dos jardins de infância da rede pública

⁹ A entrevista realizada à coordenadora pedagógica do jardim de infância da APPACDM foi integrada no capítulo referente ao apoio para crianças com necessidades educativas especiais.

do Ministério da Educação, e um terreiro coberto de reduzidas dimensões num dos jardins de infância privados.

Quanto à **insuficiência dos recursos materiais**, esta questão não é igualmente sentida por todas as educadoras, sendo apontada apenas pelas da rede pública do Ministério da Educação. Indicada como a segunda grande dificuldade nessas instituições, é no entanto ultrapassada no dia a dia através da participação voluntária das famílias.

Enquanto que uma das educadoras da rede pública refere a ausência de condições no jardim para deitar algumas crianças que necessitam dormir a **sesta**, a educadora de uma das instituições tuteladas pela Segurança Social lamenta ter que deitar os mais velhos, já que não dispõe na instituição de um espaço onde eles possam ficar em actividade sem perturbar a sesta dos mais novos. Esta questão, para além da diversidade das concepções sócio-educativas que estão subjacentes, de novo surge relacionada com a (in)adequação do espaço físico.

Outra questão levantada por algumas educadoras foi a necessidade de mais **formação para o pessoal auxiliar**, já que a que existe é considerada insuficiente.

O facto de existirem cada vez mais pais em situação de desemprego ou emprego precário, foi referido como problemático por educadoras dos jardins de infância privados, uma vez que as **mensalidades são pagas muito tardiamente**.

Para a maioria das educadoras surge também como problema a dificuldade em conseguir **transporte para efectuar com as crianças algumas visitas e passeios**. O recurso às autarquias é prática corrente de quase todas as instituições, mesmo as privadas que pagam estas deslocações ao quilómetro. As poucas instituições que dispõem de transporte próprio têm veículos de dimensões reduzidas, "*contratado apenas para o transporte diário das crianças*" ou poucas vezes disponível para este fim. Restam então, como hipóteses, as deslocações que as crianças possam fazer a pé ou o aluguer de autocarros, o que se torna muito dispendioso. Se tivermos em conta que, contrariamente às grandes cidades, a rede de transportes públicos nem sempre dá uma resposta adequada, apercebemo-nos de como ficam limitadas as escolhas dos locais a visitar.

A **instabilidade na colocação das educadoras** foi também referida por algumas das educadoras da rede pública. A dificuldade de efectivação num jardim de

infância dificulta a continuidade do trabalho, questão que é agravada por nem sempre existirem relatórios com um registo organizado do trabalho desenvolvido anteriormente - "*quando se chega ao Jardim de Infância não está lá nada do que foi feito*" (...) "*os grupos vão criando dinâmicas diferentes consoante as educadoras*" - o que implica dificuldades acrescidas para crianças e educadoras. Uma vez que as auxiliares de acção educativa se mantêm nos jardins de infância durante mais anos consecutivos, muitas vezes são elas que asseguram alguma continuidade, o que tendo alguns aspectos positivos, acarreta também algumas questões difíceis de ultrapassar pelos educadores: "*com o tempo a auxiliar acaba por ter um poder que me ultrapassa, por exemplo, os pais falam mais com ela do que comigo. Sinto que actualmente tenho uma certa dificuldade de articulação com a auxiliar (...). Não é que ela ponha em causa o meu papel, mas começo a sentir a necessidade de criar um limite de espaço*".

Relativamente às educadoras das instituições privadas, apenas a educadora da IPSS referiu como grande "*injustiça social*" as **desiguais condições de trabalho entre os profissionais das instituições públicas e privadas**. Segundo as educadoras das instituições tuteladas pela Segurança Social, os profissionais trabalham sem que exista uma diferenciação clara entre horas lectivas e não lectivas, contrariamente ao que acontece na rede pública do Ministério da Educação.

É importante referir a presença das directoras (também proprietárias) das duas instituições privadas com fins lucrativos, durante a entrevista às educadoras coordenadoras, aspecto que não conseguimos ultrapassar e que sentimos ter condicionado as entrevistas. Nestas instituições, por exemplo, apenas existe uma educadora de infância, o que leva a que parte das crianças esteja sob a responsabilidade de pessoas sem uma formação profissional específica.

A **formação** não surge como preocupação prioritária para a maioria das educadoras, mas algumas apontam a necessidade de existirem mais acções. Um maior apoio ao trabalho dos núcleos concelhios é pedido por parte das educadoras da rede pública. Apenas uma educadora de uma das instituições privadas referiu nunca ter informação relativamente a qualquer tipo de acções de formação realizadas, queixando-se de se sentir muito isolada no seu trabalho.

Algumas educadoras da rede pública contestam a grande **burocracia** a que o seu trabalho tem constantemente que obedecer: os papéis que são necessários para dar um passeio com as crianças, os ofícios que têm que enviar para as autarquias

para os diferentes apoios de que necessitam e o tempo que ficam à espera de resposta. Uma das educadoras exemplifica que, apesar de muitos ofícios, só ao fim de 2 anos é que a Câmara Municipal arranjou o recreio que funcionava em condições que punham em risco, diariamente, a segurança das crianças. E desabafa: "*na rede pública estamos muito entregues a nós próprias... depois não há verbas... leva tudo muito tempo...*".

É de salientar, no entanto, que os jardins de infância da cidade de Santarém estão dependentes da Câmara Municipal, não tendo as Juntas de Freguesia competências nem recursos para os apoiar. Esta situação não se observa noutros concelhos do distrito, cujas Juntas de Freguesia dão um apoio directo aos estabelecimentos educativos, o que, pensamos, torna um pouco menos "burocrático" e moroso este processo.

A sensação de **estarem muito entregues a si próprias** é apontada por mais educadoras: "*As crianças trazem problemas de casa que o Jardim de Infância é incapaz de resolver sozinho*". Segundo esta educadora, era fundamental constituírem-se equipas de intervenção pluridisciplinares ou ter um maior apoio dos serviços de saúde e de segurança social já existentes. A título de exemplo refere que, apesar de ter confrontado já há algum tempo o Centro de Saúde da área com a necessidade de vacinar as crianças contra a Hepatite B, até à data ainda não havia obtido resposta. No mesmo sentido estão afirmações de outras educadoras, que sentem necessidade do contributo de profissionais de psicologia no quotidiano do seu trabalho. Quando questionadas relativamente ao apoio dado pelas equipas do ensino especial da Coordenação da Área Educativa, as educadoras dizem que estas se limitam a intervir nos casos mais graves de crianças com necessidades educativas especiais, faltando um apoio mais continuado às crianças com perturbações de desenvolvimento mais ligeiras, nomeadamente ao nível da linguagem.

O **sentimento de "solidão" na resolução de todo o tipo de problemas**, não parece ser igualmente sentido nas instituições privadas, onde apenas é salientada a necessidade de mais apoio pedagógico às educadoras e às crianças. Este facto é compreensível, uma vez que tudo o que se refere à gestão institucional, nomeadamente a manutenção das instalações, gestão financeira ou de pessoal, é da competência das direcções e não das coordenadoras pedagógicas.

O **horário de funcionamento** dos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação, que tanta controvérsia tem gerado, não foi apontado

espontaneamente como "problema" por nenhuma das educadoras que neles trabalham. No entanto, quando levantámos a questão, todas referiram que já pensaram ou até tentaram soluções mais conciliatórias com as necessidades dos pais. Seja como fôr, esta necessidade não é sentida da mesma forma em todas as instituições.

Foi unânime a opinião de que o complemento de horário deveria ser organizado como um espaço diferente do trabalho tradicional do jardim de infância, privilegiando o acesso das crianças a outro tipo de actividades, tais como natação, ginástica, música, etc. À hipótese, ventilada por nós, de serem as associações recreativas existentes a preencher esses espaços, quase todas consideraram que estas não têm condições para a realização de actividades para crianças em idade pré-escolar.

Uma das educadoras da cidade refere a dificuldade em arranjar uma solução de qualidade para o complemento do horário do jardim de infância. Outra refere que havia um projecto definido no ano anterior para prolongamento, mas que não se concretizava por falta de verbas para o vencimento de mais um educador e por os profissionais da instituição não terem concordado com a alternativa de contratarem animadores formados pela Câmara em colaboração com o Centro de Emprego (opinião que sabemos ser controversa no seio do grupo profissional ...). Por outro lado, faltava também um espaço disponível para estas actividades. Contudo, segundo a referida educadora, esta questão não constitui problema para a maioria dos pais, que conseguem organizar a sua vida em função deste horário do jardim de infância, seja por terem profissões liberais com horários compatíveis, seja recorrendo a empregadas de serviço doméstico. Não obstante, no ano anterior cerca de um terço dos pais das crianças que frequentavam a instituição estavam interessados na organização destes prolongamentos e o número tenderia certamente a aumentar se, uma vez em funcionamento, estes achassem interessantes e de qualidade as actividades que aí se desenvolvessem. Em sua opinião, estas actividades deveriam ser organizadas conjuntamente com os outros jardins de infância da mesma zona.

Em relação a um dos jardins de infância da cidade, situado numa das zonas socialmente mais carenciadas, esta questão adquire outros contornos já que, apesar de existirem frequentemente familiares em casa, algumas crianças ficam na rua até à noite. Por ser o primeiro ano em que esta educadora está na instituição, ainda não lhe foi possível projectar uma resposta para esta questão.

Uma das educadoras, que trabalha na zona peri-urbana da cidade, diz já ter contactado com a pessoa responsável pela organização das actividades de tempos livres da escola, no sentido de aí integrar as crianças do jardim de infância, mas que a resposta foi negativa. Considera necessário o complemento de horário porque há crianças que estão *"muito entregues a si próprias"*, sugerindo que as actividades deveriam ser organizadas de forma a *"tirá-los mais da terra"*, indo, por exemplo, para a natação existente na localidade próxima.

No meio rural, esta questão surge só em algumas épocas do ano, pois devido às características sazonais do trabalho agrícola, há alturas em que as mães estão em casa. A educadora pensa que seria útil a organização de um projecto de actividades conjunto para o jardim de infância e para o 1º ciclo. Só que é *"sempre o mesmo problema"*: para o ano não vai lá estar para poder concretizar este projecto. Curiosamente, mesmo pensando que o horário actual *"é o ideal para as crianças"* e que a questão só se coloca pela necessidade das famílias, esta educadora refere que *"como profissional por vezes sinto que o tempo de trabalho com as crianças precisava de ser um pouco mais longo, para poder fazer mais coisas..."*

Quanto à necessidade de **organização de almoços**, a educadora do meio rural também acha que o problema só se coloca sazonalmente. Num desses períodos tentou que as crianças almoçassem no jardim, mas as famílias não se conseguiram organizar no sentido de enviarem os almoços já prontos de manhã. Colocou então a hipótese da Junta de Freguesia pagar a uma pessoa para cozinhar, mas o edifício não tinha condições para isso. Finalmente optou por pedir ao Presidente da Junta que pagasse o transporte a 3 crianças que moravam mais longe, de modo a que pudessem ir almoçar a casa, o que acabou por se concretizar. Para o próximo ano lectivo já tem previsto pedir que os almoços das crianças que mais necessitam sejam fornecidos por um Centro Social da freguesia vizinha que diariamente fornece já almoços a idosos da terra, hipótese com que a Junta de Freguesia concordou.

No jardim de infância da zona peri-urbana há 3 crianças que trazem almoço de casa e que comem na cantina da escola do 1º ciclo. Mas se os almoços fossem fornecidos na cantina as crianças teriam melhores condições, nomeadamente uma criança que tem hábitos alimentares muito deficientes. Uma hipótese que lhe parece viável para a resolução do problema, seria o pedido de colaboração da Junta de Freguesia ou de uma instituição próxima que já fornece os almoços dos professores.

No jardim de infância da cidade a questão não se coloca pois a maioria das crianças tem possibilidade de ir almoçar a casa. Na eventualidade de se virem a confrontar com esta necessidade, a educadora diz que poderão sempre pedir a um restaurante que forneça as refeições.

É mais uma vez na zona mais carenciada da cidade onde, devido às características da população, a questão se levanta com mais pertinência. Paradoxalmente, apesar de existir uma cantina que já foi utilizada pela escola em tempos, ela encontra-se fechada, estando o espaço a degradar-se. A solução seria pedir à Junta de Freguesia ou à Câmara para recuperar este espaço e voltar a pôr a cantina a funcionar.

Relativamente à necessidade de garantir o **transporte diário** de algumas crianças, a questão só se coloca relativamente ao jardim de infância da zona mais carenciada da cidade, devido a 3 crianças que residem a uma distância que impossibilita a sua deslocação a pé. No entanto, já que perto da sua residência existe uma IPSS, em vez de se solicitar o pagamento do transporte seria mais adequado pedir um subsídio que permita que as crianças frequentem essa instituição.

Trabalho desenvolvido com as famílias

Apenas nas instituições da rede pública os pais têm uma participação mais directa na gestão institucional, uma vez que têm representantes no Conselho Consultivo. De acordo com as educadoras entrevistadas, os pais organizam-se facilmente, logo no início do ano, para a eleição deste conselho. Verifica-se que quando existem pais "*professores*", geralmente são eles que integram o conselho e que quase sempre são as mães que se disponibilizam para estas funções. Este facto confirma a ideia que a educação de infância está fundamentalmente entregue às mulheres, o que é indicado como problema por algumas educadoras.

Nas instituições contactadas, o Conselho Consultivo reúne formalmente 2 ou 3 vezes por ano, mas isso não impede que, de um modo mais informal, se vão resolvendo alguns problemas que vão surgindo, nomeadamente de ordem material, que surgem mais frequentemente. De acordo com as entrevistadas, o Conselho funciona quase sempre parcialmente, apenas com os pais e a educadora, sendo o presidente da Junta contactado muito esporadicamente para resolver problemas pontuais. Num dos jardins de infância da rede pública, as

mães que integram o Conselho Consultivo participam mensalmente nas reuniões pedagógicas, aspecto que foi considerado muito enriquecedor pela educadora. É de salientar que não existem associações de pais ligadas a estes jardins de infância.

Todas as instituições realizam reuniões de pais, excepto as duas privadas com fins lucrativos, por alegada falta de espaço. Para além da realização de reuniões (numa média de 3 por ano), os pais são por vezes solicitados a colaborar em projectos educativos ou festas, mas os contactos mais significativos são os que informalmente se realizam diariamente, à entrada e saída das crianças. Esta última afirmação leva-nos a pensar que, nos casos das instituições que asseguram o transporte diário das crianças, a relação entre pais e educadores acaba por ficar muito empobrecida. Este aspecto não foi contudo referido pelas educadoras.

Uma vez que no jardim de infância da zona mais carenciada da cidade as crianças estão maioritariamente a cargo de avós ou outros familiares, segundo a educadora, são estes que mais frequentemente se deslocam ao jardim de infância.

As educadoras das instituições ligadas à Segurança Social, referiram que alguns pais não cumprem "*as normas da instituição*", sobretudo no que se refere aos horários de entrada e saída das crianças, o que condiciona o trabalho realizado. Segundo estas, alguns são muito exigentes e críticos, tendo uma delas exemplificado que por vezes funcionam um pouco como "*polícias*".

Na opinião da maior parte das educadoras, os pais têm, predominantemente, uma imagem positiva da educação de infância, apesar de nem sempre estarem bem informados sobre os principais objectivos e estratégias das instituições. Uma das educadoras refere que isso não impede a sua colaboração, mas está preocupada em esclarecê-los, chegando mesmo a organizar folhetos informativos.

Proveniência e caracterização sócio-económica dos grupos de crianças

É nas instituições privadas e dependentes da Segurança Social que existem crianças provenientes de um maior número de freguesias, já que as instituições da rede pública recebem fundamentalmente as crianças que residem perto, quase sempre na mesma freguesia do jardim de infância.

No caso das instituições que não têm creche, as crianças estiveram até cerca dos 3 anos de idade, em casa com familiares, confiadas a amas ou em creches de outras freguesias. É curioso realçar a afirmação de uma das educadoras, que merecia ser analisada mais detalhadamente: *“Temos uma sala específica para receber crianças de 2 anos e é engraçado ver as diferenças entre os que vêm da creche e os que vêm de amas. (...) uns vêm de uma convivência em conjunto e outros não se conhecem de lado nenhum, é claro que tem repercussões(...) os que vêm de amas são mais calmos e os que vêm da creche são mais rebeldes, mas melhor integrados e recebem bem os de fora”*.

Os casos sociais mais graves, como era de esperar, encontram-se no jardim de infância da zona mais carenciada da cidade. A educadora refere sentir-se muito só no confronto com estas situações, só ultrapassáveis com uma resposta mais articulada com os serviços de saúde e de assistência social.

A inexistência do apoio de técnicos de psicologia, já atrás referida, bem como o facto de serem quase inexistentes os serviços de Saúde Mental Infantil fora das cidades principais do país, leva a que as famílias e os profissionais de educação não tenham a quem recorrer quando se deparam com qualquer perturbação no desenvolvimento. Esta lacuna é grave, pois alguns problemas que poderiam ser facilmente ultrapassados com uma intervenção precoce, acabam por assumir maiores proporções.

Duas das educadoras apontam essencialmente a existência de algumas perturbações a nível do desenvolvimento linguístico de certas crianças. No entanto, em vários grupos existem crianças com necessidades educativas especiais integradas, que são apoiadas pelas equipas do ensino especial do Centro da Área Educativa. É de salientar que esta equipa, que pertence ao Ministério da Educação, apoia também crianças das instituições privadas.

O apoio aos casos de crianças com mais dificuldades a nível social e ou de desenvolvimento, fica sempre demasiado a cargo dos educadores, que os resolvem muitas vezes recorrendo a conhecimentos e contactos pessoais. Duas educadoras da rede pública referem que se tivessem casos mais problemáticos, também teriam a autarquia como recurso.

Trabalho desenvolvido com outras instituições

Não são muitos os contactos que as educadoras entrevistadas estabelecem com outras instituições, mas verifica-se uma certa diversidade no tipo de instituições abordadas por elas, na comunidade. A maior parte desses contactos, no entanto, são episódicos e visam a resposta a necessidades sentidas, sobretudo de ordem material (como é o caso das autarquias), não existindo um trabalho continuado.

São referenciados por algumas educadoras contactos com outras instituições de educação de infância, nomeadamente para organização de festas conjuntas. A relação com as escolas do 1º ciclo do ensino básico surge pontualmente e verifica-se sobretudo nos grupos de crianças de 5 anos. No entanto, esta relação é referida como não sendo fácil: *"temos diferentes noções de trabalho"*. Uma das educadoras aponta a distância a que se encontram da escola como um factor que não facilita o desenvolvimento de um maior trabalho conjunto. No entanto, esta questão não se coloca em relação à maioria das restantes instituições, uma vez que se situam muito perto ou mesmo ao lado das escolas.

Duas educadoras da rede pública do Ministério da Educação fazem ainda referência a alguma colaboração com os Centros de Saúde, nomeadamente através da organização de sessões informativas para os pais das crianças.

Alguns grupos têm já participado em actividades promovidas pela Câmara Municipal, se bem que as actividades se destinam, a maior parte das vezes, a crianças em idade escolar.

A educadora da IPSS indica ainda o contacto com a Escola Superior de Enfermagem e com a Escola Superior de Educação (ESE): *"temos muitos estagiários e visitantes. É um corropio. Mas é bom, dá vida"*. Outra das educadoras, referiu também que se vai corresponder com um grupo de crianças da Madeira onde está a trabalhar a estagiária da ESE que esteve com ela no ano anterior. Mas apesar de em todas as instituições, excepto nas privadas, existirem ou já terem existido estagiários da Escola Superior de Educação, esses contactos não foram nomeados pelas educadoras, factor que talvez surja em consequência das entrevistas terem sido conduzidas por docentes da ESE.

São ainda referidos contactos: com os centros de Actividades de Tempos Livres da «Associação do Desenvolvimento Social Comunitário de Santarém»; a participação em alguns projectos dinamizados pelo Centro Cultural Escalabitano;

a colaboração com Associações Recreativas locais; apoios recebidos dos *Rotários* e da Fundação Andaluz.

Segundo uma das educadoras, muitos destes contactos fazem-se através dos pais das crianças. E exemplifica: "*temos 2 crianças que são filhas de actores que se disponibilizaram para irmos ao teatro*".

Pareceu-nos evidente que, à excepção da instituição oficial da Segurança Social, os contactos com outras instituições da comunidade é maior nas da rede pública do Ministério da Educação.

Principais carências da freguesia em termos de respostas educativas para a Infância

A principal carência nas 3 freguesias, na opinião destas educadoras, para além dos necessários **complementos ao horário de funcionamento dos jardins de infância da rede pública**, diz respeito ao **acolhimento dos bebés**. No entanto, esta questão não surge com tanta urgência como pensávamos. Para além de existirem várias amas, particulares ou ligadas à creche familiar, muitos bebés ficam em casa com familiares.

É de salientar que as **listas de espera das instituições**¹⁰ que têm creche e jardim de infância, são maiores para as crianças dos 0-3 anos do que para as dos 3 aos 5 anos, o que se compreende se pensarmos no escasso número de instituições para crianças desta idade e no facto dos jardins de infância da rede pública receberem prioritariamente as crianças com idades mais próximas da entrada para a escola obrigatória.

Relativamente à freguesia da cidade, existem listas de espera nas instituições dependentes da Segurança Social e na instituição da rede pública, situada na cidade, apenas para o grupo etário dos 3 anos. Salientamos ainda o caso do jardim de infância situado na zona mais carenciada da cidade, em que cada vez é mais reduzido o número de crianças inscritas. Segundo a educadora, este facto deve-se, em parte, à tentativa dos pais em colocarem os seus filhos em

¹⁰ Recordamos que nos referimos a dados recolhidos em 1995

instituições fora do bairro, o que pode ser positivo, para que o bairro vá gradualmente deixando de ser o espaço marginal que tem sido¹¹.

No jardim de infância da zona periurbana, a educadora tem conhecimento de algumas crianças que estão em casa, que habitam um pouco mais longe e que aguardam a abertura da nova sala de jardim de infância que a Câmara tem projectada. No jardim de infância situado em meio rural não existe lista de espera.

As educadoras das instituições privadas e dependentes da Segurança Social, referiram que alguns pais preferem estas instituições por oferecerem uma resposta mais adequada às necessidades das famílias que as Instituições do Ministério da Educação, mas como alguns não têm dinheiro para pagar as mensalidades, acabam por optar por recorrer a amas. Uma das educadoras da rede pública, também se referiu a esta questão.

Após a realização e análise destas entrevistas, ficamos com a sensação de que algumas têm um certo desconhecimento em relação à freguesia onde trabalham, o que se pode ficar a dever ao facto de não residirem lá ou de aí trabalharem há pouco tempo. Apesar disso, parece-nos sintomático o facto de nem sempre existir uma grande inserção da instituição na vida da comunidade.

De tudo o que nos foi dito, passamos a salientar algumas das principais questões. E começamos por uma das que foi indicada como sendo das mais problemáticas: a necessidade de dar uma maior atenção às características do espaço físico das instituições, situação que coloca por vezes em risco a própria segurança e saúde das crianças.

Para uma maior qualidade das práticas educativas há também que apostar na formação do pessoal auxiliar, bem como na estabilidade e melhoria das condições de trabalho dos profissionais dos diferentes tipos de instituições.

Parece-nos também evidente a necessidade de uma maior adequação do horário de funcionamento das instituições da rede pública às necessidades específicas de cada população. Esta questão, que em parte está já a ser contemplada pelas recentes alterações definidas para a educação pré-escolar, não pode no entanto ser equacionada da mesma forma para as

¹¹ Posteriormente este jardim de infância acabou por ser encerrado.

diferentes zonas do país. Como podemos observar pelas informações que nos foram dadas, mesmo em freguesias próximas como as que estudámos, as soluções mais adequadas, não são as mesmas para todas as instituições.

Também parece urgente existir um apoio mais eficaz às crianças, através de respostas pluridisciplinares, que pressupõem a articulação entre os serviços de saúde, educação e segurança social. Para isso contribuiria a descentralização dos serviços de Saúde Mental Infantil, quase inexistentes fora das principais cidades do país.

3.3.5. O que dizem os pais

A fim de recolher informações mais concretas sobre a experiência e opinião dos pais acerca do atendimento dos seus filhos, efectuámos entrevistas a seis pais de crianças, entre os 3 e os 6 anos: 4 que frequentavam jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação e 2 uma instituição privada com fins lucrativos.

Os critérios de escolha foram aleatórios, tendo estes pais sido escolhidos por indicação da educadora e de acordo com a sua disponibilidade. Contrariamente à nossa vontade, em virtude das entrevistas terem sido realizadas num período próximo das férias, não nos foi possível contactar um maior número de encarregados de educação. Pensamos no entanto que, apesar de em número não constituírem uma amostra representativa, não podemos deixar de considerar as suas opiniões e informações. A síntese das entrevistas, que se segue, está organizada em função dos principais aspectos abordados.

1. Percurso anterior/motivos de escolha do jardim de infância

No que se refere ao atendimento das crianças antes de entrarem para o jardim de infância, observa-se uma diferença nítida entre as crianças que agora frequentam os estabelecimentos da rede pública e os que frequentam o jardim de infância privado.

Os primeiros referem que, durante esse período, as crianças permaneceram em casa com avós ou com as mães. Saliem que tiveram possibilidade de optar pelo jardim de infância da rede pública, que ficava mais perto de casa, uma vez

que continuam a ser eles ou os avós a assegurar os tempos em que a criança não permanece no jardim de infância. Sugerem, a este propósito, um alargamento do horário de atendimento no período da tarde, que seria bastante facilitador para muitos pais.

Os segundos, pais das crianças que frequentam o jardim de infância privado, referem que as crianças até aí permaneciam diariamente em amas. Contudo estão satisfeitos com a instituição, já que corresponde bem às suas necessidades. Só lamentam o facto do espaço no jardim ser bastante reduzido, o que consideram negativo, já que limita e dificulta as movimentações das crianças.

Lamentam-se os que têm os filhos no jardim de infância privado pelo facto de, dada a exiguidade do espaço, nem as festas poderem presenciar. O mesmo não sucede nos restantes estabelecimentos, tendo inclusivamente, uma das instituições da rede pública promovido pequenas acções de formação/ esclarecimento destinadas aos pais em particular e à comunidade em geral.

As razões que levaram os pais a inscrever os filhos nos respectivos estabelecimentos de educação pré-escolar foram obviamente diferentes, mas enquanto a decisão de colocar o filho num jardim privado teve a ver fundamentalmente com a amplitude do horário, a proximidade da habitação e/ou do local de emprego foi a principal razão que levou os restantes pais a inscreverem os seus filhos nos jardins do Ministério da Educação.

Independentemente do tipo de instituição escolhida para os filhos, nenhum pai assinala a existência de burocracia que complique ou impeça a inscrição e entrada das crianças. Em contrapartida, no que diz respeito ao seu funcionamento, todos os pais apontam aspectos negativos que se prendem sobretudo com o facto de todos os edifícios terem sido adaptados em vez de construídos de raiz para a utilização que agora têm. Tal facto originou espaços mal dimensionados e mesmo degradados, que pensam condicionar forçosamente as actividades. Os espaços exteriores são mal apetrechados e exíguos. Referindo-se ao recreio de uma das instituições privadas, uma mãe chega a referir: *"acho até que foi por causa disso que a J. não aprendeu a correr e é hoje muito desajeitada em todos os movimentos"*.

Imagem da educação de infância

Todos os pais referem que o jardim de infância proporciona aos filhos uma oportunidade de convívio mais alargado com outras crianças. Dois pais, por já terem tido filhos mais velhos no jardim de infância, afirmam já ter observado outras vantagens, nomeadamente na aprendizagem de regras sociais e de comportamento, determinantes para uma melhor adaptação à escola. Apenas dois pais assinalam como vantagem a aprendizagem das primeiras letras. Ninguém apontou desvantagens.

Quanto ao desempenho esperado por parte das educadoras, os pais referem que elas devem ser sobretudo carinhosas, seguindo o modelo das mães, que sendo meigas não deixam de inculcar normas. Têm também de ser responsáveis e dedicar-se à profissão: *"gostar do que fazem"*.

Envolvimento dos pais nas actividades da instituição

O envolvimento dos pais nas actividades das instituições parece pouco relevante, mas também não é assinalável qualquer esforço, nem da parte da instituição nem da parte dos pais, para modificar a situação. Para além dos contactos que ocorrem no dia a dia, ao ir levar e buscar as crianças, poucos mais momentos existem de troca de informação entre pais e educadores. A maioria dos pais referem que o *"stress"* do quotidiano não se compadece com a necessidade de conhecer melhor o tipo de espaços e actividades em que os filhos estão diariamente, entrando nas suas salas, observando os seus trabalhos, deixando-os explicar as áreas em que se divertem mais, etc. Como dizia um pai: *"sinto que andamos todos com muita pressa. Alguns pais até deixam os meninos no jardim sem sequer saírem dos carros!"*.

Apesar de todas as instituições realizarem reuniões de pais pelo menos uma vez por ano, elas têm como principal objectivo informar sobre as linhas de actuação programadas e sobre o seu funcionamento. Apenas dois pais assinalaram que, no decorrer das reuniões, a educadora solicitava a sua participação activa, pedindo-lhes sugestões e opiniões.

O fornecimento de informações sobre o desenvolvimento e comportamento das crianças, só no jardim privado assume um aspecto mais formal. Aí, para além das informações verbais sobre o dia a dia e sobre os trabalhos realizados, são

enviadas para os pais no final de cada ano, fichas de observação e avaliação de cada criança.

Três dos pais entrevistados pertencem ao Conselho Consultivo dos jardins da rede pública. Questionados sobre essa função, referem que poucos pais se disponibilizam para o cargo, embora a maioria reconheça a sua importância. Apesar de argumentarem que uma representação efectiva dos interesses de todos os pais implicaria momentos de encontro entre si, dizem que isso não é possível dada a falta de tempo e também de algum empenhamento. Acabam então por ser eles a tomar as iniciativas e a protagonizar muitas acções, o que fazem pensando que é do interesse de todos, mas com pena de não sentir o envolvimento e apoio expresso dos restantes pais. Até agora, as suas intervenções têm sido fundamentalmente no sentido de pressionar as Juntas de Freguesia ou Câmara Municipal para a realização de certos melhoramentos e obras nas instalações dos jardins de infância.

Integração do jardim infância na comunidade

Pedida a opinião aos pais sobre este aspecto, são referidas unicamente as "saídas" frequentes das crianças para visitar as zonas circundantes do jardim e, de algum modo, participarem no quotidiano dessa comunidade próxima, entrando num ou noutro estabelecimento comercial ou participando nalguma pequena festa local. O intercâmbio dos jardins com a comunidade mais próxima não é portanto muito exuberante, mas existe uma certa abertura ao exterior. Ela revela-se também quando são organizadas festas de Natal, de encerramento do ano lectivo ou outras, se bem que estas se dirijam fundamentalmente aos familiares das crianças.

Das informações dadas pelos pais ressalta, de um modo geral, um conhecimento informal e muito pragmático do trabalho desenvolvido pelas instituições. A articulação entre pais e educadores parece ténue, funcionando apenas para os aspectos de gestão do dia a dia, não se verificando esforço de nenhuma das partes de aproximação mais efectiva que conduza ao conhecimento e envolvimento dos pais no projecto educativo que a instituição definiu para os seus filhos. Pensamos que o facto das únicas críticas se referirem aos aspectos mais evidentes (espaços físicos, horário da instituição), se pode dever a situações distintas, como por exemplo:

- os pais têm um certo desconhecimento do que as crianças fazem e aprendem quotidianamente e como se ocupam ao longo do dia;
- apercebem-se do tipo de actividades que os filhos fazem, mas não se sentem com conhecimentos suficientes para avaliar da sua qualidade ou pertinência;
- consideram que o principal objectivo destas instituições é o bem estar das crianças, o espaço para a brincadeira e o convívio com as outras crianças. A não valorização de outros domínios do desenvolvimento leva-os a não ter opinião sobre as actividades desenvolvidas.

Não podemos, no entanto, deixar de referir que as questões relativas ao horário e à Inadequação dos espaços físicos das instituições, como já anteriormente analisámos, são também levantadas pelos educadores e responsáveis das instituições.

Mesmo que reduzida e informal, a articulação entre os pais e a educadora, parece ser suficiente, já que não houve queixas expressas sobre a frequência e tipo de contactos entre a família e a instituição. Isso parece-nos um indicador de que os pais confiam no trabalho desenvolvido pelas educadoras, uma vez que foram unânimes na opinião positiva sobre os efeitos da frequência do Jardim de infância.

3.3.6. O que dizem os Presidentes das Juntas de Freguesia

Foram efectuadas entrevistas aos presidentes das juntas das quatro freguesias seleccionadas para o nosso estudo, a fim de os questionar sobre os problemas sociais da sua freguesia e sobre o apoio dado às crianças com menos de 6 anos. As informações recolhidas foram agrupadas por tópicos.

Principais problemas sociais das freguesias

A maior parte das freguesias rurais têm sofrido um despovoamento progressivo, devido ao fenómeno da migração em direcção aos centros urbanos, provocado em grande parte pelo desemprego ao nível das suas actividades tradicionais, nomeadamente a agricultura. A situação é particularmente evidente em Almoster, embora seja comum a muitas outras freguesias desta região. Este facto, bem

como o afluxo de população que aqui reside apenas durante o fim-de-semana, tem alterado a estrutura da população residente nestas freguesias.

Na freguesia do Pombalinho o despovoamento tem apresentado dinâmicas diferentes. Aqui foram as limitações à construção de novas habitações, impostas pelo Plano Director Municipal que classifica a maior parte dos terrenos como Reserva Agrícola Nacional, que levou uma parte da população a procurar casa noutras freguesias, nomeadamente na Azinhaga, concelho da Golegã. Relativamente à população residente, tem vindo a aumentar a sua dependência em relação à cidade de Santarém, onde muitas pessoas trabalham. Este facto tem tido repercussões na diminuição do número de crianças que frequentam o jardim de infância: em 1990 eram 50 crianças, em 1995 já só eram 18 e em 1996 houve um ligeiro aumento para 23 crianças.

Excepção é, sem dúvida, a freguesia do Vale de Santarém. Sendo uma área periurbana, situada ao longo de um dos principais eixos rodoviários da região que liga vários núcleos industriais importantes, tem tido a capacidade de atrair população residente. Segundo o presidente da Junta, a alteração anual é de cerca de 50 a 70 pessoas, o que, como já atrás se disse, gerou a necessidade de projectar a criação de mais equipamentos de educação pré-escolar, principalmente nas áreas em expansão. Apesar desta dinâmica demográfica, o desemprego é, sem dúvida, o maior problema social da freguesia.

A freguesia urbana de Marvila apresenta problemas demográficos mais relacionados com o envelhecimento da população. Com efeito, uma grande parte da sua área abrange o centro histórico da cidade de Santarém, que tem vindo a tornar-se numa área terciária por excelência. Este facto explica a frequência das suas instituições de educação de infância por crianças vindas de outras freguesias, que acompanham os pais no seu percurso para o emprego. O problema do desemprego, tal como nas outras freguesias, é uma questão social importante, assumindo, neste caso, por vezes, características de verdadeira exclusão social. Existem aqui bolsas de pobreza que juntam vários problemas sociais como, por exemplo, desemprego, prostituição, droga e delinquência. A existência de poucos jardins de infância públicos só vem agravar a marginalidade social de algumas das suas crianças.

Instituições existentes nas freguesias

Naturalmente que as instituições existentes nas freguesias irão depender tanto das solicitações da população residente ou trabalhadora na área, como da sensibilização e do empenho dos autarcas relativamente às necessidades educativas/formativas da população mais jovem. Note-se que os quatro presidentes das Juntas contactados demonstraram uma indiscutível valorização e apreço por este nível de ensino.

A título ilustrativo, transcrevemos algumas citações que nos parecem reveladoras do que pensam sobre a educação pré-escolar: *"um certo sector dos alunos chegavam à escola com um grau de dificuldade muito grande e constatou-se que eram precisamente aqueles que não a frequentavam"*, afirmou o presidente da Junta de Freguesia do Vale de Santarém; *"neste momento todas as crianças dos 3 aos 5 anos frequentam, mas, há dois anos atrás, tive que ir falar directamente com alguns pais no sentido de os convencer que era importante a ida dos seus filhos ao jardim de infância, porque depois ficavam atrasados em relação aos outros quando entrassem para o 1º ciclo"*, dizia o presidente da junta do Pombalinho.

Reveladora da diversidade de dinâmicas locais existentes nestas quatro freguesias, é a afirmação do presidente da Junta de Almoester: *"já coloquei editais, várias vezes, para ver se apareciam inscrições e apareceram apenas três. Se fosse necessário colocaria a carrinha à disposição para o transporte das crianças, como já se faz para o 1º ciclo"*. De facto, em Almoester não existe uma única estrutura pública ou privada que trabalhe ao nível da educação de infância. Apesar do elevado número de crianças espalhadas pelos diferentes lugares da freguesia e do empenho do presidente da Junta em criar um jardim de infância, a população não tem aderido a esta iniciativa. Segundo ele: *"Embora fosse uma estrutura importante não se torna um problema porque os pais levam os seus filhos para as localidades onde trabalham - Santarém, Cartaxo, Rio Maior - e é aí que os filhos frequentam o jardim de infância."*

Situação oposta é a do Pombalinho, onde todas crianças dos 3 aos 5 anos da freguesia têm possibilidade de frequentar o único jardim de infância existente, pertencente à rede pública. Este nível de adesão deve-se à maior concentração do povoamento na freguesia, mas também ao trabalho porta a porta que o próprio presidente da Junta diz ter desenvolvido.

No Vale de Santarém existem crianças que não frequentam a educação pré-escolar, umas por dificuldades de acesso aos estabelecimentos que existem e outras por opção dos pais. Com efeito, a parte baixa do núcleo populacional principal, bem como a nova área de expansão habitacional em direcção ao Cartaxo, não têm infra-estruturas educativas. Mas, de modo a abranger a população dessas áreas, a autarquia tem já projectado um novo jardim de infância¹².

Em Marvila, única freguesia urbana seleccionada para este estudo, apesar das infra-estruturas disponíveis, existem crianças que não as frequentam, principalmente por razões de natureza económica. A inexistência de estruturas públicas suficientes, justifica esta exclusão que acarreta consequências sociais. Em oposição ao movimento de saída generalizado em Almoester, mas que também existe noutras freguesias de uma forma mais pontual, em Marvila os jardins de infância são frequentados por crianças vindas de outras freguesias, filhas de pais que trabalham no centro de Santarém.

O acolhimento das crianças dos 0 aos 2 anos de idade, garantido em quase todas as freguesias fundamentalmente por familiares, vizinhos ou amas não suscitou qualquer tipo de comentários por parte dos presidentes das Juntas de Freguesia, nem foi assinalado como uma carência a nível de equipamentos.

A acessibilidade dos jardins de infância na maior parte dos casos não é satisfatória, se atendermos ao facto de serem frequentados por uma população muito jovem que ainda não se pode deslocar sozinha e cujos pais nem sempre dispõem de meio de transporte próprio. Já anteriormente referimos o caso do Vale de Santarém, onde existem, mesmo ao nível do núcleo principal, determinadas áreas que se encontram muito distantes das instituições existentes. Na freguesia de Marvila, atendendo à sua extensão e à morfologia urbana, a acessibilidade é também um problema a ter em conta na análise da cobertura da rede existente. Com efeito, os jardins de infância existentes localizam-se um pouco fora das áreas de maior concentração populacional. Excepção é, sem dúvida, a freguesia do Pombalinho onde o presidente da Junta refere que o jardim de infância está localizado num ponto bastante central para todos, excepto para três crianças que vivem em áreas distantes. Para obviar essa dificuldade, a Câmara Municipal paga a um táxi da freguesia, que assegura o transporte diário destas crianças. Ainda segundo ele, é notória a preocupação dos presidentes das Juntas de Freguesia

¹² Actualmente esta instituição já está em funcionamento.

face aos edifícios e espaços envolventes dos jardins de infância autárquicos e da rede pública¹³.

Condições de funcionamento

Relativamente à participação destes autarcas como representantes dos Conselhos Consultivos das instituições da rede pública do Ministério da Educação, a periodicidade das reuniões parece ser variável, indo desde uma média de quatro cinco vezes por ano, até à existência de uma periodicidade mais indefinida, reunindo sempre que necessário a fim de discutir todas as questões relativas ao funcionamento do jardim de infância.

Não sendo o único, o problema dos horários é no entanto aquele que mais tem preocupado os Conselhos Consultivos, uma vez que condiciona a frequência de algumas crianças cujos horários laborais dos pais não são compatíveis com os da instituição. Sendo indiscutível que a hora da saída, a meio da tarde, levanta dificuldades aos pais, é sobretudo o curto intervalo para almoçar que gera mais problemas. Para obviar a situação, o jardim de infância do Pombalinho, teve que arranjar uma solução para assegurar o acompanhamento durante a hora de almoço das duas crianças que vêm de fora do núcleo populacional.

O problema dos horários também se coloca nas instituições privadas, mas para o resolver algumas têm extensões de horário asseguradas por pessoal auxiliar. Os presidentes das Juntas de Freguesia referem que muitas crianças dos jardins de infância da rede pública ficam a cargo de amas ou pessoal de serviço doméstico entre a hora de encerramento destes estabelecimentos e a hora de saída dos pais do emprego.

Os transportes são também uma das limitações à frequência dos jardins de infância. Alguns privados dispõem de transporte próprio, mas em relação a todos os outros as deslocações estão dependentes das disponibilidades familiares. No entanto, existem situações pontuais que exigiram soluções de recurso, como é o caso do transporte por taxi das crianças do Pombalinho, ao qual já atrás nos referimos.

¹³ Recordamos que estas entrevistas foram realizadas anteriormente à publicação da Lei-Quadro (Lei 5/97) que veio redefinir o conceito de rede pública da educação pré-escolar.

O funcionamento dos jardins de infância passa também pela articulação com outras instituições sociais da comunidade onde estão inseridos, nomeadamente a Segurança Social e os Serviços de Saúde. Os presidentes das Juntas não têm, no entanto, conhecimento de nenhum tipo de actividade regular entre estas três entidades. Alguns referem que estes serviços colaboram, contudo, face a problemas concretos ou quando solicitados a participar.

Outra questão importante no funcionamento dos jardim de infância é o problema do financiamento¹⁴: enquanto os privados vão gerindo os seus próprios recursos financeiros com base nas mensalidades pagas pelas crianças e os da rede pública recebem algumas verbas do Ministério da Educação, os autárquicos dependem em grande parte da situação financeira das respectivas autarquias. As Câmaras Municipais asseguram normalmente as despesas correntes, cabendo às respectivas Juntas de Freguesia o apoio em actividades esporádicas como, por exemplo, na organização de passeios, festas ou na compra de alguns materiais.

Nos jardins de infância da rede pública e nos autárquicos, acontece por vezes que se estabelece, com acordo dos pais, uma espécie de cota mensal num valor bastante baixo. Esta cota, que não é obrigatória, permite no entanto que a educadora tenha um pequeno fundo de maneiio para adquirir materiais ou organizar actividades para as quais não disponha de verbas.

Em síntese, verificamos que no geral é bastante positiva a imagem que os presidentes das quatro Juntas de Freguesia têm relativamente à educação pré-escolar.

A questão do horário das instituições da rede pública do Ministério da Educação, assim como a garantia do transporte e serviço de almoços para as crianças, parecem ser das principais questões que os preocupam, começando a ser pensadas e definidas algumas soluções possíveis.

Contrariamente às nossas expectativas, a falta de instituições para acolhimento às crianças com menos de 3 anos não é referida como problema.

¹⁴ Recordamos que estas entrevistas foram realizadas anteriormente à publicação da Lei-Quadro (Lei 5/97) que veio a definir a gratuidade da componente educativa da educação pré-escolar (Art.º 16).

3.3.7. O que dizem as professoras do 1º ciclo do ensino básico

Com o objectivo de conhecer o tipo de ligações existentes entre o jardim de infância e o 1º ciclo do ensino básico, bem como o conhecimento e representação que os professores têm do trabalho efectuado ao nível do jardim de infância, foram entrevistadas duas professoras do 1º ciclo. Estas professoras estão colocadas em duas freguesias distintas: uma onde existem estabelecimentos de educação pré-escolar (Marvila) e outra onde não existe qualquer instituição educativa antes da entrada para o ensino básico (Almoster).

A escola de Almoster, tem um lugar único; pelo que os seus 18 alunos se distribuem pelos quatro anos de escolaridade. De acordo com a opinião da professora o grupo é bom e equilibrado mas muito numeroso para uma situação assim, pelo que o trabalho é *"muito cansativo"* e *"difícil porque não se pode parar um bocadinho"*.

Sendo um lugar único num meio tão pequeno sente-se isolada e, como diz, *"às vezes é muito aborrecido"*. Por estar sozinha, não tendo colegas com quem conviver, costuma almoçar com um pequeno grupo de crianças que também trazem almoço de casa. Assim tem oportunidade de verificar que *"eles acabam por comer mal ... às vezes já está tudo frio"*. Gosta muito do grupo e da população e acha que teve sorte neste aspecto: *"gosto muito dos miúdos ... da povoação, das pessoas ... são muito simpáticas, muito dadas ..."*.

A escola foi construída de acordo com o plano dos centenários e dispõe de apenas uma sala onde se realizam todas as actividades. Na sua opinião os sinais de envelhecimento e de degradação do edifício são bem evidentes, o que vem agravar o facto da sala ser escura e triste. Também o espaço exterior está particularmente degradado.

Não existe jardim de infância, embora lhe pareça que o número de crianças residentes justifique a criação dum equipamento deste tipo. Acha que faz falta e que os pais das crianças manifestam também essa necessidade, mas parece que não se juntam e *"se acanham"* para conseguir as assinaturas necessárias ao desencadeamento do processo de criação de um jardim de infância.

Por seu turno, a professora da freguesia de Marvila já é efectiva na escola e tem um grupo de 24 alunos do 2º ano de escolaridade que segue do ano passado.

O jardim de infância mais próximo da escola é uma Instituição Privada de Solidariedade Social que também tem actividades de tempos livres. Sendo esta a única instituição de educação pré-escolar com que estabelece alguns contactos, serve-lhe de ponto de referência durante a entrevista.

Tal como a sua colega, esta professora admite conhecer muito pouco da realidade da educação pré-escolar. No entanto, ambas consideram que a frequência do jardim de infância traz muitos benefícios às crianças e que são grandes as diferenças entre as crianças que *"passaram pelo infantário"* e as que *"vêm das mães"*, directamente para a escola: *"as crianças que passaram pelo infantário são mais abertas ... já têm regras ... aprenderam a ouvir ... a diferença é para melhor"*.

A frequência da educação pré-escolar é para ambas um factor facilitador da integração da criança no grupo e nas normas da escola, bem como nas primeiras aprendizagens. De acordo com a professora de Almoester *"as crianças que passaram pelo jardim são mais abertas... mais desembaraçadas... o que facilita o entendimento e a compreensão de novos assuntos"* e esses efeitos vão-se fazer sentir ao longo dos primeiros anos de escolaridade. A sua colega de Marvila expressa uma opinião idêntica relativamente a esta questão: *"trazem mais vocabulário... vêm mais desenvolvidas e depois é mais fácil a aprendizagem"*.

Situando a capacidade de adaptação à escola na maior ou menor dificuldade da criança se adaptar às suas normas, as opiniões de ambas divergem ligeiramente. Assim, para a primeira a adaptação à escola vai depender essencialmente do tipo de trabalho realizado no jardim (onde aprenderam o essencial do que é estar na sala de aula) e da *"educação que trazem de casa"*. Entretanto a segunda, embora reconheça que *"eles já vêm muito orientados no sentido de pelo menos saberem ouvir"*, acha que uns *"vêm muito inquietos"* e outros *"vêm de jardins onde os deixaram fazer tudo"* e então *"... chegam aqui e têm problemas de adaptação ao contrário..."*.

A necessidade duma maior ligação entre o jardim de infância e a escola é reconhecida por ambas e vista como algo muito positivo, pois além de facilitar a adaptação das crianças, poder funcionar como factor enriquecedor do trabalho dos profissionais de ambos os níveis. Para as nossas entrevistadas, a necessidade desta articulação é idêntica à necessidade de ligação com o 2º ciclo do ensino básico. Só assim, de acordo com a professora de Marvila, se pode estabelecer um trabalho continuado, que designou por *"ligação global"*: *"essa ligação havia de*

ser feita pelo menos até ao 9º ano de escolaridade... que se fizesse uma rampa em vez duma escada...".

Aprofundando este assunto, a professora de Almofter considera que a articulação entre os dois níveis de ensino depende sobretudo da iniciativa pessoal de cada um dos profissionais. Aponta, contudo, alguns grandes obstáculos ao desenvolvimento de iniciativas conjuntas, nomeadamente a mobilidade constante dos professores e a falta de instituições de educação pré-escolar em muitas aldeias.

Embora com uma experiência muito limitada de trabalho em conjunto com o pré-escolar (houve um ano em que colaborou com um jardim de infância na organização de passeios e em festas conjuntas), considera essa experiência como muito boa e interessante. Por seu turno, a professora da freguesia de Marvila, referindo-se à IPSS vizinha da escola, diz que os contactos se limitam a aspectos de ordem funcional, como por exemplo a dispensa das crianças das actividades de tempos livres para irem a um passeio, o que considera muito pouco: *"contactamos assim a nível de coisas, não de programas..."*.

A experiência de ambas é suficiente para afirmarem que devia haver mais jardins de infância e que devia tentar resolver-se o problema dos transportes nos meios pequenos, para ser possível reunir crianças dispersas pelos lugares da freguesia. Também o problema dos horários e das refeições é referido por ambas, mas sublinhado pela professora de Almofter que se confronta diariamente com a situação dos seus próprios alunos.

A professora de Marvila considera que deveria haver uma maior cobertura e uma oferta mais diversificada ao nível do pré-escolar, pois só assim os pais teriam uma efectiva liberdade de escolha. Só a frequência gratuita das crianças cujas famílias não possam suportar os encargos das instituições privadas asseguraria uma verdadeira igualdade de oportunidades para toda a população.

Para a professora de Almofter as principais diferenças entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico situam-se ao nível do maior interesse e investimento das educadoras de infância nas áreas de expressão - *"as educadoras têm sempre ideias muito engraçadas ... talvez tenham mais tempo para criar... dedicam-se mais a isso do que nós"* - e ao nível do desenvolvimento sócio-afectivo da criança: *"a nível moral talvez.... tentar saber a história da criança... elas contarem-nos como é a família..."*.

A professora de Marvila realça que os objectivos dos dois níveis de ensino são forçosamente diferentes: *"as crianças quando saem do 4º ano têm de saber ler, escrever, contar... o final do jardim de infância deve ser uma preparação para a escola"*. Tratando-se de crianças em fases distintas do desenvolvimento, também se têm que distinguir as metodologias de trabalho: *"com crianças pequeninas temos de trabalhar com material concreto..."*. Na sua opinião deveria haver mesmo um ano zero que funcionasse como propedêutica do 1º ano de escolaridade.

Quanto às eventuais diferenças no relacionamento com os pais, a professora de Almoester considera que isso tem mais a ver com a atitude pessoal de cada um no seu local de trabalho ou com o tipo de população com que se trabalha, do que com o nível de ensino: *"tanto faz ser educador como professor... é uma questão de cada um se interessar... e depois vai do tipo de pais que queiram trabalhar em conjunto com a professora.... há pais que não gostam..."*.

Embora a professora de Marvila reafirme que não sabe o que se faz no jardim neste campo, acha que na escola se fazem muito mais reuniões de pais. Sendo da iniciativa da professora, algumas reuniões destinam-se a esclarecer e a informar os pais das rotinas da escola, das aprendizagens (sobretudo no 1º ano) e do que vai acontecendo com os filhos. Para além destas, fazem-se reuniões de avaliação em que se discutem aspectos gerais e em que se explica aos pais que tipo de apoio se espera que dêem aos seus filhos em casa, no sentido de ajudarem a ultrapassar dificuldades: *"falo de todas as coisas com os pais ... mesmo as próprias relações deles com as crianças ... os castigos ... os trabalhos de casa, o que gosto que ajudem, o que não gosto... mas não gosto que avancem, porque o professor é que sabe.. o professor é que estudou e é que sabe... se nós não os educarmos a eles, pais, há lacunas"*.

Considerando as opiniões expressas por estas professoras, parece predominar uma boa imagem da educação de infância e da sua importância na "pré-escolarização" das crianças.

Não podemos, no entanto, deixar de salientar o desconhecimento que estas profissionais dizem ter relativamente ao trabalho desenvolvido no jardim de infância, que parece sintomático do grande desfasamento que continua a existir entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico.

As finalidades do jardim de infância e da escola são referenciadas, estando

o primeiro mais centrado nas actividades de expressão e no desenvolvimento sócio-afectivo das crianças, preparando-as para "saber estar" na escola.

Sublinhamos, por fim, que a questão do horário das instituições, do fornecimento de almoços e do transporte das crianças, para além de serem referidas como problemas da educação de infância são também apontadas como problemas que afectam igualmente os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico.

4. Outros apoios sócio-educativos para crianças e famílias

4.1. Os serviços de saúde

Fazer um relatório sobre o atendimento feito pelos serviços de saúde do distrito, não é uma tarefa fácil. Primeiro, tendo em conta a sua grande diversidade, segundo, tendo em conta a falta de formação dos elementos da equipa nesta área. Assim sendo a caracterização não é tão completa e aprofundada como desejaríamos.

4.1.1. No distrito

A fim de recolher informações sobre o atendimento à infância no domínio da saúde, em 1993 foram enviados questionários aos 22 centros de saúde e aos 4 hospitais distritais de Santarém, tendo sido recebidas respostas de 14 dos centros de saúde e de todos os hospitais¹⁵.

A especificidade dos serviços prestados nos centros de saúde e nos hospitais, torna por vezes difícil uma análise global e conjunta dos dados recolhidos de ambos. No entanto, na medida do possível, tentámos efectua-la. Passamos assim a apresentar a síntese das informações.

Apenas 3 centros assinalam a existência de crianças não abrangidas por atendimento médico, por pertencerem a famílias que não residem permanentemente no mesmo sítio (feirantes, comunidades ciganas). Estimam-se que sejam cerca de 75 as crianças nestas condições, membros de famílias geralmente com poucos recursos económicos.

¹⁵ Não tendo sido explicitado que apenas se pretendia que cada centro de saúde respondesse a um questionário, houve dois centros que distribuíram o questionário por todos os médicos (10 em Abrantes e 14 em Alcanena), pelo que recebemos 38 questionários preenchidos, provenientes de 14 Centros de Saúde. Sabendo que cada médico do centro de saúde tem um grupo de utentes atribuído na sede e, por vezes, ainda outros grupos nas suas extensões, supomos que dificilmente terá sido efectuado um trabalho de articulação e aglomeração dos dados provenientes dos ficheiros dos diversos médicos de cada centro. Compreendemos assim a solução encontrada nos Centros de Saúde de Abrantes e Alcanena.

Em 10 dos centros conhecem-se situações graves de ambientes familiares degradados, más condições higiénico-sanitárias e de habitabilidade, alcoolismo e má nutrição, sempre derivadas de carências sócio-económicas.

Na maior parte dos casos o recurso aos centros de saúde destina-se a consultas de rotina ou vigiância e vacinações. O recurso por motivo de doença é muitíssimo menor. Este facto merece alguma reflexão, pois se os centros de saúde não têm capacidade de resposta a situações de doença, seja por vocação seja por falta de meios, haverá tendência a verificar-se uma sobrecarga nas urgências de pediatria dos hospitais, a que a maior parte das crianças recorrem por doenças ligeiras, e não por problemas decorrentes de acidentes ou doenças mais graves.

As doenças que mais frequentemente aparecem nos centros de saúde são do foro otorrinolaringológico e do aparelho respiratório, seguidas das viroses e doenças do foro gastrointestinal. Estes elementos coincidem com os dados que nos foram fornecidos pelos sectores de Consultas e Urgências da Pediatria dos Hospitais. As causas de Internamentos provêm também de complicações destas doenças apontadas, acrescentando os problemas ortopédicos, fundamentalmente provocados por acidentes.

Os problemas de desenvolvimento psicomotor são assinalados como pouco frequentes, mas cerca de metade dos centros refere a existência de um grande número de problemas de desenvolvimento e de aprendizagem, tendo todos conhecimento da existência de crianças deficientes. Estas deficiências são atribuídas maioritariamente a doenças congénitas e a traumatismos de parto, mas também a causas ligadas ao alcoolismo e à consanguinidade. Os problemas de desenvolvimento e de aprendizagem, por seu turno, são atribuídos principalmente à precariedade de condições sócio-económicas (conflitos familiares, carências de toda a ordem, inclusivé de afecto), bem como à patologia mental dos pais. Não nos foram no entanto disponibilizados números para um conhecimento mais exacto.

Se nos centros de saúde não existem recursos que permitam dar resposta a estes casos (atrasos de desenvolvimento e deficiências várias), nos hospitais a situação não é muito melhor: em Abrantes existe uma consulta de Desenvolvimento com grandes carências de pessoal técnico - psicólogo, terapeutas, etc.; em Santarém existe uma consulta de Psiquiatria, dispondo apenas de uma Pedopsiquiatra; em Torres Novas e Tomar não existem de todo técnicos que assegurem esse

trabalho. A ausência de especialistas nos centros de saúde, faz com que sejam os médicos de clínica geral ou de saúde pública a fazer a primeira abordagem quer a deficiências, quer a problemas de desenvolvimento e de aprendizagem.

Relativamente aos níveis etários mais baixos, compete fundamentalmente às equipas de Saúde Escolar (geralmente constituídas por um médico, um enfermeiro e um administrativo, havendo a possibilidade legal de agregar a esta equipa um técnico de serviço social, um professor do 1º ciclo, outro do 2º ciclo e um educador de infância), cuidar do cumprimento do calendário de vacinações e de outras acções preventivas pontuais. Compete-lhes ainda efectuar um exame médico tão completo quanto possível a todas as crianças, no ano de entrada para a escolaridade obrigatória. Sempre que necessário, como nos casos em que estas equipas detectam situações de atrasos e/ou deficiências, as crianças são encaminhadas para os Hospitais Distritais.

Questionados sobre as crianças vítimas de acidentes, a maior parte dos centros de saúde referem que não é grande o número de tais situações, aparecendo-lhes fundamentalmente pequenos ferimentos, queimaduras, fracturas por quedas e acidentes domésticos. Este facto é compreensível se pensarmos que as situações graves se dirigem para os hospitais, observando-se que nas Urgências de Pediatria são recebidos muitos casos de traumatismos cranianos e de intoxicações (alimentares, por medicamentos ou produtos de higiene doméstica).

Questionados sobre o abandono de crianças, apenas dois centros sabem que existem casos na sua área geográfica, ambos referindo que são pouquíssimos. Também só os hospitais de Abrantes e Torres Novas têm conhecimento de casos de abandono, um em cada concelho.

Já no que diz respeito a crianças vítimas de maus tratos, 7 dos 14 centros de saúde e todos os hospitais (Urgências de Pediatria) afirmam ter conhecimento de diferentes casos. Enquanto nenhum dos centros quantifica o número de crianças nesta situação, os hospitais apresentam números que oscilam entre 3 em Tomar e 16 em Torres Novas, reportando-se ao ano de 1992.

O alcoolismo e/ou toxicoddependência dos pais é tida como a principal justificação, quer para os abandonos, quer para as agressões e maus tratos às crianças. Em todos os hospitais existem serviços de acção social para procederem ao encaminhamento destas situações. Porém, é referido pelo hospital de Abrantes

que "as respostas de outras estruturas, nomeadamente da Segurança Social, são demoradas".

Colocámos ainda algumas questões sobre as taxas conhecidas de mortalidade perinatal (a que ocorre no período entre a 28ª semana de gestação e o 7º dia de vida extra-uterina) e infantil. Ao nível dos centros de saúde estas questões ou são respondidas sem quantificação (mas com a indicação de que as taxas não são elevadas) ou simplesmente não são respondidas. As respostas mais precisas surgem dos serviços de Obstetrícia e de consultas de Pediatria dos Hospitais. Os dados sobre a mortalidade perinatal oscilam entre os 5,8 e os 33 casos em cada mil e, entre as causas mencionadas, destacam-se a prematuridade, malformações congénitas e falta de vigilância da gravidez. Relativamente à mortalidade infantil, 2 hospitais não respondem em termos numéricos, outros 2 fornecem dados que oscilam entre os 0 e 2 por mil, sendo as causas atribuídas também a malformações congénitas e a processos infecciosos graves.

Como já dissemos, nos centros de saúde existem apenas as especialidades de Clínica Geral e de Saúde Pública. Porém, apenas o Centro de Saúde de Abrantes refere a existência de dificuldades de acesso a consultas e tratamentos de outras especialidades. Paradoxalmente, é uma das localidades onde se encontra implantado um dos quatro hospitais distritais.

Todos os hospitais têm pediatras. Nos serviços de Pediatria, e em dois deles, existe a especialidade de Neonatologia e Nefrologia. No entanto, os serviços relacionados com Ortopedia, Cirurgia, Fisiatria, Patologia Clínica, etc., são assegurados por médicos sem sub-especialidade, isto é, por ortopedistas, cirurgiões, etc., gerais e não pediátricos.

Apenas no hospital de Tomar se consideram suficientes as respostas que o quadro de pessoal pode dar às necessidades do serviço. Nos restantes, assinalam-se carências de psicólogos, terapeutas da fala, educadores de infância, cardiologistas e neurologista pediátricos. Isso leva a que, sempre que uma criança precise desses técnicos, seja encaminhada para os hospitais centrais (com grandes demoras na marcação de consultas) ou para serviços especializados.

Em todos os serviços existentes de Obstetrícia, Pediatria - consultas, urgências e internamentos - e Psiquiatria Infantil, são referidas insuficiências nos quadros de pessoal e a necessidade de melhorar os equipamentos disponíveis. Nos inter-

namentos de Pediatria, de todos os hospitais, existem Técnicos de Serviço Social, mas apenas num trabalha uma Educadora de Infância. Por serem em número insuficiente (1 para todo o hospital de Torres Novas), os Técnicos de Serviço Social não conseguem dar a resposta desejável, o que tem consequências no trabalho que desenvolvem, que não encontra continuidade nem por parte das estruturas da Segurança Social, nem por parte das estruturas locais de saúde, desprovidas também de Técnicos de Serviço Social para acompanharem os casos.

Pedimos às instituições de saúde que dessem sugestões para a solução de alguns dos problemas com que se confrontam. Contudo apenas 5 dos centros de saúde que nos responderam elaboraram tais considerações. As preocupações, assim evidenciadas, prendem-se com o modo de vida das populações: dificuldades de acesso quer aos serviços de saúde, quer a estabelecimentos de ensino pré-escolar; isolamento vivido por muitas famílias; dificuldades de transpor distâncias por ausência de meios de transporte; carência de cantinas escolares. Aponta-se também a inexistência de apoios por técnicos de serviço social, bem como de articulação do trabalho dos médicos de família com as creches e jardins de infância da sua área.

Por parte dos dois hospitais que responderam a este item, chegam-nos algumas sugestões que julgamos muito pertinentes:

- Para os **Serviços de Saúde**: implementação nos Centros de Saúde de apoio pediátrico equivalente ao existente nos hospitais; maior formação aos médicos de família na área da Pediatria; melhoria dos canais de comunicação entre hospitais e centros de saúde, promovendo actividades conjuntas na área geográfica de cada centro de saúde.
- Para as estruturas de **Segurança Social**: criação de equipas multidisciplinares concelhias para apoio a crianças em risco; colocação de técnicos de Serviço Social em todos os centros de saúde; mais celeridade na resposta às necessidades dos utentes.
- Para as estruturas de **Educação**: formação e colocação de professores especializados no atendimento a crianças com necessidades educativas especiais.

O Despacho nº24/94 do Ministério da Saúde, que estipula normas de articulação entre hospitais e centros de saúde, visando a sua complementaridade em termos da diferenciação técnica dos serviços prestados por ambos, e que atribui aos centros de saúde a prestação de cuidados de saúde primários e aos hospitais os

cuidados diferenciados ou especializados, veio ao encontro de algumas das sugestões que os dois hospitais haviam feito.

No mesmo Despacho, prevê-se a deslocação de técnicos dos hospitais aos centros de Saúde, *"para consultas e outros actos de diagnóstico e terapêutica"*. Apenas resta esperar que a tais preocupações expressas correspondam, por um lado, uma dotação mais adequada dos Hospitais Distritais em termos de técnicos (que ao que nos foi relatado, nem para os próprios Hospitais seriam suficientes) e, por outro lado, uma efectiva melhoria na acessibilidade aos cuidados especializados.

Também é certo que a Saúde tende cada vez mais a ser encarada como uma *"forma de bem estar físico e psicossocial, envolvendo naturalmente todas as estruturas que na comunidade lhe conferem de alguma forma continuidade"* (Pedro Almeida, 1994). A Saúde dos indivíduos exige, portanto, a congregação de esforços, não só das estruturas tradicionais de prestação de cuidados de Saúde (hospitais e centros de saúde), mas também da Segurança Social, Educação, Autarquias e estruturas não governamentais (IPSS, Associações várias, etc.).

Em síntese, observamos que, de acordo com os dados do questionário realizado (em 1993), a continuidade e articulação entre os diferentes serviços de saúde parece ser a questão mais relevante, nomeadamente a articulação no interior dos centros de saúde, entre estes e os hospitais, entre ambos e as restantes instituições. Não se nos afigura possível de outro modo responder adequadamente a situações como as que nos foram referidas pelas instituições de saúde: crianças que, apesar de tudo, não têm assistência; crianças vítimas de abandono ou maus tratos; crianças portadoras de atrasos de desenvolvimento ou deficiências. Tratam-se, em suma, de crianças com ausência de saúde, mas fundamentalmente devido às condições sócio-económicas em que vivem.

4.1.2. Nas quatro freguesias estudadas

Com o objectivo de completar as informações obtidas através dos centros de saúde sobre o trabalho desenvolvido junto da população em idade pré-escolar das localidades de Santarém, Pombalinho, Vale de Santarém e Almoester, foram contactadas a coordenadora da Saúde Escolar e uma médica dos centros de saúde do Pombalinho e Vale de Santarém.

A recolha da informação foi efectuada através de uma entrevista que decorreu em tomo dos seguintes itens:

- Programas de intervenção da Saúde Escolar nos jardins de infância.
- O médico de família como gestor da saúde: caracterização das suas intervenções junto a crianças dos 0 aos 5 anos de idade.
- A colaboração intersectorial nos serviços da saúde.

Segundo os técnicos entrevistados, factores de ordem vária - nomeadamente nutricionais, de vacinação e relacionados com a instalação progressiva de infra-estruturas de saneamento básico (esgotos e abastecimento de água ao domicílio) - têm influenciado positivamente alguns dos indicadores de saúde na população. Contudo, eclodem agora outros problemas de saúde (provenientes de consumos tóxicos, hepatite B e sida, entre outros) que exigem uma acção preventiva e terapêutica por parte dos serviços de saúde, em colaboração com as famílias e os estabelecimentos de educação de infância.

Em sua opinião, as necessidades e os problemas de saúde das crianças justificam a generalização de unidades de saúde para cuidados primários. Assim, o programa de Saúde Escolar deveria ser desenvolvido em todos os estabelecimentos educativos e abranger toda a comunidade pré-escolar e escolar (alunos/educadores/professores, auxiliares e ainda os pais e a família), sem excepção do ensino superior. Este é o âmbito de intervenção definido pela Direcção Geral de Saúde (Divisão de Saúde Escolar) no *Programa Tipo de Saúde Escolar*, em 1996.

No âmbito da detecção, atendimento e encaminhamento das crianças em idade pré-escolar, os centros de saúde, através da acção das equipas de saúde escolar, têm-se preocupado particularmente com o apoio às crianças com necessidades educativas especiais, vítimas de maus tratos ou que necessitam de cuidados de saúde mental.

Relativamente às primeiras, quando a resposta do clínico geral não é suficiente face às suas necessidades, o caso é encaminhado para a especialidade adequada ao estudo do problema. Este primeiro pedido de apoio especializado pode também surgir através da consulta de desenvolvimento do hospital distrital de Santarém. Só então, se necessário, se estabelece contacto com as instituições educativas, ficando claro, contudo, que o centro de saúde só actua em termos clínicos, pois "a parte do ensino especial compete aos educadores e não aos médicos", como nos diz a médica de saúde escolar.

Em nossa opinião é pena que logo ao nível da sinalização não seja estabelecido contacto com as equipas do ensino especial, pois perde-se assim algum tempo até se iniciar o processo educativo da criança e fazer o acompanhamento dos pais. Nalgumas situações, uma intervenção precoce e atempada pode marcar a diferença entre um desenvolvimento mais ou menos harmonioso. O processo educativo da criança pode e deve iniciar-se mesmo durante o diagnóstico médico, pois, caso contrário, corre-se o risco do afastamento ou perda da resposta educativa a receber.

Os casos de crianças maltratadas ou vítimas de abusos sexuais, geralmente são identificados nos serviços de urgência, se bem que já tenham sido detectados alguns, ocasionalmente, no decorrer das consultas nos centros de saúde. Independentemente da via por que chegam, o seu encaminhamento é feito através do Ministério Público.

O alcoolismo e a toxicodependência dos pais são tidos como a principal justificação para abandonos, agressões e maus tratos às crianças. Em todos os hospitais existem serviços de acção social para proceder ao encaminhamento destas situações, se bem que nem sempre o façam com grande sucesso.

A médica da saúde escolar informou ainda que, para as crianças em risco, são desenvolvidas acções integradas de cooperação intersectorial. Estas acções incluem técnicos de diferentes serviços - Saúde Escolar, Câmara Municipal, Delegação Escolar, Ensino Especial, Segurança Social e Hospital - pois para esta população evidencia-se a necessidade de espaços para o desenvolvimento de projectos que englobem as áreas de educação, saúde e segurança social.

Programas de intervenção em Saúde Escolar nos jardins de infância

A resposta à questão da articulação entre as equipas da saúde escolar e os jardins de infância foi orientada de acordo com as funções desempenhadas por cada um dos entrevistados.

Assim, o médico coordenador da saúde escolar referiu que a articulação com os jardins de infância é desenvolvida fundamentalmente através das educadoras, já que o trabalho das equipas de saúde escolar tem mais incidência nas escolas do 1º ciclo do ensino básico. A sua actuação junto dos jardins de infância relaciona-se essencialmente com os seguintes aspectos:

- prevenção da saúde oral das crianças a partir dos três anos;
- cumprimento do plano nacional de vacinação.

São ainda realizadas visitas às instituições pelas enfermeiras, para atendimento de outras questões que eventualmente surjam. Neste âmbito, ressalve-se a importância e a necessidade da regularidade do trabalho que a saúde escolar deve desenvolver com as educadoras dos jardins de infância.

Por seu turno, a médica do centro de saúde informou que, a única articulação ocorre no final do jardim de infância, quando pouco falta para entrarem para a escola do 1º ciclo do ensino básico. Nessa fase é feito um exame global da criança, no centro de saúde, sendo enviado um relatório para o responsável da saúde escolar em Santarém.

O médico de família como gestor da saúde

O médico de família, como gestor da saúde, intervém na promoção da mesma, fazendo contactos periódicos de vigilância e intervindo com cuidados curativos na situação de doença.

A sua intervenção junto ao grupo etário dos 0 aos 5 anos, varia em função da idade da criança. No primeiro ano de vida, as consultas são regularmente programadas, fazendo-se a articulação das consultas com a data das vacinas a administrar ao bebé. A partir de um ano de idade será marcada uma consulta anual. Independentemente deste ritmo de acompanhamento, a criança é atendida sempre que recorre aos serviços de saúde.

Dos centros de saúde surgem preocupações que se prendem com o modo de vida das populações, nomeadamente carências provenientes de problemas socio-económicos, dificuldades de acesso ao ensino pré-escolar e ao recurso de cantinas. É ainda evidenciada a carência de técnicos do serviço social, deixando um vazio nesta área de intervenção, bem como a inexistência de qualquer tipo de articulação do trabalho dos médicos de família com as creches e jardins de infância.

As razões subjacentes ao exame clínico que precede a entrada da criança para a escola do 1º ciclo, deveriam ser extensivas à entrada da criança no jardim de infância. Nesse sentido, deverá ter-se em conta o nível etário da criança e os

objectivos da instituição que a irá acolher, mas uma avaliação completa do seu processo de desenvolvimento seria o primeiro passo a dar.

A constituição das equipas nos centros de saúde integram, além dos médicos com as especialidades de clínica geral ou de saúde pública, outros técnicos nomeadamente de enfermagem, serviço social, acção educativa e de serviço administrativo. Contudo, foi salientada a carência de recursos humanos, quer quanto ao número de técnicos, quer quanto à integração de novos especialistas, sendo referida a falta de higienistas e nutricionistas.

É urgente ultrapassar esta carência de técnicos dado que a ausência de alguns especialistas, quer nos centros de saúde quer nos hospitais (só existe um pedopsiquiatra no hospital de Santarém, por exemplo), compromete a eficácia do atendimento.

A colaboração intersectorial nos serviços da saúde

É prática comum a todos os centros, a articulação com o hospital distrital de Santarém. Para além dos contactos com médicos do hospital, nos centros de saúde de Santarém são também organizadas reuniões periódicas com diferentes serviços, nomeadamente do pelouro da cultura da Câmara Municipal, Delegação Escolar, equipa do Ensino Especial e Segurança Social.

O papel dos médicos e das equipas de saúde escolar deverá desenvolver-se no sentido de colmatar carências e de prevenir alguns riscos que ocorrem com as crianças provenientes de meios socioeconómicos débeis, intervindo numa perspectiva educativa. Para atingir estes objectivos é necessário articular iniciativas com outros serviços sócioeducativos da comunidade.

Em síntese, as principais deficiências apontadas pelos entrevistados na área da saúde escolar, prendem-se com a questão da continuidade nos cuidados prestados e com a carência de recursos humanos. Em nosso entender, também, o desenvolvimento de acções integradas de cooperação entre os serviços de saúde, educação especial, segurança social no apoio às famílias e às instituições de educação de infância são escassas, podendo ser facilmente incrementadas. Certamente que essa dinâmica seria uma aposta muito mais frutuosa no domínio da prevenção.

4.2. O apoio a crianças com necessidades educativas especiais

A fim de melhor se compreender a situação no domínio do apoio a crianças com necessidades educativas especiais, na área geográfica a que se refere o nosso estudo, resolvemos começar por abordar, de forma sintética, a evolução da integração das populações com necessidades educativas especiais nos jardins de infância e escolas do ensino regular. Seguidamente apresentaremos o trabalho de pesquisa realizado.

Perspectiva da evolução do regime de integração das populações com necessidades educativas especiais

Ao longo das três últimas décadas, o *modelo de ensino integrado* passou por etapas sucessivas que, por factores múltiplos, se foram aperfeiçoando e adequando não só às necessidades educativas especiais das crianças como também às suas capacidades.

Pode-se considerar que os primórdios da integração datam dos finais da década de 60, princípios de 70, sob dependência do Instituto de Assistência a Menores e tutela do então Ministério da Saúde e Assistência. Nesse período, a integração desenvolveu-se só ao nível das escolas do ciclo preparatório que integravam crianças com deficiência visual.

Apesar de, à época, existirem estabelecimentos de educação especial (para deficientes visuais, auditivos e mentais) distribuídos pelo país e preparados para receberem crianças desde tenra idade, a verdade é que o atendimento às crianças com deficiência era iniciado em idades muito tardias. Diversas razões contribuíam para tal, como o número limitado de vagas nestas instituições, a precariedade dos serviços de saúde ou as situações de carência múltipla que afectavam as famílias. Quando as crianças chegavam a entrar nas instituições tinham mais de 10/12 anos de idade. A prática educativa destes estabelecimentos de ensino especial baseava-se na educação sensorial, o que comprometia o desenvolvimento global da criança, já que lhe eram solicitadas actividades infantilizantes e rotineiras, esquecendo-se todas as outras áreas em desenvolvimento na criança, nomeadamente a comunicação e a socialização.

A partir de 1974, inicia-se uma nova etapa, com a responsabilização dos serviços do Ministério da Educação, através da Divisão do Ensino Especial. Desta Divisão

dependiam as equipas do Ensino Especial, que trabalhavam na integração das crianças com deficiências nas escolas do ensino regular. Tinham como objectivos alargar o apoio especializado a todas as categorias de deficientes, estender o programa às diferentes regiões do país, o que não exigia modificação no funcionamento das escolas do ensino regular que abriram as portas às crianças com deficiência.

Nesta fase coexistiam dois tipos de resposta para as crianças mais pequenas: por um lado, a Orientação Domiciliária, serviço de apoio precoce dependente dos Centros de Educação Especial, que pressupunha o atendimento das crianças nas suas próprias casas; por outro, o atendimento dado pelos estabelecimentos de Ensino Especial às crianças dos 3 aos 6 anos de idade, nos jardins de infância. Assim, o atendimento às crianças com menos de 3 anos era prestado nas suas próprias casas ou na creche que frequentavam.

Nos finais da década de 80, as opções políticas de integração passaram a mandatos legais, traduzidos na Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 (Lei 46/86) e no Decreto-Lei 319/91. Este último regulamentou a integração dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular, tendo tido por base a experiência de integração já iniciada no nosso país e recomendações de outros países europeus com uma longa caminhada no âmbito da integração. Eis alguns dos aspectos mais relevantes subjacentes ao Decreto-Lei 319/91:

- Substituição da categoria de pessoas deficientes (foro médico) pelo conceito de *alunos com necessidades educativas especiais*;
- Responsabilização da escola do ensino regular pelos alunos com necessidades educativas especiais, tornando-a uma escola para todos;
- Reconhecimento do papel dos pais na orientação educativa dos seus filhos.

Nesta etapa verifica-se uma enorme preocupação com a detecção precoce dos problemas das crianças e com o seu encaminhamento: atendimento domiciliário para as crianças com menos de 3 anos de idade e jardins de infância para as crianças dos 3 aos 6 anos.

Actualmente verifica-se a necessidade da reformulação de práticas condizentes com a concepção de *uma escola para todos*, em consequência da evolução do conceito de *integração* para o conceito de *inclusão*. Isto implica que as crianças com necessidades educativas especiais deixem de assistir passivamente às acti-

vidades, e que, tal como cada uma das outras crianças da turma, recebam respostas educativas diferenciadas de acordo com os seus potenciais e ritmo de aprendizagem.

Assim, o apoio educativo específico às crianças com necessidades educativas especiais deverá ser feito nos estabelecimentos educativos do ensino regular que a criança frequenta, ao longo de toda a escolaridade. Este princípio da inclusão só não é aconselhável para algumas crianças com multideficiência ou deficiências profundas, pois as instituições de ensino regular não têm possibilidade de lhes dar resposta. Apenas crianças nestas condições deveriam, então, ser atendidas em instituições vocacionadas para tal.

A partir do final do ano lectivo 1996/97, tanto a organização como o funcionamento do atendimento às populações com necessidades educativas especiais sofreram alterações, pelo que a nomenclatura "*equipa de ensino especial*" cai em desuso, sendo substituída por "*prestação de serviços de apoio educativo*".

O enquadramento normativo dos apoios educativos que abrangem todo o sistema de educação e de ensino não superior é corporizado num Despacho Conjunto que entrou em vigor em Julho de 1997. Este despacho introduz uma mudança significativa no âmbito dos apoios às crianças com necessidades educativas especiais.

Os princípios mais relevantes presentes na elaboração deste normativo referem-se à necessidade de se centrar nas escolas um contínuo de respostas diversificadas necessárias para o sucesso educativo de todas as crianças e de se assegurar, de um modo articulado e flexível, os apoios indispensáveis ao desenvolvimento de uma escola de qualidade para todos.

4.2.1. No distrito

Para o estudo das características do atendimento às populações com necessidades educativas especiais, foram distribuídos dois questionários para recolha de informações junto das instituições de ensino especial e das equipas de ensino especial.

Na construção desses questionários houve a preocupação de se colocarem questões semelhantes às equipas e às instituições, havendo contudo necessidade de se atender à especificidade de função de cada uma delas, o que implicou formulações diferentes.

Das 11 equipas do ensino especial existentes no distrito responderam 9, e das 12 instituições responderam 8, verificando-se no entanto que dessas instituições só 5 atendem crianças em idade pré-escolar. É ainda de salientar a existência de um jardim de infância dependente de uma dessas instituições de ensino especial, que está aberto a todas as crianças da comunidade.

Também no distrito de Santarém, as crianças com necessidades educativas especiais com menos de 3 anos de idade podem ser apoiadas nas creches ou nas suas próprias casas, por educadores da equipa do ensino especial da Coordenação da Área Educativa do distrito. Verifica-se, contudo, que o apoio é dado mais frequentemente em casa.

Dos 3 aos 6 anos, as crianças com necessidades educativas especiais são atendidas nos jardins de infância em regime de inclusão, aí recebendo apoio itinerante de educadoras da equipa do ensino especial. Dessas educadoras, 75% têm um curso de estudos superiores especializados em áreas afins às necessidades educativas especiais e 25% não têm qualquer especialização, mas receberam alguma formação relativa à educação de crianças com necessidades educativas especiais.

A equipa de ensino especial¹⁶ do CAE de Santarém é constituída por educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico e do secundário, não existindo outros técnicos, nomeadamente psicólogos ou terapeutas.

Numa tentativa de análise comparativa do quadro técnico das equipas e das instituições, observamos que todos integram professores/educadores, mas só 66% destes possuem professores/educadores especializados.

É de salientar a falta de outros técnicos especializados, tanto nas equipas (só 11%

¹⁶Estes dados foram recolhidos no início do ano lectivo de 96/97. Actualmente já não existem equipas de ensino especial mas sim a prestação de serviços de apoio educativo. Os educadores e professores colocados nas escolas com funções de apoio educativo são, em princípio, docentes habilitados com formação especializada.

os possuem) como nas instituições do ensino especial, mas verifica-se que o corpo técnico que integra as instituições é maior e com uma formação profissional mais diversificada. Esta diversidade de técnicos tem a ver com a população com deficiência profunda e multideficiência atendida nas instituições de ensino especial, possibilitando um trabalho interdisciplinar com vista a uma resposta mais adequada e globalizante.

As equipas do ensino especial referem que por vezes têm de recorrer a serviços especializados exteriores, nomeadamente aos serviços de psicologia das instituições do ensino especial, aos serviços hospitalares, ao Centro de Paralisia Cerebral e a terapeutas. Este tipo de funcionamento aponta para a necessidade de equipas multidisciplinares, no âmbito do diagnóstico e do acompanhamento dos casos. Assim se cumpre o disposto no Despacho Conjunto nº 105 de Julho de 1997, na alínea a) do ponto 14, que atribui às equipas de coordenação dos apoios educativos a competência de *"articulação entre os serviços da educação, da saúde, da segurança social e das autarquias, por forma a suscitar a melhoria dos apoios prestados às escolas e a desenvolver modalidades de intervenção precoce"*.

Quanto à detecção dos casos, as equipas revelam que atendem sobretudo crianças encaminhadas pelos médicos e por educadores de infância. Para além disso, 66,6% das equipas dizem já terem detectado casos não assinalados, junto dos pais, nos jardins de infância ou noutras situações. De acordo com a sua informação, 87,5% das famílias dão conta dos problemas dos filhos, procurando resposta para os encaminhar.

As instituições referem que atendem crianças enviadas pelas equipas do ensino especial e pelos serviços médicos. Algumas instituições dizem também receber crianças cujo problema foi detectado pelos pais ou pelas educadoras dos jardins de infância.

Uma vez detectado o problema, o desenrolar do processo educativo carece do apoio (dos serviços médicos, terapeutas e psicólogos) adequado à deficiência em questão. Nesse sentido, as famílias socorrem-se não só do Hospital Distrital de Santarém, como também, conforme o problema em questão, dos Hospitais D. Estefânia, Sta. Maria, Egas Moniz, Instituto Gama Pinto (todos em Lisboa) ou dos serviços pediátricos dos Hospitais de Coimbra. No caso de paralisia cerebral ou de problemas motores profundos, as famílias recorrem ao Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, também sediado em Lisboa.

Relativamente à cobertura dos casos, 67% das equipas informa que há crianças por atender por falta de recursos humanos. No que respeita à caracterização da população atendida, observa-se ainda que as equipas do ensino especial atendem uma variedade grande de casos (deficiências sensoriais, mentais, atrasos globais de desenvolvimento e multideficiência), enquanto que as instituições atendem apenas deficientes mentais e motores. Estes dados remetem-nos para o "velho" problema da integração dos deficientes mentais profundos, sem que haja um programa de educação individualizada nem os recursos que esse atendimento requer.

Verifica-se que todas as equipas do ensino especial trabalham com crianças que frequentam os jardins de infância, sendo dado apoio aos educadores e às famílias. Parte das equipas (33%) referem limitar o seu apoio às crianças e educadores de infância, nos casos em que os pais não colaboram.

Em relação à frequência do atendimento, 55% das equipas dão apoio semanal (bi ou tri-semanal), dependendo dessa frequência da necessidade dos casos. As instituições fazem um atendimento diário em regime de internato ou de semi-internato. Saliente-se ainda que 89% das equipas considera insuficiente o apoio dado, sobretudo em relação aos casos mais profundos.

Relativamente ao trabalho desenvolvido com os educadores de infância, as equipas referem a planificação das actividades, a selecção de recursos, a adaptação de materiais e a organização de um programa de acompanhamento das crianças.

Em relação ao apoio domiciliário, este centra-se sobretudo no trabalho directo com as crianças na presença dos pais, para que observem como podem comunicar e colaborar na estimulação dos seus filhos, com vista ao seu desenvolvimento. Mas há sempre um tempo dedicado aos pais. De facto, quando recebem a notícia da deficiência do seu filho, morre para eles o filho esperado e para ultrapassarem esse desgosto é preciso que durante o tempo do luto surja alguém que os saiba ouvir, lhes aponte respostas para o desenvolvimento e educação do seu filho e lhes abra perspectivas relativamente ao seu futuro. É este o principal papel das educadoras do apoio educativo (domiciliário), nos primeiros tempos de atendimento de um caso.

As instituições de ensino especial, na generalidade, só recebem crianças após os 5/6 anos de idade, dependendo do tipo e grau da deficiência. Através das

actividades que realizam procuram promover o desenvolvimento global de cada criança e responder às necessidades específicas que apresentam.

A maioria das instituições (80%) manifestam disponibilidade para desenvolver actividades conjuntas com os jardins de infância, nomeadamente visitas, convívios e atendimento de algumas crianças. Tentam assim promover a socialização das suas crianças, ao mesmo tempo que procuram sensibilizar as comunidades para a problemática da deficiência.

De igual modo, para que seja possível a detecção precoce, encaminhamento e atendimento a crianças recém-nascidas, bem como o apoio às suas famílias, é importante que sejam superadas algumas dificuldades actuais, como por exemplo:

- falta de professores/educadores especializados e de técnicos especialistas (psicólogos, terapeutas, médicos);
- escassa articulação entre os serviços de saúde, segurança social e ensino especial;
- a avaliação e encaminhamento da população em estudo nem sempre ser feita por equipas multidisciplinares vocacionadas para este fim.

Tendo em conta a importância da estimulação precoce e do acompanhamento aos pais desde o início, considera-se da maior importância que, após os exames peri e pós-natais, os serviços médicos possam sugerir de imediato alternativas de encaminhamento. A julgar pelas informações recolhidas e pelo conhecimento empírico que temos do atendimento precoce, muitos técnicos têm já essa preocupação. Há contudo necessidade da conjugação de serviços e da organização de equipas multi-disciplinares que façam a detecção e encaminhamento dos diferentes grupos etários a vários níveis: família, serviços educativos, médicos, serviços sociais...

Um outro aspecto a salientar é a necessidade de um contínuo de respostas (dadas pelas equipas e instituições), de modo a que todos os casos, sejam leves, profundos ou de multideficiência, tenham o atendimento de que precisam sem perda de tempo.

Por outro lado, é fundamental que os hospitais e restantes serviços de saúde estejam mais preocupados com a detecção e atendimento precoce das crianças com necessidades educativas especiais.

Tendo presente o contexto nacional e comunitário, destacamos duas vertentes que nos parecem fundamentais desenvolver: a cooperação de serviços de modo a rentabilizar os recursos e a aumentar a eficácia do atendimento; a formação dos técnicos.

Em síntese, os cuidados diferenciados que as populações em estudo exigem, bem como a importância da detecção e atendimento precoces, evidenciam a necessidade da cooperação entre os serviços educativos, de saúde e sociais, rentabilizando os recursos de modo a que não haja sistemas paralelos mas sim complementares.

A formação dos técnicos (educadores, médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos de serviço social, educadores sociais), seja ela inicial ou contínua, deve contemplar nos seus programas, conteúdos relacionados com a problemática das populações com necessidades educativas especiais. Para que estes técnicos possam ser responsabilizados pelo atendimento dessas populações, é necessário que recebam formação no sentido da sensibilização, no respeito pela diferença, no conhecimento das problemáticas e dos recursos de que podem dispor.

4.2.2. Nas quatro freguesias estudadas

Com o objectivo de aprofundar as informações relativas ao apoio a casos com necessidades educativas especiais nestas quatro freguesias, apresentamos uma síntese dos dados recolhidos nas entrevistas que efectuámos a duas educadoras de infância (no ano lectivo 96/97): uma da equipa do ensino especial (desempenhando funções de apoio aos jardins de infância de Santarém) e outra que trabalha directamente com um grupo de crianças num jardim de infância, dependente de uma instituição do ensino especial.

Na entrevista, abordámos as diferentes fases de atendimento das crianças, desde a altura em que é detectada a deficiência até à entrada no 1º ciclo. Para clareza de exposição tentaremos referir esse percurso.

Segundo a educadora, os pedidos para o atendimento das crianças em questão, chegam às equipas do ensino especial tanto por solicitação das famílias (algumas vezes aconselhadas pelos serviços médicos de desenvolvimento dos hospitais de Sta. Maria e de Santarém) como pelas educadoras dos jardins de infância, por

médicos ou outros técnicos. Mas também acontece ser a educadora do ensino especial que, tendo conhecimento de um caso, se dirige às famílias para lhes oferecer os seus serviços, no sentido do encaminhamento ou atendimento da criança em causa.

O atendimento educativo e reabilitativo é feito a partir da sinalização do problema na criança. Acontece porém, nas freguesias em estudo, haver crianças que não receberam atendimento durante os primeiros três anos de vida, o que leva a que cheguem ao jardim de infância sem qualquer trabalho de estimulação prévia¹⁷.

A regularidade do atendimento da educadora do ensino especial, seja nos jardins de infância ou no domicílio da criança, nunca excede as duas vezes por semana. Este facto poderá, no entender da educadora, dificultar o processo de desenvolvimento da criança, pois a estimulação deveria ser constante.

Em sua opinião, os principais objectivos do apoio domiciliário são os seguintes:

- Estimular o desenvolvimento global da criança, nomeadamente aspectos sensoriais, linguísticos, psicomotores...
- Ajudar os familiares que acompanham as crianças em casa, a desenvolver o processo educativo da criança, comprometendo-os nas actividades lúdicas que a educadora desenvolve com a criança.
- Informar sobre a necessidade de recurso a especialistas (psicólogo, médico, terapeuta da fala...) e estabelecer contacto com os técnicos que atendem a criança nos respectivos serviços.

Ao estabelecer estes contactos, de modo formal e informal, a educadora vai recolhendo o máximo de informação possível sobre a criança. Será a partir desses dados que desencadeará actividades de estimulação para o seu desenvolvimento. O local de atendimento, na generalidade, é a casa das crianças, ocorrendo por vezes em condições muito precárias.

Em três das freguesias em estudo existem jardins de infância da rede pública e privada, que incluem crianças com necessidades educativas especiais. Segundo a educadora, todos usufruem dos mesmos serviços de apoio provenientes das equipas do ensino especial. São-lhes comuns as preocupações no âmbito da inclusão, por isso as crianças com necessidades educativas especiais vivem em

¹⁷ Não nos foi no entanto possível ter acesso a números precisos sobre estas situações.

situação de socialização e de participação total nas actividades, como qualquer criança do grupo.

Todos os pais, independentemente da instituição que o filho frequenta, são convidados a participar na construção do programa educativo da criança, fornecendo informação precisa sobre o funcionamento da criança e comprometendo-se no seu processo educativo. Há, contudo, um jardim no Vale de Santarém que apresenta a particularidade de ter surgido no espaço físico de uma associação de pais e amigos do cidadão diminuído mental. Este jardim, proveniente de uma instituição com um funcionamento em certa medida segregado, abre-se à comunidade, recebendo crianças daquela área geográfica em idade pré-escolar. Contudo, de acordo com o que prevê a lei, assegura dois lugares por grupo para crianças com necessidades educativas especiais. Oferece ainda uma resposta de semi-internato, proporcionando os cuidados e recursos necessários que esse horário implica (alimentação, carrinha, etc...).

Algumas das crianças desta instituição apresentam deficiências múltiplas o que implica, em muitas situações, um atendimento mais individualizado. Daí que, recentemente, na tentativa de melhorar o atendimento e de rentabilizar os espaços, se tenha procedido à junção de dois grupos de crianças. Passaram assim a trabalhar duas educadoras para um grupo maior, mas duplicou também o espaço. Esta medida, favorável na opinião da educadora do jardim, proporcionou às crianças com necessidades educativas especiais um acompanhamento mais individualizado.

Esta educadora salientou que os recursos técnicos da instituição de que depende este jardim, nomeadamente a psicóloga e a terapeuta ocupacional, estão também disponíveis para todas as crianças que deles necessitem. Como o apoio da terapeuta da fala é feito, particularmente, em Santarém, as crianças (com deficiência auditiva) que vão a esse apoio, são transportadas pela carrinha da instituição. O pagamento à terapeuta da fala, dependendo da situação socio-económica da criança, é feito ou pela Segurança Social ou pela família da própria criança. Nesta instituição, poucas crianças têm apoio da educadora da equipa do ensino especial, apenas as que receberam algum apoio anteriormente à sua entrada para aqui.

A educadora do ensino especial diz contar com a participação da educadora do jardim de infância e dos pais da criança na planificação e implementação dos programas educativos. Nestes, têm primazia as *"actividades de socialização e de promoção para o desenvolvimento global em conjugação com as actividades mais*

específicas das necessidades da criança". Nesse sentido desenvolve actividades com todas as crianças do grupo que "*promovam a socialização e o desenvolvimento da auto-estima, intercaladas com actividades dirigidas às necessidades específicas da criança, mas onde algumas das outras crianças também possam participar*". Foi ainda salientada a necessidade de desenvolver actividades "*ortopedagógicas*", as únicas que implicam um apoio mais individualizado.

Paralelamente, a educadora do ensino especial coloca-se à disposição da educadora do jardim de infância para discussão e reflexão sobre questões pontuais, nomeadamente as referentes a estratégias da dinâmica do grupo tendo em conta o funcionamento específico da criança em questão.

Quanto aos pais, diz a nossa entrevistada que nem sempre é possível comprometê-los no processo educativo da criança, seja por estarem demasiado perturbados com a deficiência do filho, seja por não valorizarem a importância do seu papel no processo educativo do mesmo. Para contrariar esta situação, as educadoras têm a preocupação de os convidar a participar, ao longo do ano, nas actividades do jardim de infância.

Além das habituais reuniões no jardim de infância com todos os pais, a equipa do ensino especial, em colaboração com a educadora do jardim, faz reuniões só com os pais das crianças que têm necessidades educativas especiais. Nestas reuniões são recolhidos dados sobre a criança, procurando-se também implicar os pais no programa educativo do seu filho.

Há ainda um outro aspecto que é o apoio desenvolvido pela assistente social aos pais (caso do jardim de infância integrado na instituição) no sentido de os informar sobre algumas fontes de recursos, nomeadamente para a obtenção de próteses auditivas, etc. Nos outros jardins, são os pais que procuram esses recursos pelos seus próprios meios. O processo da procura e de acompanhamento da criança por especialistas, raramente tem a participação do educador da equipa do ensino especial.

Com base na análise dos dados recolhidos junto destas duas educadoras, concluiremos que a ausência ou falta de articulação entre serviços com competências para proceder atempadamente à detecção e encaminhamento das crianças, leva a uma detecção tardia do problema. Também se verifica o desconhecimento por parte dos pais da resposta educativa a procurar para

os seus filhos e algumas necessidades de formação das educadoras de infância e de outros técnicos para a sinalização dos casos.

Parece-nos, pois, que se impõe a necessidade de uma maior conjugação de serviços e a organização de equipas pluridisciplinares que constituam uma rede que possibilite a detecção e encaminhamento precoce de crianças com necessidades educativas especiais.

Relativamente às instituições de educação de infância, afigura-se-nos necessário o compromisso de inclusão das crianças com necessidades educativas especiais e a procura dos recursos de que estas necessitam.

Finalmente, parece evidente a necessidade de contemplar, nos programas de formação dos vários técnicos que participam na educação destas crianças, conteúdos relacionados com o estudo das problemáticas e com a filosofia da educação das populações com necessidades educativas especiais. É que, segundo a Declaração de Salamanca (1994), o êxito da escola inclusiva depende muito da identificação, avaliação e estimulação precoce das crianças com necessidades educativas especiais, aspecto que pode estar na base do êxito da escola inclusiva.

4.3. O apoio a crianças privadas de meio familiar normal

Lar Para Crianças Privadas de Meio Familiar Normal é o nome genérico atribuído a todas as instituições que acolhem, em regime de internamento, crianças que, pelas mais diversas razões, não podem desfrutar da vida em família, tal como normalmente a entendemos. Ao chamar "Lar" a uma casa deste tipo, pretende-se aproximar o modelo educativo às práticas familiares, "desinstitucionalizando" o mais possível a vida das crianças.

Para além do acolhimento em lares, existe também a modalidade de acolhimento em família, regulamentada pelo Decreto-Lei 190/92. De acordo com este documento legal: *"o acolhimento familiar é uma prestação de acção social que consiste em fazer acolher transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa"* (Art. 1º).

Tal como os lares, o acolhimento familiar é apoiado pelos Centros Regionais de Segurança Social.

Em algumas cidades do país existem centros de acolhimento destinados essencialmente às crianças mais pequenas, para as quais os lares nem sempre estão vocacionados. No caso de Santarém, apenas posteriormente à realização deste estudo, foram criados alguns centros de acolhimento, nomeadamente por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, no final dos anos 90.

De forma a favorecer a defesa dos direitos das crianças e jovens e a articulação entre os diferentes serviços que actuam junto desta faixa etária, foram criadas as Comissões de Protecção de Menores. De acordo com o Decreto-Lei 189/91, que define a sua criação e funcionamento, estas Comissões *"integram-se no Ministério da Justiça através do organismo que detenha a competência sobre os Serviços Tutelares de Menores"* (Art. 4º). Ainda de acordo com este mesmo decreto: *"As comissões de protecção são instituições oficiais não judiciárias que intervêm com o fim de prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a integridade física ou moral da criança ou do jovem ou de pôr em risco a sua inserção na família e na comunidade. (...) Têm composição plural e diversificada por forma a reunir e a conjugar os conhecimentos e os meios dos serviços, organismos e entidades, públicas ou privadas, com responsabilidades no encaminhamento e protecção da criança ou do jovem"* (Art.3º).

Em linhas gerais, são estes os serviços que dão apoio às crianças desprovidas de meio familiar normal. Apenas não referimos, por fugir ao âmbito deste trabalho, a adopção, outra modalidade de resposta possível para estas crianças.

De seguida, passamos a apresentar as características do distrito de Santarém, neste domínio.

4.3.1. No distrito

Numa tentativa de conhecer e caracterizar todos os tipos de respostas à infância existentes no distrito de Santarém, considerámos pertinente recolher informações sobre o apoio institucional prestado a crianças provenientes de famílias que não reúnem condições materiais ou afectivas para criar e/ou educar os seus filhos.

Tendo como pano de fundo o que atrás se disse, vejamos o que se passa no Distrito de Santarém. Apenas temos conhecimento da existência de 9 lares no distrito: 4 no concelho de Ourém, 1 em Abrantes, 1 em Torres Novas e 3 no de Santarém. Esta distribuição parece-nos ter alguma relação com dois factores: nos 3 primeiros concelhos há uma forte incidência da emigração, situação que em certos casos implica a necessidade de algumas crianças serem temporariamente separadas dos seus familiares, e no último trata-se da capital de distrito, com todas as vantagens que isso representa em termos de recursos e de possibilidade de prosseguimento de estudos.

Todos eles recebem apenas crianças de um dos sexos, sendo 7 femininos e 2 masculinos. Enviadas fichas de caracterização para cada um, obtivemos resposta apenas de 5, sendo que um dos lares nos devolveu a ficha em branco por não abranger crianças em idade pré-escolar. Assim, todas as informações que a seguir fazemos referência apenas dizem respeito a 4 lares, todos eles femininos.

Tratam-se de IPSS's, que vivem sobretudo de subsídios e donativos, 3 dos quais fazendo referência a dificuldades económicas, quer para a gestão corrente, quer para obras e reequipamento. Os edifícios, 2 dos quais construídos de raiz para o efeito e 2 adaptados, estão em satisfatórias condições de conservação e, apesar de algumas melhorias parecerem importantes, adequam-se ao número e características das crianças que lá vivem. Note-se, no entanto, que nenhum deles está adaptado a crianças deficientes motoras e só um parece ter boas condições de segurança em caso de incêndio ou outra emergência.

As datas de início de funcionamento situam-se entre 1872 (coincidente com a data em que o número de crianças abandonadas atinge o seu auge em Portugal) e 1966, parecendo a iniciativa ter sido sempre de origem religiosa.

Estes lares recebem crianças entre os 3 e os 8/10 anos, que podem permanecer no lar até cerca dos 18 anos, data essa que pode ser alargada caso surjam situações que o justifiquem (por exemplo, no caso de jovens deficientes ou outros que não reúnem condições para viver autonomamente). Em situações de alto risco, também podem ser admitidas crianças de outras idades.

A capacidade destas instituições ainda é relativamente elevada, se tivermos em conta a tendência actual de diminuição do número de crianças por lar, variando entre 30 e 60 crianças. É a falta de pessoal que faz com que, apesar de todas terem crianças em lista de espera, haja uma diminuição efectiva de utentes frequentando estas instituições.

Tendo em conta que nestes lares é muito reduzido o número de crianças em idade pré-escolar, sendo maioritário o grupo de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, e que a principal causa de admissão é a entrega voluntária e provisória da criança ao lar, leva-nos a pensar até que ponto não será o internamento um recurso das famílias mais carenciadas e/ou isoladas, para que as crianças possam frequentar a escola e ter uma educação adequada, à semelhança do que se passa com os rapazes que são confiados aos seminários. Outra hipótese é que se trate de um recurso provisório, para pais que temporariamente estão emigrados e que ou não têm condições para levarem os filhos consigo ou querem que eles sejam educados em Portugal. Ambas as hipóteses terão que ser verificadas, mas estranhámos o facto de algumas crianças pagarem mensalidades, o que raramente se verifica neste tipo de lares, a não ser a nível simbólico para não desresponsabilizar completamente as famílias do sustento dos seus filhos.

A segunda causa de admissão mencionada são os Mandatos de Condução do Tribunal de Menores, que obrigam a que as crianças sejam provisória ou definitivamente retiradas à família por incapacidade desta de criar condignamente. O número de crianças que entram por este meio tem vindo a aumentar nos últimos anos, tanto devido à maior sensibilização das pessoas para os direitos das crianças, havendo cada vez mais denúncias de situações de crianças em risco, como por acção dos técnicos de serviço social, que de algum modo previnem a situação de abandono, actuando antes que este se efective.

É de facto o abandono que, em menor número, leva as crianças aos lares, mas seria interessante, num estudo mais aprofundado, comparar as percentagens destas diferentes causas de admissão, para daí se poderem tirar ilacções mais fundamentadas.

Quanto às causas de saída, são referidas como mais frequentes a reintegração na família e a integração profissional, pensando nós que esta última corresponda ao processo de autonomização dos jovens de 18 anos. Por ordem de importância decrescente seguem-se as fugas ou expulsões, a colocação em famílias de acolhimento, a transferência para outras instituições e, finalmente, a adopção.

Os responsáveis máximos destas instituições têm profissões variadas, das quais a que mais se liga à educação é a de educador social. Já em relação à coordenação pedagógica, num lar é confiada a uma educadora de infância e noutra é partilhada entre uma educadora de infância e uma educadora social.

As pessoas que mais directamente trabalham com as crianças são educadores sociais (7), monitores (4), auxiliares de educação (4) e educadoras de infância (2). Em dois lares o pessoal de dia nunca faz pernoitas, que ficam asseguradas por vigilantes; nos outros dois, o pessoal de dia é o mesmo que permanece à noite (são religiosas de uma congregação, que vivem no próprio lar).

Este aspecto é sempre muito melindroso: se por um lado é importante que as crianças possam à noite contar com o apoio de adultos que conhecem bem, e a quem estão afectivamente ligados, já que é de noite que muitas das angústias, inseguranças e medos mais se revelam (o que leva a pensar que seria importante que o pessoal de dia também pernoitasse, pelo menos rotativamente), não é menos verdade que estas crianças também precisam de adultos com vidas familiares estáveis, o que nem sempre se coaduna com trabalho nocturno ou ao fim-de-semana. O que muitas vezes se verifica é que os vigilantes que fazem as pernoitas são pessoas sem formação específica, o que pode comprometer a qualidade na actuação junto das crianças.

A existência de um projecto pedagógico é explicitado apenas por um dos lares (correspondendo ao Ideário da Congregação para lares deste tipo), enquanto outro faz referência apenas ao plano de actividades.

Quanto ao dia a dia destas crianças, só as que têm menos de 3 anos (4) e uma jovem de 20 anos com deficiência mental grave, não frequentam nenhuma

instituição educativa para além do lar. Todas as outras estão integradas nos estabelecimentos educativos normais para crianças da sua idade, frequentando também muitas vezes actividades culturais ou de lazer da comunidade.

Em todos os lares, as crianças pertencem a grupos de referência (variando bastante os critérios da sua constituição), mas ao longo do dia agrupam-se de acordo com a sua vontade ou com as actividades propostas pelos adultos. Não conseguimos confirmar se existem adultos atribuídos a cada grupo mas ficamos com a sensação de que é isso que acontece. É generalizada a participação das crianças nas actividades domésticas, se bem que de uma forma obrigatória apenas para as crianças mais velhas.

Todos os lares referem que é estimulada a relação criança-família, o que se confirma um pouco através das frequentes visitas das crianças a casa. Apenas um lar refere a existência de crianças que não se podem deslocar a casa. Em todos eles as crianças podem ser visitadas pelos seus familiares.

Para os seus gastos pessoais, as crianças de um lar dispõem de uma importância que lhes é dada semanalmente. Nos outros 3, as crianças não dispõem desse fundo de maneiio, mas sempre que precisam de alguma coisa podem solicitá-la aos adultos.

Em dois lares efectuam-se reuniões de avaliação do trabalho ou de encaminhamento das crianças periodicamente, enquanto noutros dois elas se realizam apenas quando se justifica. Em qualquer dos casos as reuniões são sempre apenas com os técnicos directamente relacionados com o caso que se vai tratar.

Várias são as dificuldades apontadas pelo pessoal educativo que trabalha nestas instituições: o facto das crianças exigirem grande dedicação e disponibilidade dos adultos, já que as suas vivências anteriores normalmente provocaram grandes carências afectivas; a dificuldade em compreender muitos dos seus comportamentos e saber qual a actuação mais correcta a ter no momento certo; ser um trabalho que não se compadece com horários nem com a vida particular do pessoal; a ausência de preparação específica para a problemática destas crianças, tanto do pessoal técnico como auxiliar; a marginalização que ainda se sente na comunidade face a estas crianças.

As sugestões que são dadas vão sobretudo no sentido de promover mais formação para o pessoal destas instituições e de avaliar a qualidade do trabalho realizado. Seguem-se sugestões relativas às crianças, nomeadamente a necessidade de formar profissionalmente os jovens para que possam ingressar no mercado de trabalho, de aumentar e melhorar a preparação para a saída das crianças e, finalmente, de proporcionar um acompanhamento aos que saem que se prolongue por tanto tempo quanto o necessário à sua completa autonomização.

Terminada esta apresentação sobre o estudo que fizemos dos Lares Para Crianças Privadas de Meio Familiar Normal do distrito, é altura de fazer uma reflexão sobre outras modalidades de acolhimento existentes para estas crianças. De acordo com informações recolhidas junto de educadores do Centro Regional de Segurança Social, as crianças mais pequenas são geralmente entregues a famílias de acolhimento. Esta modalidade de atendimento, nem sempre é no entanto a mais adequada, já que geralmente são as famílias de mais baixos recursos sócio-económicos que se disponibilizam para esta função, nem sempre reunindo as características mais adequadas a esta função.

Seria importante a existência de pelo menos um centro de acolhimento no distrito, destinado às crianças mais pequenas, mas sabemos que estão projectados actualmente 4 Centros de Acolhimento Temporário no distrito de Santarém. Não nos foi possível ter acesso a dados exactos sobre o número de crianças, nestas condições, dispondo apenas da informação de que este é muito variável.

O processo burocrático sempre subjacente à resolução destes casos, para além de complexo, continua a ser muito moroso, não facilitando uma resposta mais eficaz. Contudo, a entrada em funcionamento das Comissões de Protecção de Menores, que se começam a organizar no distrito, podem melhorar esta situação, quer por favorecerem a articulação entre os serviços, quer por funcionarem de forma pluridisciplinar, o que proporciona uma melhor compreensão dos casos e a definição de respostas mais adequadas.

Considerando o estudo que realizámos relativamente aos lares, concluiremos que, se é verdade que já não estamos perante instituições altamente marginalizantes, rígidas e fechadas ao exterior, também nos parece que ainda há um longo caminho a percorrer se acreditamos que estas instituições se podem aproximar bastante mais daquilo que habitualmente se entende como vida familiar. Contrariamente ao que pensávamos, para além de situações de crianças desprovidas de meio

familiar normal, a estas instituições também recorrem crianças oriundas de famílias carenciadas, que provisoriamente necessitam garantir acolhimento para os seus filhos.

Relativamente às crianças mais pequenas, nomeadamente com menos de 3 anos, pareceu-nos necessária a entrada em funcionamento no distrito de centros de acolhimento vocacionados para as receber¹⁸.

As Comissões de Protecção de Menores, embora ainda não existam em todos os concelhos, com a resposta pluridisciplinar que possibilitam e a maior articulação entre os diversos serviços implicados, parece-nos uma evolução positiva para a procura de respostas mais adequadas à natureza de cada caso.

4.3.2. Nas quatro freguesias estudadas

Existem na freguesia de Marvila 3 Lares para Crianças Privadas de Meio Familiar Normal. A fim de conhecer melhor o seu funcionamento entrevistámos 3 técnicos de serviço social, todos eles exercendo funções directivas, um em cada lar.

O facto de se encontrarem 3 lares nesta freguesia, coincide com o facto desta freguesia estar localizada na cidade capital de distrito não tendo qualquer relação com a área geográfica abrangida, já que todos eles recebem crianças de outras freguesias do distrito de Santarém.

Apesar de terem origens muito distintas (um dos lares é da Santa Casa de Misericórdia de Santarém, enquanto outro pertence a uma congregação religiosa e o terceiro é gerido por uma associação de voluntários), os 3 são financiados pela Segurança Social, que atribui um subsídio por cada criança internada. Para além dos fundos das próprias instituições, é igualmente comum o apoio pontual de outras entidades e de indivíduos da comunidade, este último concretizado sobretudo através da dádiva de roupas ou alimentos.

Enquanto um dos lares se destina ao acolhimento de rapazes dos 6 aos 18 anos, os outros dedicam-se ao acolhimento de raparigas dos 3 aos 18 anos de idade.

¹⁸ Como já atrás foi referido, esta lacuna veio posteriormente a ser ultrapassada.

Acolhem em média 50 crianças cada (no total de 59 rapazes e 90 raparigas), em edifícios de grandes dimensões e muito antigos.

Todos eles têm uma longa história, rondando um século de existência no acolhimento de crianças vindas de famílias disfuncionais. Mas poderemos considerá-los ainda mais antigos, se atendermos aos 500 anos da Misericórdia ou ao facto das instalações do local onde hoje funciona o Lar Andaluz terem tido já essa função anteriormente, "*no tempo da Rainha Sta. Isabel*".

Segundo os responsáveis, as características das chamadas *famílias disfuncionais* têm-se modificado ao longo dos anos. Hoje não surgem só crianças provenientes de famílias com carências económicas mas sobretudo os *casos sociais*. Tratam-se de famílias desestruturadas, onde existem muitas carências, frequentemente associadas a prostituição, alcoolismo ou tóxico-dependência.

As causas mais frequentes de admissão são o abandono e os maus tratos, vindo os pedidos de admissão quase sempre do Centro Regional de Segurança Social de Santarém ou do Tribunal. Ocasionalmente verificam-se pedidos directos das famílias mas que são encaminhados para a Segurança Social. Esta, após o estudo da situação familiar, decide se é de facto necessária a entrada da criança ou se basta um apoio económico à família para que as dificuldades sejam ultrapassadas.

O grande objectivo das equipas de admissão é reduzir as admissões aos casos em que esta é a única solução para o bem-estar da criança. Encontrar soluções alternativas que lhe dêem uma melhor resposta sócioeducativa torna-se pois fundamental, até porque os pedidos da admissão são frequentes e os lares encontram-se no limite da sua lotação.

Quanto às características ou comportamentos mais comuns das crianças e jovens, um dos responsáveis realça a capacidade que estes têm de sobreviver às pesadas histórias de vida que transportam. Na grande maioria se pressente a falta de afecto e de confiança em si próprios. A instabilidade é outra característica, bem como os comportamentos agressivos, mais visíveis nos rapazes. Aparecem ainda algumas crianças com atrasos globais de desenvolvimento. No fundo, todas são diferentes entre si e "*apesar de tudo iguais às outras crianças*", como referiu uma responsável, "*apenas com mais necessidade de afecto*".

Uma frente de batalha que todas as instituições parecem ter é a do insucesso escolar, pelo que se investe mais na formação profissional que dá equivalência a determinados níveis de ensino. Apesar de nem sempre os jovens virem a exercer a profissão para que se prepararam, tem-se verificado mais sucesso nos que seguem a via profissionalizante do que a via de ensino, conseguindo terminar a escolaridade básica mais facilmente, o que muda a sua visão negativa da escola. Os lares que têm os seus próprios programas de formação profissional em articulação com outras instituições, tentam assim preparar o melhor possível os jovens para a vida activa, de forma a poderem obter alguns recursos económicos quando se autonomizarem aos 18 anos.

A par desta preparação, pretende-se ainda, segundo um *responsável*, "*formar cidadãos de pleno direito*", o que se concretiza em projectos de vida individuais, resultantes do diálogo entre a Técnica de Serviço Social e o educando. Estes projectos de vida tentam apoiar capacidades ou competências especiais reveladas pelas crianças, seja nos estudos, no desporto ou nas actividades artísticas. É que, apesar do estatuto temporário que quase todas as situações têm à data da admissão, o internamento é geralmente longo e muitos jovens permanecem no lar até atingirem a idade limite.

Esta permanência prolongada resulta muitas vezes da falta de articulação com as famílias de origem. Só um trabalho continuado junto destas pode ser eficaz, permitindo o regresso das crianças às famílias que eventualmente se reorganizam. A insatisfação da forma como se faz este trabalho é sentida por todos os responsáveis. A justificação da sua inexistência ou ineficácia baseia-se na falta de meios materiais e humanos dos próprios lares, mas também no insuficiente apoio dos Serviços da Segurança Social e do Tribunal que têm forçosamente que intervir nestas situações.

Da fraca relação que as crianças mantêm com as suas famílias resulta uma grande diferença de hábitos e regras e muitas vezes também o conflito entre os meios rural (de origem) e o urbano (actual). Cava-se assim o fosso entre a criança e os seus familiares, deixando a família de constituir um apoio quando os jovens saem do lar.

A forma como os lares organizam os grupos de crianças é bastante distinta. Num lar os grupos são feitos a partir da lotação dos quartos. Ficam com 3 a 6 crianças de diferentes idades, que se apoiam mutuamente e que funcionam quase sempre em conjunto. Noutro lar, organizam-se grupos de 10/13 crianças que estudam em

conjunto, têm um horário escolar equivalente e um único monitor que funciona como interlocutor com os professores. Noutra, a organização é mais "familiar", pertencendo 16/17 crianças a cada grupo, sendo-lhes atribuído um educador e espaços comuns de refeição, repouso, estudo ou brincadeira. Em todos os casos, os grupos integram crianças e jovens de idades diferentes, numa tentativa de proporcionar um apoio dos mais velhos para com os mais novos.

Um contributo importante que todas as instituições parecem acolher com agrado provém das associações desportivas e culturais da cidade que "reservam" algumas vagas para as crianças dos lares. Desta forma é possível um leque de escolhas - ginástica, música, ballet... - para os que estão interessados.

Numa tentativa de abertura à comunidade, um dos lares tem um projecto de criar um Centro de Ocupação de Jovens que pudesse servir as crianças das redondezas, proporcionando situações de convívio e trocas entre todas as crianças. Tal poderia contribuir para reduzir um pouco o estigma negativo que parece estar associado às crianças e jovens destas instituições.

Só os dois lares femininos acolhem crianças em idade pré-escolar. No entanto verifica-se que os rapazes que são admitidos aos 6 anos não estão, na maioria dos casos "preparados" para a escola. Por esse motivo, faz-se a opção de frequência de um ano de educação pré-escolar, normalmente numa IPSS da cidade, com a qual foi informalmente definido um acordo para receber estas crianças. A opção pela inscrição no jardim de infância leva as crianças destas idades a terem uma rotina semelhante às mais velhas que também frequentam a escola e para quem o lar funciona como "casa".

A importância da frequência do jardim de infância é sentida como importante em termos de socialização, aprendizagem de regras, contacto e manipulação de materiais. Os próprios educadores de infância têm transmitido o prazer que têm em trabalhar com estas crianças, para quem o jardim de infância parece ser tão importante.

As maiores dificuldades encontradas com as crianças desta faixa etária relacionam-se com o facto das casas serem demasiado grandes e pouco acolhedoras, não havendo sempre pessoal suficiente com disponibilidade para lhes dar a atenção individual de que necessitam.

Em todos os lares se verifica a preocupação de preparar a saída definitiva, sobretudo se esta se faz por limite de idade (18 anos). Todas procuram que os jovens tenham um projecto de vida definido, seja estudar ou trabalhar. A Misericórdia de Santarém tem uma residência para onde podem transitar os rapazes, de modo a fazerem a aprendizagem da autonomia de uma forma mais progressiva. O Lar de Santo António procura que cada uma tenha um "pé-de-meia" para que possa investir num projecto de estudos ou de trabalho e conseguir mais facilmente a independência económica.

A ligação com gerações anteriores faz-se de alguma forma em todos os lares, umas vezes por iniciativa de antigos utentes, outras vezes por iniciativa da instituição que os convida nalgumas épocas festivas. Por vezes realizam-se mesmo encontros festivos com a intenção de reunir antigas gerações. Mas no dia-a-dia também são muitos os antigos utentes que telefonam ou aparecem, sobretudo em momentos importantes das suas vidas. Este facto é um indicador que mantém algumas ligações afectivas com a instituição onde passaram um período - mais ou menos longo e atribulado - das suas vidas.

As informações que recolhemos permitem-nos reafirmar que estas instituições parecem tender a caracterizar-se por uma maior abertura, desenvolvendo alguns esforços no sentido de uma melhor integração das crianças na vida da comunidade.

5.Os educadores de infância e a sua formação

5.1. Caracterização dos profissionais do distrito

Em Junho de 1993 foram enviados questionários a todos os educadores de infância do distrito com o objectivo de melhor conhecer as características do grupo profissional. Dos 582 questionários enviados obtivemos 231 respostas, o que corresponde a 40% do número de profissionais existentes no distrito.

Os questionários foram organizados de forma a recolher os diferentes tipos de informação. Seguidamente apresentamos uma síntese das respostas dadas pelos educadores inquiridos em cada uma das áreas questionadas.

Chamamos a atenção para o facto de algumas das percentagens apresentadas terem valores reduzidos, em consequência da grande diversidade das respostas apresentadas. Esta questão coloca-se sobretudo nos casos em que as questões possibilitam a existência de respostas alternativas. Preferimos, no entanto, definir categorias de análise que respeitassem o mais possível o que disseram os educadores, dando visibilidade à diversidade das suas respostas.

Identificação e Habilitações Académicas

Tal como era de esperar, considerando as características da rede institucional existente no distrito de Santarém, a maioria das educadoras trabalha em instituições da rede pública do Ministério da Educação.

É um grupo profissional jovem, tendo 34,5% idades compreendidas entre os 31 e os 35 anos e 23,3% idades compreendidas entre os 26 e os 30 anos. Só 1,8% têm mais de 50 anos. Existe apenas um educador, sendo todos os restantes profissionais do sexo feminino.

Em relação à naturalidade, se bem que a maioria (53,5%) tenha nascido no distrito de Santarém, existe um grande número de educadoras (35,7%) que são naturais de outros distritos do país.

A maioria reside no distrito de Santarém (85,3%), observando-se, no entanto, que existem muitas educadoras (24,6%) que residem longe do seu local de trabalho, numa distância que varia entre os 26 Km e mais de 80 Km.

Apenas 13,8% das educadoras realizaram estudos depois do curso de formação inicial, tendo 4,7% frequentado Cursos de Estudos Superiores Especializados (cursos de dois anos organizados pelas Escolas Superiores de Educação e que dão equivalência à licenciatura) e 3,5% frequentado Cursos do Ensino Superior Universitário (de 4 ou 5 anos de duração, conferindo o grau de licenciatura). Actualmente apenas 6,9% das educadoras continuam a estudar, estando a maioria a frequentar Cursos de Estudos Superiores Especializados e algumas outros cursos universitários.

Formação Inicial e Contínua

Em relação à formação inicial observa-se uma grande heterogeneidade no grupo, tendo os cursos sido feitos em diversas escolas públicas e privadas espalhadas pelos diferentes distritos do país. No total, são 24 as escolas de formação em que decorreu a formação das educadoras que trabalham actualmente no distrito. Destas 24 escolas, 14 são públicas e 10 privadas, observando-se ainda a existência de uma educadora que realizou o sua formação no Canadá, tendo posteriormente obtido o reconhecimento do curso em Portugal.

Na sua maioria (60,3%), as educadoras fizeram a formação inicial em escolas privadas, o que é fácil de compreender se tivermos em conta que só desde 1979 é que os cursos públicos de formação começaram a funcionar. Em relação às educadoras que se formaram em escolas públicas, a maioria frequentou os antigos cursos normais (32,8%) existindo apenas um reduzido número (4,7%) que realizaram já os cursos nas actuais Escolas Superiores de Educação.

Cerca de 77,2% das educadoras concluíram a formação inicial entre 1975/1988, antes do início de funcionamento das Escolas Superiores de Educação, na altura em que começaram a funcionar os cursos públicos de formação. 14,7% terminaram o seu curso entre 1989/1992, altura em que começaram a funcionar os cursos das ESE, havendo apenas 7,3% de educadoras que concluíram a sua formação inicial antes de 1974.

Em relação à formação contínua, observamos que quase todas as profissionais frequentam acções de formação (94%), sendo a periodicidade mais frequente de 1 a 3 acções por ano (75.3%).

As entidades responsáveis pela organização das acções de formação são diversas, sendo referidos 20 diferentes serviços e instituições. Contudo, elas são maioritariamente organizadas pelos serviços responsáveis pela rede institucional e pelos Sindicatos: 32,3% pela Direcção Regional do Ministério da Educação; 28,3% pelos Sindicatos e 12,2% pelo Centro Regional de Segurança Social.

Observamos também que 11.8% das acções são organizadas por escolas de formação, públicas e privadas, sendo a ESE de Santarém responsável pela organização da maioria das acções (6,5%), seguida pela ESE João de Deus (3,1%) e pela ESE M.^a Ulrich (1,8%). As restantes acções são organizadas por entidades diversas, sendo de destacar a Associação de Profissionais de Educação de Infância, referida por 6% das educadoras.

Ao contrário do que seria de esperar, os Centros de Formação de Associações de Escolas são referidos apenas por 0,7% das educadoras. É no entanto de salientar que, no final do ano lectivo de 1992/93, data de preenchimento dos questionários, os Centros de Formação ainda se encontravam numa fase muito inicial do seu funcionamento.

Em relação às temáticas das acções de formação, a diversidade é grande (abordaram-se 23 temas distintos) que se podem agrupar em 5 grandes áreas: Desenvolvimento Curricular (55,8%), Formação de Professores (16,4%), Análise da Organização Escolar (14,1%); Ciências da Educação (4,5%) e Metodologias de Investigação (1,6%). Esta diversidade das temáticas, leva-nos a questionar o porquê da sua escolha e a adequação de tão grande variedade.

A formação dos formadores responsáveis pelas acções de formação é também bastante diversificada, indo desde o bacharelato ao doutoramento. Na sua maioria, os formadores são licenciados ou possuidores de um Diploma de Estudos Superiores Especializados, (26%), educadoras de infância (20,4%) e educadoras de infância que obtiveram uma licenciatura posteriormente (15,1%).

É referido por 50% das educadoras que a instituição onde trabalham as apoia na sua formação. Este apoio corresponde quase sempre à dispensa de serviço para poderem frequentar acções de formação.

Praticamente todas as educadoras referem fazer leituras periódicas para actualização de conhecimentos, lendo a maioria, indiscriminadamente, livros ou revistas. Face às duas leituras ultimamente feitas e de que mais gostaram (questão a que só responderam 25,8% das educadoras), 49,2% deram a referência de livros e 27,3% deram a referência de artigos/revistas. Houve ainda 7,7% de referências de livros não relacionados com a formação profissional (livros de poesia, ficção, etc.).

Os temas das leituras relacionadas com a formação profissional das educadoras de infância são diversos, se bem que exista menos variedade do que nas temáticas das acções de formação. De acordo com a classificação que fizemos, foram 17 os temas abordados. Estes temas podem ser agrupados em 5 grandes grupos: Ciências da Educação (42,9%); Desenvolvimento Curricular (28,4%); Análise das organizações escolares (5,8%); Formação de Professores (1,3%) e Metodologias de Investigação (0,8%). Contrariamente ao que acontecia em relação às acções de formação, a maioria das leituras das educadoras enquadram-se nas Ciências da Educação e não no Desenvolvimento Curricular.

Fazendo uma análise mais específica dos diferentes temas, observamos que a maioria das referências se refere a leituras de Psicologia (38,3%), tema que enquadrámos nas Ciências da Educação, seguindo-se o tema Elementos Fundamentais do Currículo (14,6%), que enquadrámos no Desenvolvimento Curricular. A grande preferência das educadoras por leituras de Psicologia não é de surpreender, se considerarmos o peso que esta disciplina teve até há bem pouco tempo nos cursos de formação inicial.

As publicações preferidas pelas educadoras são as que estão organizadas de forma a proporcionar uma leitura fácil (artigos, capítulos que podem ser lidos separadamente ou em que as informações mais importantes estão destacadas) e em que é utilizada uma linguagem bastante acessível.

Destacamos que a leitura dos *Cadernos de Educação de Infância*, revista da Associação dos Profissionais de Educação de Infância foi referida como sendo a preferida da maioria das educadoras. Quanto a autores, o autor que obteve mais referências foi o Prof. João dos Santos.

Experiência Profissional

Cerca de 1/4 das educadoras inquiridas (24,1%) trabalharam anteriormente ao curso de formação inicial, o que nos faz pensar que muitas começaram por ser auxiliares de acção educativa. Para estas educadoras, o número de anos de serviço antes do curso varia de 1 a 21.

É portanto um grupo com características muito específicas, existindo um grande número de educadoras que devem ter feito o curso de Promoção de Auxiliares de Acção Educativa a Educadores de Infância.

Em relação aos anos de experiência profissional depois do curso, 42,2% das educadoras tem entre 6 a 10 anos de experiência, havendo 30,2% que têm entre 11 e 20 anos e 23,7% que têm entre 0 e 5 anos. Apenas 3,4% têm mais de 21 anos de serviço. Apesar de ser um grupo jovem é um grupo já experiente profissionalmente.

Considerando as características actuais do seu trabalho, para 56,9% das educadoras as suas funções não se limitam ao trabalho directo com o grupo de crianças. Com efeito, 81,9% dentre elas exercem funções como directoras de instituições da rede pública e 11,6% como coordenadoras em instituições dependentes do Centro Regional de Segurança Social. Existem ainda alguns casos de educadoras que exercem outro tipo de funções: coordenação e gestão do serviço de almoços; subdirectora de jardins de infância (rede pública do Ministério da Educação); dinamizadora do núcleo concelhio de educadoras de infância (rede pública do M.E.); elemento da Comissão Pedagógica do Centro de Formação de Professores e apoio pedagógico em Jardins de Infância (rede pública do M.E.) .

É de salientar que muitas das educadoras que trabalham em instituições de lugar único da rede pública, e que forçosamente exercem funções como directoras do Jardim de Infância não o referenciaram, tendo no entanto o preenchimento sido rectificado por nós. Esta constatação parece revelar uma certa desvalorização desta função. No entanto, preparar as profissionais para este tipo de funções, surge como fundamental na sua formação inicial.

A maioria das educadoras trabalham em **jardins de infância** com crianças dos 3 aos 5 anos, havendo apenas 6,1% que trabalham em **creche** com crianças dos 0 aos 2 anos. Apenas uma das educadoras que respondeu ao questionário trabalha

com crianças de idades compreendidas entre os 6-11 anos, em **actividades de tempos livres**.

Cerca de 27,6% das educadoras já trabalharam com outros grupos etários distintos daqueles em que se encontram, distribuindo-se do seguinte modo: 55,6% em creche com crianças dos 0-2 anos; 16,7% em Jardim de Infância com crianças do 3-5 anos; 8,3% no ensino especial com crianças e jovens dos 8-22 anos; 8,3% trabalharam com crianças com mais de 6 anos mas não especificaram em que tipo de trabalho; 2,8% em actividades de tempos livres (6-14 anos); 2,8% no 2º ciclo (10-12 anos); 1,4% em colónias de férias (10-14 anos); 1,4% em lares para crianças privadas de meio familiar normal (3-20 anos).

Corresponde a 48,3% o número das educadoras que já colaboraram na formação de outras educadoras de infância. Destas, 10,7% dinamizaram acções de formação; 4,5% trabalharam como docentes em escolas de formação e 92% recebem ou já receberam estagiários dos cursos de formação inicial no seu local de trabalho.

Muitas das educadoras que têm recebido estagiários, não consideram este trabalho como correspondendo a uma forma de colaboração na formação. Esta constatação parece relacionar-se com o facto de não existir um grande envolvimento destas educadoras cooperantes no trabalho desenvolvido pelas escolas de formação. Este aspecto necessita ser reflectido, se considerarmos a importância que têm como supervisoras da formação prática dos estagiários.

Unicamente 6,9% das educadoras inquiridas, referem ter participado em projectos de inovação educativa. A maioria destes foram propostos por um serviço ou instituição. Outros foram projectos desenvolvidos em colaboração com outros profissionais, apenas pela educadora na sequência de um curso de formação contínua ou a partir do trabalho desenvolvido como docente numa escola de formação.

Apenas 4,3% das educadoras já colaboraram ou realizaram trabalhos de investigação. A maioria destes foram realizados durante a frequência de cursos superiores ou de formação contínua mas outros corresponderam à colaboração em trabalhos de outros investigadores ou à realização de trabalhos durante a formação inicial.

Quanto à publicação de trabalhos, verifica-se só haver 3 educadoras (1,3 %) nestas condições. Estas publicações podem ser de 4 tipos: colaboração num jornal elaborado pelo grupo concelhio de educadoras de infância; artigo publicado nos *Cadernos de Educação de Infância* (revista da Associação dos Profissionais de Educação de Infância); síntese de uma comunicação apresentada numa conferência; colaboração em jornais regionais.

Situação Profissional

A maioria das educadoras são efectivas, mas nem todas estão efectivas em lugares que lhes convêm, pelo que recorrem a mecanismos de aproximação da sua residência com bastante frequência. Esta situação, em conjunto com o grande grupo de educadoras que não têm um lugar definitivo em qualquer instituição, leva a uma grande instabilidade em relação às colocações, verificando-se que: 59,1% das educadoras, nos últimos 5 anos, trabalharam em diferentes instituições. Dentre estas, 86,9% trabalharam em 2 a 5 instituições distintas; 10,2% trabalharam em 6 a 10 instituições diferentes e uma educadora (0,7%) refere ter trabalhado em mais de 11 diferentes instituições nos últimos 5 anos!

Atitude perante a profissão

A profissão de educadora de infância surgiu como primeira escolha em 81% dos casos, tendo sido diferentes os motivos que condicionaram esta escolha. De acordo com a classificação feita para a análise das respostas dadas, estes motivos relacionam-se fundamentalmente com as características, necessidades e motivações pessoais das educadoras (79,1%). Em segundo lugar surgem como motivo de escolha as características da profissão (13,7%) e finalmente as características do curso de formação (1,5%).

Especificando melhor os principais motivos que condicionaram a escolha da profissão, as principais razões indicadas foram: o gostar de crianças (24,6%); a motivação e gosto pela profissão (16,3%); o poder participar e perceber melhor o desenvolvimento das crianças (11,8%); as características dinâmicas da profissão (7,4%) e o querer contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade melhor (5,9%).

Se bem que a maioria das educadoras apenas refira como motivos o gosto pela profissão e o gostar de crianças, algumas dizem ter escolhido a profissão pela intervenção social que esta proporciona. É ainda de salientar que quando são referidas as características da profissão como motivo de escolha, esta é considerada como um trabalho dinâmico e rico na diversidade das relações humanas que possibilita.

A maioria (65,5%) diz estar satisfeita com a profissão. No entanto, há um grande número de educadoras (25,4%) que referem estar satisfeitas em relação ao trabalho desenvolvido com as crianças mas descontentes com as condições que têm para a sua realização. São apenas 6,9% as educadoras que referem estar descontentes com a profissão que têm.

Os principais motivos apontados como causadores de descontentamento, referem-se à instabilidade profissional e à falta de reconhecimento da profissão. Para quase todas as inquiridas (93,5%), a imagem social dos educadores de infância é diferente da dos professores dos outros níveis de ensino.

Enquanto que há quem considere (5%) que esta diferença surge porque a imagem das educadoras é mais positiva, já que têm uma relação mais próxima com as crianças e famílias, outras educadoras dizem que a diferença se deve à desvalorização dos profissionais de educação de infância em relação aos professores dos outros níveis de ensino.

Muitas consideram que continuam a ser vistas como tendo apenas a função de cuidar das crianças e não como agentes educativos. É ainda referido que o seu trabalho é menos valorizado por falta de informação em relação aos objectivos da educação de infância e por não ser obrigatória a frequência deste nível de ensino.

Mais de metade das educadoras (68,5%) estão inscritas em Sindicatos ou Associações de professores/educadores, dizendo participar nas actividades desenvolvidas por estes. A forma de participação mais frequente é a participação em acções de formação e em encontros e debates promovidos por estas organizações.

Questionadas sobre quais os principais factores que condicionam o bom desempenho da profissão, 54% das educadoras faz referência a características pessoais que os profissionais de educação de infância devem ter; 15,1% aponta para características que a prática pedagógica deve respeitar; 14,8% assinalam as

condições de trabalho e apenas um número reduzido (9,4%) indica a formação como determinante da qualidade dos profissionais.

Curiosamente, se por um lado, muitas educadoras dizem que a sua profissão é desvalorizada socialmente, não sendo reconhecidas como agentes educativos ao contrário do que acontece em relação aos professores dos outros níveis de ensino, por outro lado, observamos que são bastantes as que consideram que um bom desempenho da sua profissão é sobretudo devido a características pessoais e não à formação profissional. Nesse sentido vão as respostas dadas, pois observamos que, para a maioria, um bom desempenho profissional relaciona-se com a vocação; a facilidade de relacionamento com crianças e adultos e a dedicação pessoal à profissão.

Problemas que afectam a Prática Pedagógica e sua auto-avaliação¹⁹

A insuficiência de recursos materiais parece ser o principal problema que afecta a prática pedagógica das educadoras (5,1%). Seguidamente são apresentados como problema: o trabalhar em situação de grande isolamento (2,9%), a falta de apoio formativo (2,6%), o número elevado de crianças nos grupos (2,4%) e o espaço inadequado das instituições (2%).

Observam-se uma grande diversidade e algumas contradições em relação às dificuldades apresentadas, o que é provável que esteja relacionado com o facto das entrevistadas trabalharem em instituições com diferentes características.

Em relação à auto-avaliação que fazem da sua Prática Pedagógica, o aspecto em que as educadoras consideram sentir-se mais à vontade é a relação com as crianças (38,4%). Seguidamente referem as actividades de expressão plástica (8,1%) e a relação com os pais e com a comunidade em que a instituição está inserida (7%).

Os aspectos em que consideram ter mais dificuldades são: na realização de actividades de expressão musical (9,8%); na relação com os pais e a comunidade, sobretudo no desenvolvimento de projectos (9,3%); em aspectos diversos relacionados com a organização do trabalho (8,9%); na organização do grupo de

¹⁹ As percentagens apresentadas correspondem a valores reduzidos tendo em conta a diversidade das respostas.

crianças (7,3%); na realização de actividades de expressão dramática (6,5%); na definição do projecto de trabalho e na planificação (5,7%) e, finalmente, na descrição da sua prática pedagógica (5,7%).

Reflectindo sobre a auto-avaliação feita pelas educadoras em relação à sua prática pedagógica, observamos que a relação com as crianças é o aspecto em que se sentem mais à vontade, enquanto que a relação com os adultos principalmente com os pais, é uma das principais dificuldades referidas. É de salientar que uma das dificuldades mais assinaladas parecem relacionar-se com a organização do trabalho, sendo também referenciadas dificuldades específicas em relação à organização do grupo de crianças.

Sugestões

Na sequência das questões apresentadas ao longo do questionário, foi perguntado aos educadores quais as sugestões que gostariam de fazer: às Associações e Sindicatos de professores/educadores, aos responsáveis pela rede institucional e aos responsáveis pela formação. É no entanto de salientar que o número de não respostas a estas questões foi muito grande.

As sugestões relativas às **Associações e Sindicatos de professores/educadores** foram classificadas em 4 grupos que se relacionavam com: o tipo de reivindicações que devem ser feitas (20,1%); a organização e modo de funcionamento (16,8%); a formação dos educadores de infância (11,6%) e a divulgação de informações (3,2%).

Concretizando um pouco mais, as principais sugestões feitas foram as seguintes: organização de mais acções de formação, valorização do grupo profissional, reivindicação de iguais condições de trabalho para as educadoras que trabalham em instituições privadas e públicas, mais contacto e apoio aos profissionais e, por último, organização de acções de formação mais adequadas às necessidades dos educadores.

Com base nestas respostas, poderemos concluir que o principal papel atribuído às Associações e Sindicatos, para além da reivindicação de melhores condições de trabalho para a educação de infância, parece ser o da organização da formação contínua dos profissionais. Se bem que com menos peso, outra função atribuída a estas organizações, é a de informação e esclarecimento dos profissionais.

Aos **responsáveis pela rede institucional**, foram dadas as seguintes sugestões: aumento do número de instituições (8,9%), diversificação das formas atendimento da rede institucional existente (6,8%), alargamento da rede pública do Ministério da Educação (5,3%), maior apoio aos profissionais (5,3%) e o tomar em consideração a área de residência dos educadores aquando da sua colocação (5%).

Estas sugestões parecem apontar para dois tipos de preocupações distintas: uma resposta mais adequada às necessidades das crianças e das famílias e um melhoramento das condições de trabalho dos educadores.

Quanto às sugestões dadas aos **responsáveis pela formação**, elas referem-se tanto à formação contínua como à formação inicial, tendo sido as seguintes: organização de acções e cursos de formação contínua (13,5%), maior adequação dessas acções de formação (8,2%) e maior componente prática na formação inicial (8,2%).

De acordo com as educadoras, a formação deve ser mais adequada às características do trabalho da educação de infância, devendo existir mais acções de formação contínua acessíveis a um maior número de profissionais.

Em síntese: as educadoras que responderam ao nosso questionário revelam-se, de um modo geral, como um grupo bastante heterogéneo, que se sente menos reconhecido socialmente comparativamente com os professores dos outros níveis de ensino, e que reclama uma maior valorização do seu trabalho profissional.

A heterogeneidade observada a diferentes níveis, nomeadamente em relação à formação e experiência profissional (considerando os diversos contextos institucionais existentes para a educação de infância), parece-nos ser um factor que pode dificultar a coesão do grupo profissional, devendo ser reflectido desde a formação inicial.

A melhoria das condições de trabalho e o aumento da estabilidade profissional são sentidas como factores fundamentais para uma maior qualidade das práticas educativas.

Sendo a gestão institucional uma função exercida pela maioria das educadoras e durante muitos anos ausente dos cursos de formação, é

indispensável ser considerada desde a formação inicial, de modo a melhorar a preparação dos profissionais, neste domínio.

Algumas das principais dificuldades sentidas pelas educadoras situam-se a nível da organização/planificação do trabalho desenvolvido com as crianças e com os pais, aspectos que ultimamente têm sido bastante discutidos mas que necessitam ser trabalhados de forma mais adequada às necessidades concretas sentidas pelos profissionais.

Consideramos que algumas das alterações recentes que foram legisladas para a educação pré-escolar, nomeadamente a definição de Orientações Curriculares, podem vir dar resposta a algumas das inquietações expressas pelos profissionais.

Parece-nos também, tal como referem algumas educadoras, que é fundamental reflectir sobre a adequação das acções de formação contínua desenvolvidas, e sobre a sua acessibilidade a todos os educadores.

A este nível, pensamos que os Centros de Formação podem ter um papel importante se dinamizarem a organização de grupos de trabalho entre os profissionais, que proporcionem a troca de saberes e a procura conjunta de soluções para as diferentes dificuldades sentidas.

Quanto à desvalorização sentida face aos profissionais de outros níveis de ensino, de novo referimos que a maior atenção que actualmente o Ministério da Educação está a dar à educação pré-escolar, as recentes alterações definidas, nomeadamente a publicação da Lei Quadro, vieram clarificar diversos aspectos, contribuindo para uma inversão desta situação. Relativamente ao acolhimento das crianças com menos de 3 anos, continua, no entanto, a prevalecer uma grande indefinição relativamente à formação e estatuto dos profissionais que trabalham com este grupo etário.

Pensamos, no entanto, que os próprios profissionais podem desempenhar um papel importante, contribuindo para uma mudança de atitude em relação à educação de infância em geral e à sua prática profissional em particular.

Nesse sentido, consideramos fundamental que os educadores tomem maior consciência do papel que podem assumir como agentes de mudança nas comunidades em que trabalham, envolvendo mais as famílias no trabalho

que desenvolvem, sensibilizando a comunidade para as funções e objectivos da educação de infância e, finalmente, valorizando-se a si próprios no papel que desempenham como agentes educativos, tão importantes como qualquer professor de outro nível de ensino.

5.2. Os Centros de formação

O Regime Jurídico da Formação Contínua (Decreto-Lei 249/92) estabelece, pela primeira vez, as bases legais da formação contínua dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário. Neste diploma são definidos os princípios, objectivos e modalidades da formação, as entidades formadoras que a podem promover e realizar e ainda o regime de acreditação dessa formação. O seu financiamento foi concretizado no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, através do programa *Formação Contínua de Professores (FOCO)* lançado no final do mesmo ano e que disponibilizou recursos financeiros muito substanciais.

O desenvolvimento de uma rede de Centros de Formação de Associação de Escolas, em todas as Direcções Regionais de Educação do país, foi conseguido num curto espaço de tempo e resultou da iniciativa directa dos professores e das escolas, sendo sem dúvida o aspecto mais inovador e significativo do novo enquadramento da formação contínua de professores.

O ano de 1993 foi, assim, um período marcante de arranque da formação, podendo mesmo falar-se de uma verdadeira "explosão" de acções de formação. Antes de apresentarmos as alterações definidas posteriormente e que explicitaremos no final do capítulo, passamos a apresentar o estudo que neste mesmo ano realizámos para uma melhor caracterização da formação contínua dos educadores de infância.

Foi feito um levantamento das actividades de formação desenvolvidas em 1993 pelos Centros de Formação contínua do distrito de Santarém. Para tal, enviámos questionários a 15 entidades formadoras, a saber:

- **Centros de Formação de Associação de Escolas (CFAE)**, municipais e intermunicipais, integrados na Coordenação da Área Educativa (CAE) da Lezíria e Médio Tejo, Direcção Regional de Lisboa (DREL)
- **Centro de Formação de Associação de Professores (CFAP)**: Centro de Formação do Sindicato de Professores da Grande Lisboa (SPGL), direcção regional de Santarém.

- **Instituições do Ensino Superior (ES):** Centro de Formação da Escola Superior de Educação de Santarém (ESES)

A maioria dos Centros de Formação contactados (80%) correspondeu ao nosso pedido. No que respeita aos CFAE's é de referir que o Centro de Formação da Azambuja, embora integrado na CAE da Lezíria e Médio Tejo, não foi considerado no estudo por este concelho não pertencer ao Distrito de Santarém. Quanto ao Centro de Mação, embora pertencendo ao distrito, está já integrado na Direcção Regional do Centro, logo fora da área da DREL e por esse motivo também não foi aqui considerado.

Procurou-se apurar o número de educadores abrangidos pelos Centros de Formação, a sua distribuição pelos sectores oficial e privado e ainda o número de estabelecimentos de educação pré-escolar públicos e privados neles associados.

A heterogeneidade dos dados recolhidos e as inúmeras lacunas nas informações fornecidas parecem-nos ser sintomáticas de uma fase de arranque dos Centros de Formação, em que a recolha de dados exactos de caracterização do número de professores, escolas e jardins de infância associados não estaria ainda completa.

É, no entanto, de salientar a existência de um número superior de educadores de infância e de estabelecimentos do sector oficial, o que vem de encontro à constatação de uma maior implementação dos jardins de infância da rede pública no distrito, já referida anteriormente. Não podemos também deixar de considerar uma certa ambiguidade que tem prevalecido relativamente ao programa de financiamento poder ou não contemplar profissionais do sector privado, questão que pode ter condicionado esta situação.

Procurou-se completar algumas das lacunas desta informação recorrendo a um conjunto de documentação organizado pela Direcção Regional de Educação, que caracteriza os CFAE. No entanto, os elementos disponíveis também não contêm informação relativa a alguns Centros de Formação que à data tinham uma constituição mais recente.

De acordo com estes dados, referentes a Fevereiro de 1993 (o que corresponde ao período de homologação da maior parte dos CFAE), a média de professores por Centro de Formação, no Centro da Área Educativa da Lezíria e Médio Tejo, é de 416, variando o número total de professores entre um máximo de 824 (C.F. de

Tomar) e um mínimo de 209 (C.F. de Salvaterra de Magos). Relativamente à média de estabelecimentos do pré-escolar, ela é de 13 por Centro de Formação.

Se compararmos estes dados com os números apurados nos diferentes Centros (máximo de 73 e mínimo de 16 educadores) é evidente que a percentagem de educadores de infância é muito reduzida quando comparada com o universo dos restantes docentes. Este facto, aliado à dispersão dos profissionais de educação de infância por muitas instituições de diferentes tipos e tutelas, não pode deixar de ter consequências, à partida traduzidas na aparente falta de conhecimento do sector demonstrada pelas instituições de formação nesta primeira recolha de dados, quer a nível dos serviços centrais, quer a nível dos directores de centro contactados.

Quanto aos dados fornecidos pelo Centro de Formação do Sindicato de Professores da Grande Lisboa- Delegação de Santarém, que referem o total de educadores associados no distrito, dos 320 educadores associados 267 estão integrados no sector oficial, enquanto que 53 pertencem ao particular, o que vem de encontro à proporcionalidade dos dados fornecidos pelos CFAE (de um total de 390, 288 estão no sector oficial e 98 no particular). Estas informações também revelam a elevada percentagem de sindicalização dos educadores.

Relativamente ao público a que se destinavam, dum total de 39 acções registadas, apenas 3 foram específicas para educadores de infância, o que não impediu que participassem em muitas acções genéricas destinadas a todos os níveis de ensino. Como nos foi explicado pelo Director do Centro, na ausência de acções em que se tivesse previsto a participação de educadores, estes integraram-se "onde havia vagas". Realizaram-se ainda 2 acções de formação para o ensino especial.

Não foi possível apurar o número de educadores abrangidos por estas acções por falta de dados exactos disponíveis nos Centros de Formação, que se encontravam ainda a organizar os respectivos processos das acções.

O número de acções realizadas, distribuídas pelas áreas de formação em que se inserem, foram as seguintes:

Ciências da Educação	10
Prática e Investigação Pedagógica	10
Formação Pessoal, Deontológica e Sócio-Cultural	2
Língua e Cultura Portuguesa	2
Técnicas e Tecnologias da Comunicação	14

Dum total de 39 acções identificadas destaca-se um número elevado de cursos na área das Técnicas e Tecnologias da Comunicação, sobretudo no domínio da Informática. Na área das Ciências da Educação evidenciam-se as acções específicas para a educação pré-escolar: *Formação de Formadores para a Educação de Infância e Desenvolvimento Curricular na Educação de Infância*. Enquanto que a primeira foi promovida pela Escola Superior de Educação, instituição particularmente vocacionada para este tipo de formação, a segunda foi realizada recorrendo a formadores dessa mesma instituição. As restantes acções repartem-se por temáticas diversificadas, visando o aprofundamento de conhecimentos em novos domínios como a *Educação Ambiental*, a *Observação e Pesquisa* ou ainda a mudança e inovação na prática pedagógica, como é o caso da *Articulação entre o Jardim de Infância e o 1º Ciclo* ou o *Desenvolvimento de Novos Métodos e Técnicas de Ensino*.

A totalidade das acções realizadas consideram-se cursos de formação, com uma **duração média** entre 60 e 66 horas. Este aspecto prende-se com os critérios do programa FOCO que, numa primeira fase, deu prioridade ao financiamento de acções com a duração mínima de 60 horas para o coeficiente 30 (correspondente a 1 crédito nas acções de Iniciação) ou de 66 horas para o coeficiente 22 (correspondente a 1 crédito nas acções de Aprofundamento).

O nível das acções foi estabelecido tendo em conta mais as qualificações dos **formadores** responsáveis pela formação, do que o nível dos objectivos e dos conteúdos definidos para os cursos. Em geral, consideraram-se de Iniciação as acções ministradas por formadores com habilitação correspondente ao bacharelato ou à licenciatura. As acções de Aprofundamento foram ministradas por formadores especialistas, isto é, possuidores de formação especializada (Diploma de Estudos Superiores Especializados, licenciatura em Ciências da Educação, mestrado ou parte curricular do mestrado, doutoramento) ou de um currículo relevante que permitiu a sua certificação como formador especialista pelo Conselho Coordenador da Formação Contínua, órgão a quem competia coordenar e superintender a acreditação das acções de formação.

É assim de registar nos CFAE um número bastante mais elevado de acções do nível de Iniciação, relativamente às de nível de Aprofundamento, seja pelo maior número de formadores apenas com o grau de licenciatura, seja por opção dos próprios Centros na definição dos projectos de formação.

Finalmente interessava caracterizar, ainda que sumariamente, os formadores responsáveis pelas acções. Procedeu-se a um levantamento da sua qualificação em termos das habilitações académicas e do tipo de vínculo relativamente às instituições de formação. Segundo os dados recolhidos houve 9 formadores com o bacharelato, responsáveis por acções de formação destinadas a educadores de infância e apenas 1 com o 12º ano, professor numa escola profissional, que pelo seu currículo na área dos audiovisuais foi incluído na bolsa de formadores de um CFAE.

A maior parte dos formadores dos CFAE são docentes das escolas associadas, sendo pontuais os casos de formadores externos aos Centros e ainda mais raros os casos de formadores não docentes. Destaca-se também, no caso da Escola Superior de Educação, a presença de alguns formadores ligados ao polo do *Projecto Minerva*, responsáveis pela maioria das acções no domínio da informática.

Concluindo este balanço das actividades de formação contínua desenvolvidas no distrito e que envolveram educadores de infância, são ainda de salientar alguns aspectos que consideramos relevantes:

- O protagonismo dos CFAE, responsáveis pela maioria das acções realizadas (31 de um total de 39).
- A não realização, nos CFAE, de acções específicas para os educadores, o que poderá ter a ver com a sua percentagem reduzida relativamente ao universo dos professores. Um conhecimento mais aprofundado deste campo leva-nos entretanto a pensar outras causas que poderão, também, ter contribuído para esta situação: um melhor conhecimento dos outros graus de ensino por parte dos Directores dos Centros de Formação, já que são na quase totalidade professores do Ensino Secundário; a fraca representatividade dos educadores nas Comissões Pedagógicas dos Centros de Formação, pois em alguns Centros são os elementos do 1º Ciclo que igualmente representam o sector pré-escolar nas Comissões Pedagógicas (órgão de direcção e gestão do Centro de Formação, constituída por representantes de todos os níveis de ensino), a falta de formadores vocacionados para a formação em áreas específicas deste nível de ensino, já que na sua maioria os formadores internos indicados são professores do Ensino Secundário. A opção da Escola Superior de Educação pela formação de formadores para a educação de infância parece assim ter sido adequada às necessidades neste campo.

- O número bastante elevado de acções realizadas no domínio da Informática, o que parece ter a ver com a premente necessidade de equipar as instituições escolares com as novas tecnologias e de iniciar os professores e educadores na sua utilização. Por outro lado poderá ter a ver com a optimização dos recursos humanos existentes, recorrendo a um número razoável de formadores internos ligados ao *Projecto Minerva*.
- A existência de uma bolsa de formadores internos (docentes das escolas associadas) bastante razoável, se bem que ainda insuficiente, tendo os Centros que depender da colaboração de formadores externos com as dificuldades daí inerentes: deslocações, incompatibilidade de horários, desconhecimento da realidade das instituições escolares do Centro, etc.
- A não diversificação das modalidades de formação, já que todas as acções desenvolvidas foram cursos de formação. Este facto está ligado aos condicionalismos impostos pelo curto espaço de tempo que os Centros de Formação tiveram para definir o seu projecto de formação e organizar os respectivos processos de candidatura. Condicionalismos que foram impostos também pelos critérios de financiamento, reflectindo-se, por exemplo, na duração das acções.

O Centro de Formação de Associação de Escolas de Santarém

Para uma melhor compreensão da realidade dos Centros de Formação e da evolução que se verificou após a realização do nosso questionário, no início do ano lectivo 1995/96 foi feita uma entrevista ao Director do CFAE de Santarém.

Como qualquer entidade de formação, o funcionamento deste CFAE é condicionado por factores estruturais e de ordem externa, como as características do próprio meio em que se insere. Fazendo um diagnóstico abreviado da situação, o Director do Centro referiu como principais problemas: a falta de fundos e de espaço próprio, assim como a sua reduzida disponibilidade de tempo, já que acumula as funções de direcção do centro com as actividades docentes, embora com a redução de horário prevista para um centro com cerca de 900 professores.

Outra dificuldade são as características do concelho com duas realidades distintas: uma realidade urbana em que as pessoas se dispersam e os contactos se tornam difíceis ou pouco frequentes, e uma realidade rural com freguesias dispersas e isoladas, o que dificulta a deslocação das pessoas e a circulação da

informação. Há ainda a acrescentar a proliferação da oferta de formação, pois coexistem outras entidades de formação na mesma zona geográfica de implantação do Centro.

Foi tendo em conta estes factores que a conversa com o Director do Centro foi correndo, sob o fio condutor da formação dos educadores de infância, que não pode ser considerada isoladamente das políticas e das práticas de formação do Centro, bem como dos factores que as condicionam.

De acordo com a proporcionalidade prevista na legislação em vigor, os educadores de infância estão representados na Comissão Pedagógica do Centro, composta por onze elementos, dos quais um foi escolhido entre os educadores de infância. Ainda de acordo com os normativos legais a sua eleição decorreu numa reunião com todos os educadores do concelho promovida pela Delegação Escolar, à semelhança do processo inicial, pois este é o segundo mandato do Director do Centro e da Comissão Pedagógica.

Não havendo uma periodicidade pré-fixada para as reuniões da comissão pedagógica, estas têm-se realizado em função das necessidades. Os encontros e a circulação de muitas das informações fazem-se através de contactos directos do Director com os diferentes elementos da Comissão Pedagógica ou mesmo através da colaboração da Delegação Escolar. Evitam-se assim as deslocações das pessoas, pois os custos em tempo e em dinheiro destas deslocações não lhes são abonadas. Como nos refere o Director: *"aqui é muito difícil reunir a Comissão Pedagógica ... reunidos somos onze... e há pessoas que são de fora"*.

No início estabeleceu contactos a fim de conhecer os professores e as escolas e jardins de infância associados, o que no caso concreto do pré-escolar lhe deu um excelente conhecimento desta realidade, tanto das instituições oficiais como das privadas. Este conhecimento, aliado ao que já conhecia antes e à sua experiência como pai de uma menina que frequentou um dos jardins da rede pública da cidade, permitem-lhe expressar uma opinião muito favorável acerca da qualidade do trabalho desenvolvido neste sector. Nas suas próprias palavras *"a educação pré-escolar em Santarém é de muito boa qualidade"*.

Embora reconhecendo a existência de especificidades na formação contínua dos educadores de infância, o Centro não costuma oferecer acções de formação só para este sector. Por um lado, porque existem na zona outras entidades de formação a fazê-lo, correndo-se o risco de não ter o público suficiente; por outro,

pela própria política de formação adoptada pelo Centro que pretende *"realizar formação para os diferentes níveis de ensino e não específica para grupos ou disciplinas específicas, de modo a ter em conta a progressividade e a globalidade do processo de ensino/aprendizagem da criança"*.

Apesar disso, de acordo com a avaliação feita pelo nosso entrevistado *"as educadoras reagem bem a esta mistura"*. Na avaliação das acções foi considerado extremamente enriquecedor o facto de ser em conjunto com profissionais de outros níveis de ensino: *"surgiram problemas específicos que foram debatidos em cada nível ... e por outro lado promoveram o intercâmbio de opiniões ... chamou a atenção para qual o peso das atitudes num ciclo e no outro ... e depois como é que se tem que articular essas atitudes... e sentiram que se definiam canais de comunicação... "*.

Nas acções realizadas incluem sempre os educadores das instituições privadas, embora continuem por legislar as participações para o financiamento das acções que competem a estas instituições.

A bolsa de formadores do Centro é fundamentalmente constituída por docentes das escolas associadas, que qualificam pelo currículo relevante ou pela obtenção de Diplomas de Estudos Especializados, contando também com elementos do Centro da Área Educativa, da Equipa do Ensino Especial e com formadores da Escola Superior de Educação. Não possuem formadores especificamente para o pré-escolar.

Neste momento começa a ser mais difícil contar com a disponibilidade dos formadores para avançar com projectos de formação, problemas que se prendem fundamentalmente com o grande tempo de espera, imposto pelas regras e pelo funcionamento moroso do processo de financiamento. Este factor, aliado a uma certa desmobilização que se nota nos docentes das escolas, começam a fazer-se sentir, dificultando a realização das acções de formação, independentemente do nível de ensino a que se destinam ou das temáticas.

A existência de verbas próprias para o Centro de Formação e de uma maior disponibilidade de tempo para o Director, poderiam ajudar à concretização de outros projectos, contribuindo para uma nova dinâmica de formação, tais como a constituição de grupos de trabalho para discutir temáticas e necessidades de formação, a elaboração de um boletim ou de uma folha informativa que circulasse

pelas escolas e jardins de infância cumprindo a função de elo de ligação entre as instituições, etc.

No que diz respeito à planificação de actividades para um futuro imediato, foi indicada a previsão de 6 acções, duas para educadores de infância e professores do primeiro ciclo do ensino básico: uma sobre a área-escola e o projecto educativo e uma segunda mais vocacionada para os apoios educativos específicos, dinamizada pela equipa do ensino especial.

O quadro traçado pelo nosso estudo, a partir da recolha de elementos efectuada, permite caracterizar e levantar algumas questões respeitantes ao funcionamento dos Centros de Formação, mais precisamente dos Centros de Formação de Associações de Escolas, ajudando a uma melhor compreensão do seu contributo para a formação dos professores e mais particularmente, dos educadores de infância.

Numa tentativa de alargar o campo de visão desta abordagem até ao momento presente poderemos, em primeiro lugar, fazer referência às alterações entretanto sofridas pelo ordenamento jurídico da formação. Após sucessivas reformulações, o regime jurídico actualmente em vigor (Decreto-Lei 207/96 de 2 de Novembro) aponta para uma diversificação das modalidades de formação contínua, incentivando a autoformação e o recurso a metodologias de investigação/acção facilitadoras de um processo de formação mais contextualizado, em mais estreita ligação com o quotidiano de trabalho dos profissionais.

Este aspecto foi acompanhado por alterações na regulamentação do regime de acreditação da formação e por alterações ao regulamento do programa de financiamento das acções.

Neste contexto e no que respeita, particularmente, à formação dos educadores de infância, têm sido implementados Círculos de Estudos no âmbito da discussão do documento inicial elaborado pelo Ministério da Educação sobre as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

Nas acções ultimamente realizadas, tem sido cada vez mais discutida a necessidade de maior participação dos educadores que trabalham em instituições privadas. Estes profissionais, por não estarem ainda abrangidos pelo estatuto da carreira docente e pela ausência de comparticipação financeira para a sua formação, têm estado arredados deste processo. Neste momento, após a

publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, aprovada em 1997, que define que a tutela pedagógica de toda a rede institucional passe a pertencer ao Ministério da Educação, esta situação está em vias de ser ultrapassada.

Continuam, no entanto, excluídos do processo de formação contínua financiado pelo Programa FOCO, os profissionais que trabalham com crianças com menos de 3 anos. Esta lacuna é preocupante, sobretudo se considerarmos que relativamente à formação inicial, a Lei de Bases do Sistema Educativo, também não define claramente que esta deva contemplar a preparação para o trabalho com este grupo etário.

No que respeita ao sistema de direcção e gestão dos CFAE's, também se verificaram algumas mudanças criando-se, pela primeira vez, mecanismos de apoio aos directores dos centros, de que se destacam: a possibilidade destes beneficiarem de dispensa total de serviço docente, a possibilidade de apoio técnico ao director, assegurado por docentes das escolas associadas, a existência de um consultor da formação.

No entanto, continuam a prevalecer várias questões que condicionam fortemente a actuação dos CFAE's. Estas prendem-se essencialmente com o sistema de financiamento, nomeadamente a necessidade de uma maior rapidez do processo e uma maior flexibilização dos prazos de candidatura, mais adaptada aos calendários lectivos das escolas e jardins de infância.

Desde a sua criação, os Centros de Formação têm prestado um importante contributo para a formação contínua dos educadores e professores, proporcionando momentos de (in)formação e reflexão de questões que afectam os docentes no quotidiano do seu trabalho. Temos conhecimento de diferentes tipos de iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas pelos centros. A edição de jornais e revistas, a organização de debates, encontros, a organização de centros de recursos educativos, são alguns exemplos de actividades que têm vindo a ser desenvolvidas pelos CFAE's do distrito de Santarém.

Em síntese, observamos que a grande questão com que os Centros de Formação de Associação de Escolas se confrontam se relaciona com a morosidade e rigidez do processo de financiamento das acções.

Preocupa-nos uma certa "exclusão" que tem prevalecido em relação aos profissionais de educação de infância que trabalham em instituições

privadas e, em particular, a ausência de formação para os profissionais das creches.

As recentes alterações legais podem implicar mudanças positivas, nomeadamente a possibilidade de desenvolvimento de novas modalidades de formação, mais contextualizadas e adequadas às necessidades dos profissionais. Parece-nos, no entanto, que ainda há um longo caminho a percorrer para que o sistema de formação contínua actualmente em vigor proporcione uma resposta mais coerente e efectiva, o que deverá passar por uma oferta mais articulada entre as diferentes entidades de formação intervenientes no processo.

6.A política sócio-educativa para a infância no distrito de Santarém. Síntese final.

6.1. Principais características e problemas

Chegando ao fim deste estudo, é altura de fazermos um balanço final sobre as principais características e problemas da política sócio-educativa que observámos no distrito de Santarém. Recorde-se que algumas das grandes questões com que nos confrontámos ao longo da realização deste trabalho estão em parte em vias de ser ultrapassadas em consequência das recentes alterações introduzidas na educação pré-escolar.

Tal como já referimos, a legislação recentemente publicada veio clarificar o conceito de rede pública e rede privada e estabelecer que toda a tutela pedagógica das instituições de educação pré-escolar passa a ser da competência do Ministério da Educação. Por outro lado, considerar a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica e definir Orientações Curriculares para este nível educativo, foram inovações que vieram marcar uma evolução muito positiva na história deste nível de ensino.

Não podemos, no entanto, esquecer que esta evolução se restringe apenas à "educação pré-escolar", ou seja, às respostas educativas para as crianças a partir dos 3 anos. Para os mais pequenos, o panorama continua a caracterizar-se por lacunas e indefinições relativamente à rede institucional, estatuto e formação dos profissionais.

Numa primeira análise, fazendo um balanço geral sobre a rede de instituições de educação de infância do distrito de Santarém, parece-nos que a principal carência diz precisamente respeito à cobertura institucional das crianças dos 0-2 anos. No entanto, contrariamente às nossas expectativas, esta necessidade de criação de um maior número de respostas para o acolhimento das crianças deste grupo etário, não parece surgir como prioritária nem nos questionários realizados em 1993, nem no estudo das 4 freguesias que posteriormente realizámos.

Como razões para esta constatação, parecem surgir as características do distrito, em que ainda é possível encontrar soluções de acolhimento junto a familiares ou vizinhos e a existência de várias amas particulares que por iniciativa própria se organizam para acolher as crianças.

Parece-nos, no entanto, fundamental, para garantia da qualidade do acolhimento dado às crianças mais pequenas, evitando situações de risco em que estas são entregues a pessoas sem qualquer tipo de formação nem de fiscalização, a existência de um maior número de amas integradas em grupos de creche familiar e a criação de mais grupos de creche, pelos menos nos principais centros urbanos, como é por exemplo o caso da freguesia de Marvila. Necessidade, que apesar de não surgir como uma das principais prioridades, foi também apontada por alguns educadores e autarcas.

Relativamente às crianças dos 3-5 anos existe uma boa cobertura institucional no distrito. Esta é maioritariamente garantida por jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação.

Observamos, no entanto, que paralelamente à necessidade de criação de mais instituições em algumas zonas, noutras, em consequência da grande diminuição das taxas de natalidade e também em consequência de eventuais erros na implementação da rede, existem algumas instituições em risco de fechar por terem um número insuficiente de crianças²⁰.

Na recolha de informações confrontámo-nos com várias imprecisões nos dados estatísticos disponíveis. Daí que apesar do estudo exaustivo que realizámos, tivéssemos tido imensa dificuldade em chegar a números exactos sobre as crianças residentes, as crianças inscritas nas instituições do distrito e as que efectivamente as frequentavam. Esta dificuldade surge em consequência da dispersão das informações e continua a trazer dificuldades ao planeamento da rede institucional.

Da análise dos diferentes tipos de informações que recolhemos, chegamos à conclusão que no distrito de Santarém mais do que pensar no crescimento da rede institucional existente, é necessário reflectir sobre o seu funcionamento, devendo ser criadas respostas diferentes que complementem o trabalho que já se desenvolve. Mas a criação destas respostas não deve ser decidida globalmente, pois a sua planificação deve ter em consideração as características específicas de cada localidade, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias que a habitam.

²⁰ Nesta publicação é apenas apresentada uma síntese sobre os números relativos à rede institucional. Para mais informações consultar a anterior publicação do projecto: **PROCEPE (1995) A educação de Infância no distrito de Santarém, Santarém, Ed. ESE de Santarém/F.C. Gulbenkian.**

De acordo com as diferentes opiniões recolhidas, nomeadamente junto aos autarcas e responsáveis pelas instituições, as principais necessidades que actualmente afectam a resposta dada pelas instituições de educação de infância, poderiam ser ultrapassadas através da consecução das seguintes iniciativas²¹.

- criação de centros de prolongamento de horário dos jardins de infância da rede pública ;
- possibilidade das crianças do pré-escolar utilizarem cantinas dos outros níveis de ensino;
- criação de sistemas de transporte para que as crianças que residem longe possam frequentar os jardins de infância já existentes;
- organização de pólos de educação itinerante para as freguesias em que não existem crianças em número suficiente para a criação de uma instituição e em que não é possível ou aconselhável a sua deslocação diária para instituições mais afastadas.

Algumas destas respostas alternativas, estão já em funcionamento no distrito, prestando um apoio mais completo às necessidades sentidas localmente pelas crianças e famílias. Segundo os autarcas que responderam ao nosso questionário, existem por exemplo ludotecas e vários centros de actividades de prolongamento do horário dos jardins de infância da rede pública do Ministério da Educação.

A necessidade de uma maior adequação do horário de funcionamento das instituições da rede pública às necessidades específicas de cada população, é uma questão que em parte está já a ser contemplada pelas recentes alterações definidas para a educação pré-escolar, não podendo, no entanto, ser equacionada da mesma forma para as diferentes zonas do país. Como podemos observar pelas informações que nos foram dadas, mesmo em freguesias próximas como as que estudámos, as soluções mais adequadas, não são as mesmas para todas as instituições.

É ainda importante salientar que surge como necessidade uma maior atenção às características do espaço físico das instituições, questão salientada pelos responsáveis pela coordenação pedagógica, pelos educadores e pelos pais.

²¹ Na publicação anteriormente referida, são também apresentadas mais reflexões e sugestões relativamente à criação destas respostas alternativas.

Reforçamos esta questão, que é indicada como prioritária no distrito, por nos parecer que para além da necessidade de se pensar no crescimento da rede institucional para as zonas em que esta é ainda insuficiente, não pode ser negligenciada a inadequação das características físicas de alguns jardins de infância que funcionam, há muitos anos, em instalações provisórias, em condições que por vezes colocam em risco a própria segurança e saúde das crianças.

Apesar disso, no geral parece predominar uma imagem bastante positiva relativamente à educação de infância existente, opinião claramente manifestada pelos autarcas, pelos pais e pelas professoras do 1º ciclo do ensino básico que entrevistámos para o estudo das 4 freguesias. Parece, no entanto, existir um conhecimento pouco claro sobre os objectivos do trabalho desenvolvido, sobretudo por parte dos pais e professoras.

Apesar desta opinião positiva, os educadores de infância referem sentir que predomina uma certa desvalorização face aos profissionais de outros níveis de ensino. Em nosso entender, a atenção que o Ministério da Educação está a dar à educação pré-escolar, expressa nas recentes alterações introduzidas com a publicação da Lei Quadro, vieram clarificar diversos aspectos, contribuindo para uma inversão desta situação. Continua, no entanto, a prevalecer uma grande indefinição relativamente à formação e estatuto dos profissionais que trabalham com crianças com menos de 3 anos de idade, ou seja, antes da entrada para o jardim de infância.

Pensamos, apesar de tudo, que os próprios profissionais podem desempenhar um papel importante, contribuindo para uma mudança de atitude em relação à educação de infância no geral e à sua prática profissional em particular.

Outro aspecto referido como fundamental foi a necessidade de uma maior estabilidade nas colocações da rede pública do Ministério da Educação e equidade entre as condições de trabalho existentes nas instituições públicas e privadas.

Quanto às acções de formação contínua desenvolvidas, tal como referem algumas educadoras parece-nos fundamental reflectir sobre a sua (des)adequação, a sua acessibilidade a todos os educadores e se dão resposta às necessidades concretas sentidas por estes.

A este nível, pensamos que os Centros de Formação de Associações de Escolas podem ter um papel importante, apoiando o desenvolvimento de acções mais contextualizadas, apoiando a organização de grupos de trabalho entre os profissionais, que proporcionem a troca de saberes e a procura conjunta de soluções para as dificuldades sentidas.

Em relação a estes diferentes aspectos, a implementação do novo *Regime de autonomia e gestão das escolas* (definido pelo Decreto-Lei 115-A/98, de 4/5/98), pode vir a ter consequências positivas, implicando um maior envolvimento de todos os intervenientes e a possibilidade de uma "autogestão" mais adequada dos recursos materiais e humanos às necessidades sentidas localmente.

Preocupa-nos também uma certa "exclusão", relativamente às acções de formação realizadas, que tem prevalecido para os profissionais de educação de infância que trabalham em instituições privadas e nomeadamente, a ausência de formação para os profissionais das creches.

Muitos educadores referem ainda o grande isolamento em que trabalham, nomeadamente na procura de solução para casos sociais de certa gravidade com que algumas crianças se confrontam. Parece urgente existir um apoio mais eficaz às crianças, através de respostas pluridisciplinares, que pressupõem a articulação entre os serviços de saúde, educação e segurança social. Para isso contribuiria a descentralização dos serviços de Saúde Mental Infantil, inexistentes fora das principais cidades do país.

A necessidade de uma maior articulação entre os serviços é também apontada pelos responsáveis dos serviços de saúde, pois só assim pode haver continuidade nos cuidados prestados às crianças. O desenvolvimento de acções integradas de cooperação entre os serviços de saúde, educação especial e segurança social no apoio às famílias e às instituições de educação de infância, necessitam de ser mais incrementadas.

O mesmo relativamente ao atendimento às crianças com necessidades educativas especiais. Os cuidados diferenciados que estas crianças necessitam, assim como a importância da detecção e atendimento precoces, reforçam a urgência de cooperação entre os diferentes serviços.

Considerando o estudo que realizámos relativamente ao acolhimento de crianças privadas de meio familiar normal, a experiência das Comissões de Protecção de

Menores, apesar da sua existência recente, pelo facto de terem técnicos com diferentes formações e de articularem diferentes serviços, parece-nos uma evolução positiva para a procura de respostas mais adequadas à natureza de cada caso.

Os lares existentes, para crianças privadas de meio familiar normal, parecem tender a caracterizar-se por uma maior abertura, sendo desenvolvidos esforços no sentido de uma melhor integração das crianças na vida da comunidade. Mas relativamente às crianças com menos de 3 anos, pensamos que é necessária a criação, no distrito, de um centro de acolhimento para as receber, já que os lares não parecem vocacionados para esta faixa etária.

Com base em tudo o que até agora se disse parece-nos que para além da criação de algumas novas estruturas e instituições, é importante também repensar o funcionamento do que já existe, rentabilizando os recursos disponíveis.

6.2. Para um apoio mais adequado às necessidades das crianças e famílias

O objectivo do estudo realizado no âmbito do PROCEPE foi aprofundar o conhecimento da realidade da educação de infância no distrito de Santarém. Ao longo desta publicação e das que anteriormente elaborámos, temos vindo a divulgar os dados de que actualmente dispomos e que nos permitem já, com alguma segurança, levantar questões concretas que caracterizam e afectam a educação das crianças dos 0-5 anos residentes neste distrito.

Chegando ao fim deste estudo, reforçamos a ideia que nos serviu de ponto de partida para a sua realização: a problemática da infância tem que ser concebida globalmente, numa perspectiva sócio-educativa de apoio às crianças e famílias, e não apenas como mais um capítulo do sistema educativo.

Só mediante uma efectiva cooperação e articulação entre os diversos serviços vocacionados para tal (nomeadamente os serviços de educação, saúde, e assistência social) será possível encontrar uma resposta adequada e de qualidade às populações residentes nas diferentes freguesias do distrito.

Tendo em conta a especificidade de cada freguesia, pensamos que na definição deste apoio sócio-educativo os agentes locais, nomeadamente os representantes das autarquias, devem ter um papel de relevo, visto terem, normalmente, um conhecimento mais preciso das principais carências sentidas pela população.

No âmbito do estudo desenvolvido pela equipa do PROCEPE, foi feita uma reflexão global sobre as principais problemáticas que parecem afectar o apoio à infância no distrito de Santarém. No entanto, as soluções sugeridas para algumas dificuldades assinaladas, necessitam ser analisadas em função da realidade de cada localidade.

Assim, o planeamento das respostas a criar, no sentido da optimização do atendimento à infância, não pode ser feito sem se ter em consideração as características e necessidades de cada localidade, pois necessidades iguais podem implicar respostas diferentes.

Através do estudo realizado, para além de um melhor conhecimento do apoio sócio-educativo existente no distrito para as crianças dos 0 aos 6 anos, pretendemos que a sua divulgação possa contribuir para uma melhor coordenação e adequação das diferentes iniciativas desenvolvidas (ou a desenvolver).

Esperamos também que esta divulgação possa contribuir para a compreensão das questões que actualmente afectam a educação de infância no nosso país. A partilha das informações por nós recolhidas e analisadas, revelou-se de particular importância num momento em que, a nível nacional, se discutiram questões de fundo sobre a política a seguir para a infância, dando origem à publicação das recentes alterações a que já nos referimos.

Terminada que está a caracterização da educação de infância no distrito de Santarém, esperamos que a informação recolhida e divulgada ao longo deste projecto possa ser útil na **melhoria das respostas educativas para a infância**, que se cruza sempre com o apoio dado às suas famílias. Afinal, foi sempre essa a preocupação subjacente ao **Projecto de Caracterização da Educação Pré-Escolar**.

7.Documentação produzida e outras formas de divulgação do Projecto

7.1. Bibliografia do PROCEPE

- CARDONA (M^a. J.) (1994) - "O projecto de caracterização da educação pré-escolar (PROCEPE): um estudo sobre a educação de infância no distrito de Santarém" in *Revista ESES*, Santarém, Ed. ESE de Santarém, nº 5, Janeiro (pp 52-55).
- CARDONA (M^a. J.) (1995) - "O PROCEPE: um estudo sobre as instituições de educação de infância no distrito de Santarém", in Estrela (A), Barroso (J) e Ferreira (J) (org.) *Actas do V Colóquio da AIPELF/AFIRSE: A escola um objecto de estudo*, Lisboa, Ed. AIPELF/AFIRSE, (pp. 161-171).
- CARDONA (M^a. J.) (1996) - "Os educadores de infância do distrito de Santarém" in *Revista ESES*, Santarém, Ed. ESE de Santarém, nº7, Janeiro (pp. 65-73).
- CARDONA (M^a. J.) (1996) - "Quem são os educadores de infância portugueses?" in *Cadernos de Educação de Infância*, Lisboa, Ed. APEI, nº38, Abr-Jun (pp.12-22).
- CARDONA (M^a. J.) (1996) - "Os educadores de infância portugueses: sua formação, características do grupo profissional" in Estrela (A), Canário (R) e Ferreira (J) (ed.) - *Actas do VI Colóquio da AIPELF/AFIRSE: Formação Saberes profissionais e situações de trabalho*, Lisboa, Ed. AIPELF/AFIRSE, (pp.265 - 277).
- PEREIRA (I.) (1995)- "A criança com necessidades educativas especiais e a saúde: um objecto de estudo do PROCEPE" in Estrela (A), Barroso (J) e Ferreira (J) (org.) *Actas do V Colóquio da AIPELF/AFIRSE: A escola um objecto de estudo*, Lisboa, Ed. AIPELF/AFIRSE, (pp 783-791).
- PROCEPE (1993) - *Actas do I Encontro Regional de Educação de Infância*, Santarém, Ed. ESES/F.C. Gulbenkian.
- PROCEPE (1993) - *A educação de infância no distrito de Santarém*, Santarém, Ed. ESES/ F.C. Gulbenkian.

7.2. Materiais audio-visuais produzidos:

- BASTO SOARES (J. M.) (1997) *Para um (Re)pensar da educação de infância*
Vídeo produzido em colaboração com o Centro de Audio-Visuais da ESE de Santarém

7.3. Encontros organizados:

- *I Encontro Regional de Educação de Infância* (Fevereiro/1993)
(Encontro organizado com todos os representantes dos serviços regionais e centrais, da área da saúde, educação, segurança social)
- *II Encontro Regional de Educação de Infância* (Julho/1995)
(Encontro organizado para as autarquias do distrito, para divulgação dos dados do estudo realizado)

7.4. Participação em Congressos Nacionais/Internacionais:

- Encontro organizado pelo *Projecto "Redescobrir a Escola e a comunidade"*, na Golegã (Projecto apoiado pelo Instituto de Inovação Educacional e pela Câmara Municipal) (Junho/1994) (participação de Fernando Costa, Helena Luís e M^a. João Cardona)
- Apresentação de um Poster no *III Forum de Projectos* organizado pela Associação Cultural e de Educação Popular da Meadela, em Viana do Castelo (Junho/1994) (participação de M^a. João Cardona e Fernando Costa)
- Apresentação de um Poster no *XVII Colóquio Internacional de Psicologia Escolar/II Congresso Nacional de Psicologia Escolar* organizado pela APPORT em Campinas, S. Paulo, Brasil (Agosto 1994) (participação de Helena Luís e Idalina Pereira)
- Apresentação de um Poster no *Manifesta "Assembleia e Feira do Desenvolvimento Local"*, Encontro organizado em Santarém pela Animar em colaboração com a Câmara Municipal (Outubro 1994) (participação de Helena Luís, George Camacho, Fernando Costa, Madalena Alves e M^a. João Cardona)

- No V Colóquio organizado AIPELF-AFIRSE (secção Portuguesa): *A escola um objecto de estudo*, organizado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Novembro de 1994) apresentação das seguintes comunicações:
 - "A criança com necessidades educativas especiais e a saúde: um objecto de estudo do PROCEPE" (Idalina Pereira)
 - "O PROCEPE: um estudo sobre as instituições de Educação de Infância no distrito de Santarém" (M^a. João Cardona)
- No IV European Congress of Psychology, realizado em Atenas, (Julho/1995) apresentação da comunicação: "Working with under five: the identity of a professional group" (M^a. João Cardona)
- No XVIII International School Psychology Colloquium, realizado em Dundee (Agosto/1995) apresentação das comunicações:
 - "Working with under five: the worries of a professional group" (Helena Luís)
 - "A study of the child with special educational needs. Education and health" (Idalina Pereira)
- Na 6^a Conferência Europeia sobre qualidade na educação de infância "Desenvolvendo Adultos, Desenvolvendo crianças", organizada pela EECERA e pelo GEDEI, em Lisboa, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Setembro./96) apresentação da comunicação: "O PROCEPE: um estudo sobre a educação de infância no distrito de Santarém" (Helena Luís e Maria João Cardona)
- No VI Colóquio organizado pela AIPELF-AFIRSE (secção portuguesa): *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Nov./96) apresentação da comunicação: "Os educadores de infância portugueses: sua formação, características do grupo profissional" (Maria João Cardona)
- No VII Congresso Nacional da Associação dos profissionais de Educação de Infância (APEI): "Para um repensar do currículo em educação de infância", em Lisboa (Abril/1997) apresentação da comunicação: "O PROCEPE - a educação de infância no distrito de Santarém" (Madalena Alves e Helena Luís)

- No Encontro "*Educação pré-escolar em debate*", organizado pelo CAE de Santarém, na ESE de Santarém (Maio/1997) apresentação da comunicação: "*Panorâmica sobre as características da educação de infância no distrito de Santarém*" (George Camacho, Madalena Alves e Helena Luís)
- Apresentação de um poster no *XX School Psychology Colloquium*, realizado na Universidade de Melbourne, "(Julho/97) (Participação de Fernando Costa e Helena Luís)
- Apresentação de um poster no *X Colóquio de Psicologia e Educação: "Educação pré-escolar: modelos, investigação e práticas educativas"* (Outubro/97) (Participação de Madalena Alves e Helena Luís)

8. Bibliografia consultada

- ALMEIDA (P.) (1994) - "Trabalhando para a saúde" in *Cadernos*, Santarém, Ed. Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Sub-Região de Santarém, Centro de Documentação e Divulgação, Ano 8, nº29, (pp 17-20).
- BALAGEUR (I.), MESTRES (J) e PENN (H) (org) (1992) - *Qualidade dos serviços às crianças. Documento de discussão*, Bruxelas, Ed. Comissão das Comunidades Europeias - Rede Europeia de Acolhimento de Crianças.
- BAIRRÃO (J.), BARBOSA (M), BORGES (I), CRUZ (O), MACEDO-PINTO (I) (1990) - *Perfil nacional dos cuidados prestados às crianças com idade inferior a seis anos*, Lisboa, Ed. F.C. Gulbenkian.
- BAIRRÃO (J.), WOLFANG (T.) (1995)- *A Educação Pré-Escolar na União Europeia*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional.
- BARBOSA (M.), CRUZ (O.), ABREU-LIMA (I.), HENRIQUES (M), BAIARRÃO (J), BORGES (M) (1992) - "Situação dos cuidados prestados a crianças de 4 anos de idade em Portugal: alguns resultados de uma sondagem nacional" in *Revista Inovação*, Lisboa, Ed. I.I.E., vol.5, (pp 59-81).
- BARRAL (W.) (org.) (1990) - *Enfant de droit. La révolution des petits pas*, Paris, Ed. Lierre & Coudrier.
- BERGER (I.) (1995) - *Les maternelles*, Paris, Ed. C.N.R.S..
- BRONFENBRENNER (U.) (1981) - "L'écologie expérimentale de l'éducation" in Beaudot (A), Gonnin-La Fond, Zay (D) *Sociologie de l'école pour une analyse de l'établissement scolaire*, Paris, Ed. Dunod, (pp 21-49).
- CANÁRIO (R.) (1992) - "Inovação: uma relação nova entre o centro e a periferia" in Nóvoa (A.) *As organizações escolares em análise*, Lisboa, Ed. D. Quixote/ Instituto de Inovação Educacional, (pp 161 - 187).
- CARDONA (M.) (1997) - *Para a história da educação de infância em Portugal. O discurso oficial (1834-1990)*, Porto, Ed. Porto Ed..

- CHAPOUTOT (A.) (cord.) (1993) - *Petite enfance et politique de la ville*, Paris, Ed. Syros.
- CHAUVENET (A.) (1992) - *La protection de l'enfance. Une pratique ambiguë*, Paris, Ed. L'Harmattan.
- CRSS/SANTARÉM (1990) - *Infantários e Jardins de Infância*, (Doc. Policopiado).
- CERI/OCDE (1982) - *L'enfance en jeu. Analyse des services éducatifs et sociaux*, Paris, Ed. OCDE.
- COMISSÃO DE REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO (1988) - *Proposta global de actividades. Relatório final*, Lisboa, Ed. M.E., 1988 (pp. 191 - 21).
- CORREIA (I.) (1981) - "Educação pré-escolar" in Silva e Tamen (M) (org.) *Sistema de ensino em Portugal*, Lisboa, Ed. F.C. Gulbenkian, (pp 145- 167).
- DAVIES (D.) (org.) (1989) - *As escolas e as famílias em Portugal. Realidade e perspectivas*, Lisboa, Ed. L. Horizonte.
- DEPE (1989) - *Relatório estatístico do ano de 1989*, Lisboa, (Doc. policopiado).
- EYKEN (V.) (1981) - *L'éducation des enfants de trois à huit ans en Europe dans les années quatre-vingts*, London, Conférence Permanente des Ministres Européens de l'Éducation, (Doc. Policopiado).
- FORMOSINHO (J.) (1994) - *A educação pré-escolar em Portugal. Projecto de parecer*, Lisboa, Ed. Conselho Nacional de Educação.
- GEDEPE (1997) - *Legislação*, Lisboa, ed. Ministério da Educação/Departamento de Educação Básica- Núcleo de Educação Pré-Escolar.
- G.E.P. (1990) - *Estatísticas de alunos 1987/88. Educação pré-escolar*, Lisboa, Ed. GEP.
- G.E.P. (1992) - *Sistema educativo português. Situação actual e tendências*, Lisboa, Ed. GEP.

- GIRALDES (M.) (1996) - "Planeamento de creches. Definição de prioridades para o continente" in *Informação Social*, Lisboa, Ed. M.S.A./Direcção Geral da Assistência, Out.-Dez. (pp 52-78).
- GOMES (J.) (1986) - *A educação infantil em Portugal*, Coimbra, Ed. INIC.
- GRÁCIO (R.) (org) (1988) - *Integração de serviços para a infância. Metodologia de projectos (Seminário. Sesimbra, Dezembro/1986)*, Lisboa, Ed. F. C. Gulbenkian e F. Agakhan.
- FONSECA (A.) (1990) - *Guia dos direitos da criança*, Lisboa, Ed. IAC.
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (1975) - *Plano de relatório do inquérito feito a Jardins de Infância*, Lisboa, (Doc. policopiado).
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (Ed.) (1993) - *Encontro sobre Educação Pré-Escolar (4, 5 e 6 de Junho de 1990)*, Lisboa, Ed. F.C. Gulbenkian.
- HAYEK (C.) (org.) (1992) - *Petite enfance, éveil aux savoirs*, Paris, Ed. Ministère du Travail, de l'emploi et de la formation professionnelle -GPLI.
- I.N.E. (1991) - *Censos 91. XIII Recenseamento da população. III recenseamento geral da habitação. Lisboa e Vale do Tejo. Resultados preliminares*, Lisboa, Ed. I.N.E..
- JORGE (M^a. E.) (1985) - *O possível e o necessário: algumas reflexões sobre a educação em internato*, Lisboa, ISPA, (Doc. Policopiado).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (1995) - *Avaliação em saúde escolar: suportes de informação e normas de preenchimento*, Lisboa, Ed. M.S./Direcção Geral da Saúde.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (1996) - *Saúde Escolar: Programa tipo*, Lisboa, Ed. M.S./Direcção Geral da Saúde.
- MITLER (P.) et al. (1986) - *Working together: Guidelines for partnership between professionals and parents of children and young people with disabilities*, Paris, Ed. UNESCO.

- MOSS (P.) (coord.) (1990) - *Childcare in the European community 1985 - 1990*, Relatório da European Commission Childcare Network.
- OCDE/GEP (1984) - *Exame das políticas Nacionais de Educação. Portugal*, Lisboa, Ed. GEP.
- PEDRO (E.) (1982) - *O discurso na aula*, Lisboa, Ed. Rolim.
- PEREIRA (I.) (1995) - "Perspectivas históricas sobre cuidados educativos diferenciados" in *Cadernos do Projecto Museológico sobre educação e infância*, Santarém, Ed. ESE de Santarém.
- PIERREHUMBERT (B.) (org.) (1992) - *L'accueil du jeune enfant. Politiques et recherches dans les différents pays*, Paris, Ed. ESF ed..
- PLAISANCE (E.) (1986) - *L'enfant, la maternelle et la société*, Paris, Ed. PUF.
- POURTOIS (J) et al. (1984) - *Eduquer les Parents*, Bruxelas, Ed. Labor Education 2000.
- PROJECTO DIAGNÓSTICO (1985) - *Diagnóstico sócio-cultural do distrito de Santarém*, Santarém, Ed. Centro Cultural de Santarém.
- RAMIREZ (M^a. E.), PENHA (M) e LOFF (P) (1988) - *Criança Portuguesa: Que acolhimento?*, Lisboa, Ed. IAC.
- ROSA (M^a. L.) (1972) - *Contributos para a história da Educação de Infância em Portugal*, Lisboa, (Doc. policopiado).
- SAMPAIO (S.) (1968) - "O ensino infantil em Portugal" in *Boletim Bibliográfico e Informativo do Centro de Investigação Pedagógica da F. C. Gulbenkian*, nº 8, Lisboa, Ed. F. C. Gulbenkian, (pp 76- 105).
- SECÇÃO DE PEDIATRIA SOCIAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PEDIATRIA (1984) - *Creches. Seminário sobre creches*, Lisboa, Ed. Secção de Pediatria Social da S.P.P..

- SELGEC/Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (1993) - *Índice de Poder de Compra Regional - 1993*, Lisboa, Ed. SELGEC/Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.
- SILVA (M^a. I. L.) e MIRANDA (G.) (1990) - *Projecto de Alcácer*, Lisboa, Ed. F. C. Gulbenkian.
- SILVA (M^a. I. L.) (1996) - "Controvérsias da educação de infância: evolução em Portugal" in *Revista ESES*, Santarém, Ed. ESE de Santarém, (pp 73 -82).
- SOCZKA (L.) (1989) - *A perspectiva ecológica em psicologia: contribuição para o estudo da Ecologia Social de um bairro da lata*, Lisboa, Ed. LNEC.
- TRAVERS (J.) e LIGHT (R.) (1982) - *Learning from experience: evaluation cary childhood demonstration programs*, Washington, Ed. D. O. National.
- UNESCO (1982) - *Para uma política da educação em Portugal*, Lisboa, Ed. L. Horizonte.
- UNESCO (1994) - *Necessidades Educativas Especiais*, Lisboa, Ed. Instituto de Inovação Educacional.
- VAN DER EYKEN (M.) (1981) - *L'éducation des enfants de 3 a 8 ans en Europe dans les années 80. Rapport*, Bristol, Department of Child Health Research Unit /Universidade de Bristol, (Doc. policopiado).
- VASCONCELOS (T.) (1990) - *Situação da Educação Infantil nos países da CEE*, Lisboa, Ed. GEP, Unidade Eurydice.
- WOODHEAD (M.) (1979) - *Services prescolaires en Europe Occidentale*, Estrasburgo, Ed. Conseil de l'Europe - Conseil de la Coopération Culturelle.

GRÁFICA CENTRAL DE ALMEIRIM, LDA
300 ex. 12/2000
Depósito Legal n.º 92052/95

